LEOPOLD SEDAR SENGHOR

UM CAMINHO DO SOCIALISMO

Tradução e Notas de
VICENTE BARRETTO

RECORD

UM CAMINHO DO SOCIALISMO

LÉOPOLD SENGHOR

☆

"O socialismo é um humanismo", diz Léopold Senghor, poeta, estadista e autor dêste livro. Com essa afirmação, já está êle bem longe do obstinado século XIX e lançado desde logo, com a sua África imensa e em gestação, no caminho por onde os que são de coração e espírito abertos podem divisar o século XXI.

Partindo de Marx, mas libertado do marxismo, numa emancipação que é da maior urgência para todos os socialismos a bem da história e da civilização, Senghor adota como credo político uma "simbiose dinâmica" de valôres humanos. É êsse para êle um *caminho do socialismo*, sem chegar ao excesso, que decerto não faria hesitar os marxistas puros, de considerá-lo o único.

Mas é sem dúvida um caminho certo para o socialismo do homem africano na síntese que preconiza da cultura européia que veio com o colonialismo — mal histórico necessário — e da cultura autóctone dos povos negros, com os seus valôres políticos,

UM CAMINHO DO SOCIALISMO

LÉOPOLD SEDAR SENGHOR

★

Um caminho do SOCIALISMO

Tradução e Notas de
VICENTE BARRETTO

DISTRIBUIDORA RECORD
RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO

Nome do original francês:

Nation et Voie Africaine du Socialisme

Copyright de Présence Africaine, Paris.

Direitos reservados para a língua portuguêsa por:
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA LTDA.
Av. Erasmo Braga, 255 — 8.º — Rio de Janeiro, GB

Composto e impresso, em 1965, pela Emprêsa Gráfica O CRUZEIRO S.A., (DRM 104 823) — Rua do Livramento, 189/203 — Rio, GB.

PRÓLOGO

O presente trabalho é uma tentativa para definir um *caminho africano do socialismo,* fundamentado em valôres nacionais e partindo das realidades nacionais. O livro compreende:

1.º) — *Relatório sôbre a doutrina do Partido,* que apresentei ao Congresso Constitutivo do P.F.A. (Partido da Federação Africana).

2.º) — Conferência intitulada *O Caminho Africano do Socialismo,* que pronunciei no 1.º Seminário da Juventude do P.F.A.

Os partidos políticos africanos nos antigos "territórios franceses" começaram, na aurora da libertação, por se afiliarem, ou mesmo integrarem os partidos "metropolitanos". Era natural. Êles necessitavam de apoio no Parlamento Francês, não tinham experiência política, viviam em um clima de assimilação. No entanto, descobriram, pouco a pouco, que nenhum apoio seria totalmente desinteressado e que, "protegidos", seriam, ao mesmo tempo, peões no tabuleiro do jôgo parlamentar francês. Aprenderam, sobretudo, que os partidos franceses, mesmo os de esquerda, eram partidos nacionais, informados pelas realidades nacionais e voltados para os interêsses nacionais. E que, especialmente, o proletariado francês lucrava indiretamente com a exploração colonial.

Desta descoberta, combinada com a visão dos "grandes acontecimentos que agitam o mundo", devia nascer o sentimento nacional entre os povos colonizados. Ia esquecendo, em relação à África negra, o grande impulso que representou a descoberta e a exaltação da *Negritude:* os valôres culturais negro-africanos. Um a um, os partidos africanos separavam-se dos partidos metropolitanos. A afiliação substi-

tuía a integração e a coalizão temporária substituía a afiliação, quando a independência não era regulamentarmente possível. Não, os franceses metropolitanos não podiam compreender as realidades de além-mar: nem as situações, nem as necessidades, nem os valôres negro-africanos ou malgaxes. E, se os compreendessem, não podiam sacrificar os interêsses da Metrópole aos dos Territórios de Além-mar. Sòmente aos melhores entre os franceses, particularmente ao General de Gaulle, cabe a honra de ter tido uma perspectiva do futuro, de ter compreendido que êsses dois grupos de interêsses não eram opostos, mas complementares.

Mas não estávamos ainda em 1958. Esperando que a França se decidisse a descolonizar a África negra,* tínhamos começado a refletir sôbre a nossa situação, para apresentar soluções construtivas. Em 1948, os políticos senegaleses deixaram o Partido Socialista Francês. Sua queixa, que transcendia os homens — não tínhamos pôsto em dúvida a honestidade de Guy Mollet — era a de que o "Socialismo" francês, como o "Comunismo", não compreendiam os nossos problemas e desejavam aplicar, na África, um esquema feito para e em função da Europa. Era necessário, portanto, a fim de analisar e transformar as *nossas* realidades, procurar definir, quando não uma doutrina, pelo menos um *método* político original. Ano após ano, de congresso em congresso, sòzinhos ou em algum movimento africano — Independentes do Além-mar, Convenção, Partido da Federação Africana — tentamos, de diversos modos, precisar nosso método e nosso programa. Outros movimentos, como o Agrupamento Democrático Africano (R.D.A.), trabalhavam paralelamente.

Os dois textos, aqui apresentados, são o resultado de nossa pesquisa. Somos, para sermos precisos, *negro-africanos* misturados com *Berberes,* nascidos em uma certa terra e sob um certo clima, com uma herança cultural original. Mas, somos homens do século XX, moldados, queiramos ou não, por uma civilização *socializante,* que está destinada

(*) Devemos assinalar, a bem da verdade, que Mendès-France dedicava-se aos problemas indochinês e norte-africano, Edgar Faure aos problemas norte-africano e negro-africano e Guy Mollet a êste último.

a tornar-se planetária, como observou Pierre Teilhard de Chardin. A nossa tarefa, em última análise é a realização da simbiose dos valôres negro-africanos, mais exatamente *negro-berberes,* com os valôres europeus, porque é a Europa que proporciona os meios técnicos da civilização em formação. Evidentemente, não se vão guardar todos os valôres dos dois lados: existem alguns que são negativos, outros que, pertencendo ao passado, conservam ùnicamente um interêsse folclórico. Trata-se, em suma, para o homem ao sul do Saara, de se realizar como homem integral, como homem do século XX, e de trazer, ao mesmo tempo, sua contribuição à Civilização Universal.

Alguns pensarão que êste livro está ultrapassado, porque se dirigia principalmente aos "malianos" e fazia referências à "Federação do Mali". Não creio. Além do interêsse histórico, os dois problemas de que trata — o da *Nação* e do *Socialismo africano* — são os pontos cruciais de nossa situação africana. Seja um Estado unitário ou federal, o Estado-Nação terá que resolver êsses dois problemas.

Se tínhamos razão em defender o princípio da *Independência,* em 1958, no Comitê Consultivo Constitucional, em reclamar a independência efetiva em 1959, fomos ingênuos em acreditar que fôsse possível uma federação, em 1959, entre Estados desunidos em 1957. Subestimamos a fôrça atual, na África, do regionalismo: do micronacionalismo. Esquecemo-nos de analisar e compreender as diferenças sociológicas que existiam entre os territórios da antiga A.O.F. (África Ocidental Francesa) e que tinham sido reforçadas pela Administração Colonial. Tudo isso vem antes das ambições pessoais e da disputa entre as nações pela liderança.

Quererá isto dizer que do mal não pode sair o bem, que é necessário abandonar tôda idéia de reagrupamento, de unidade africana? Não creio. Meditemos sôbre a lição para sermos mais modestos, mais prudentes, mais realistas. A unidade africana não é para amanhã, nem mesmo sob a forma dos *Estados Unidos da África,* que já defendi. Falemos sòmente de União, e tentemos reagrupar os Estados africanos independentes através de afinidades regionais e culturais. Não se pode desenvolver uma nação no quadro estreito de seus limites territoriais. Os fatos estão aí para comprová-lo, bem como os esforços europeus, americanos e asiáticos.

É claro que a desintegração da Federação do Mali (*) é um bem na medida em que permitir uma união mais ampla de doze Estados africanos independentes, ligados pela cultura e vizinhança. (**) Exceto Madagáscar, todos estão situados na África Ocidental. Terá sido um bem, pois nos obriga a construir esta união, não em alguns dias, sôbre uma constituição ideal, mas após longas análises, sínteses e discussões, sôbre uma série de tratados, acordos e convenções, que se prolongam no tempo.

Certamente, êste livro não esgota os problemas. A *Independência real* no desenvolvimento harmônico de tôdas as potencialidades não é conseguida, definitivamente, por fórmulas mágicas. É um equilíbrio sempre instável — o senegalês Gaston Berger (***) já assinalara —, uma busca sem fim, uma obra que nunca está acabada. Tentei trazer, aqui, a minha contribuição.

DACAR, 31 de dezembro de 1960.

(*) Em 17 de janeiro de 1959 a República Sudanesa (antigo Sudão Francês), uniu-se ao Senegal para formar a Federação do Mali. Modibo Keita, da República Sudanesa, era o Primeiro-Ministro dessa Federação, enquanto Senghor era o Presidente da Assembléia Nacional e dirigente do Partido da Federação Africana. Essa experiência federal foi abandonada em 20 de agôsto de 1960. A República Sudanesa transformou-se em República do Mali, tendo Modibo Keita como Presidente; Senghor foi eleito Presidente do Senegal. Neste livro o autor quando fala em "Sudão" refere-se ao atual Mali, antigo Sudão Francês, e *não* ao antigo Sudão Anglo-Egípcio, atualmente República do Sudão. (N. do T.)

(**) Esta era a União dos Estados Africanos e Madagáscar, constituída em janeiro de 1961, em Dacar. Conhecida informalmente como Potências de Brazzaville, essa União incluía o Congo (Brazzaville), Costa do Marfim, Senegal, Mauritânia, Alto-Volta, Níger, Daomé, Tchad, Gabão, República da África Central, Camarões e Madagáscar. Em maio de 1961, êsses doze Estados uniram-se com a Libéria, Nigéria, Somália, Serra Leoa, Togo, Etiópia e Líbia no chamado Grupo de Monróvia. (N. do T.)

(***) O falecido Gaston Berger (1896 — 1960), filósofo e antigo Diretor de Educação Superior na França, nasceu em São Luís do Senegal. Sua mãe era Faton Diagne, daquela cidade. (N. do T.)

ÍNDICE

PRÓLOGO 5

NACIONALIDADE 13

A VONTADE DE SER NAÇÃO 19

REALIZAR-SE COMO NAÇÃO 36

O CAMINHO AFRICANO DO SOCIALISMO 79

NACIONALIDADE:

Doutrina e Programa do Partido

Relatório feito ao Congresso Constitutivo do Partido da Federação Africana (Dacar, 1.° de julho de 1959)

O Partido da Federação Africana (P.F.A.) foi fundado em conseqüência da Conferência dos Federalistas Africanos, que se realizou em Dacar, a 24 de março de 1959. Foi a conclusão de um longo esfôrço para reagrupar os partidos africanos. A Conferência de Dacar se seguiu a duas outras realizadas em Paris, a 16 e 17 de fevereiro e, depois, a 18 de julho de 1958. Tratou-se, nessas conferências, de confrontar nossos respectivos programas para manter seus princípios básicos — não aquilo que nos dividia, mas aquilo que nos unia, para além dos interêsses particulares dos homens e dos Estados. O que nos une é nossa vontade comum de edificar, em etapas, um Estado federal, ou melhor, uma Nação negro-africana, livremente associada à França, em uma Confederação.

Sòmente aquêles que traíram os programas de Bamako (1957) e de Cotonou (1958) estiveram ausentes dêsses encontros. Porque o Congresso de Bamako, longe de renegar a Federação básica, preconizava expressamente "a democratização dos executivos federais". Isto, por acaso, não significa a substituição do Alto Comissariado por um govêrno federal eleito por uma assembléia federal? É, aliás, a interpretação dada, em 19 de setembro de 1960, por Houphouet-Boigny, presidente do R.D.A., em uma alocução dirigida às suas secções territoriais. Quanto ao Congresso de Cotonou, estabeleceu como fim último para o P.R.A. (Partido do Reagrupamento Africano) a realização de uma "confederação multinacional" com a França. No entanto, sua resolução sôbre política geral dizia que era preciso constituir "uma comunidade africana sólida e progressista antes da livre e igualitária cooperação política com qualquer outra comunidade".

Antes de continuar, tenhamos a coragem de fazer nossa autocrítica. Para conseguirmos um compromisso, quando era realmente muito tarde

para compromissos, fomos, alguns, muito tímidos em Bomako, outros, muito aventureiros em Cotonou. Hoje, analisaremos nossa situação, que não é mais aquela do ano passado, com a cabeça fria e os olhos lúcidos para trazer-lhes soluções justas e construtivas. Devemos evitar dois perigos: o oportunismo, que é uma excessiva submissão aos fatos, e o verbalismo, que acredita na efetividade dos *slogans*. Os fatos são transitórios: é preciso substituí-los no seu contexto histórico, interpretá-los dinâmicamente. Os *slogans* são simplificadores: deformam a realidade, substituem-na por imagens analógicas, mesmo que as situações não sejam idênticas.

Durante muito anos, vimos falando de independência. A verdadeira independência é a do espírito. Um povo não é *realmente* independente quando, adquirida a independência *nominal*, seus dirigentes importam, sem modificação, instituições — políticas, econômicas, sociais, culturais — que são, em outros lugares, os frutos naturais da geografia, da história, da raça. Não nego que tôda instituição, todo valor moral ou técnico, é próprio do homem e, portanto, tem um valor universal. É preciso, porém, adaptá-la às realidades do território, retendo mais o espírito do que a forma. Recusar os bens europeus, sob pretexto de luta anticolonialista, significaria nos empobrecer e, muito provàvelmente, desistir de recuperar nosso atraso milenar. Como escreveu o líder sindicalista tunisino, Ahmed Ben Salah:

"Sob pena de resultar em uma marcha para trás, em uma regressão, a descolonização não deve ser o processo inverso da colonização. A crise de vários países, antigamente colonizados, explica-se por êste formalismo superficial, negativo e estéril. A descolonização deve significar, principalmente, uma revolução profunda nas estruturas morais, mentais e econômicas. Essa revolução não é a destruição da experiência colonial, mas a utilização e fundamental reorientação dessa experiência, considerada como um instrumento resultante da colonização e suscetível de receber uma nova orientação. Parafraseando um líder de Istiqlal,* eu resumiria: "Não se trata de destruir o fato colonial; mas transcendê-lo." (*)

A independência não está na recusa, porém na escolha. Escolha de fins, escolha de meios — em função de nossa situação atual. Não

(*) O Istiqlal, Partido da Independência do Marrocos, foi fundado durante a II Guerra Mundial e ainda é o maior partido político do país. (N. do T.)

estamos na situação de nossos ancestrais, ainda menos na dos fundadores do Império do Mali. Desde então, houve o fato colonial, tendo como conseqüência a dependência na interdependência; passaram-se duas guerras mundiais e suas conseqüências; promulgou-se a Constituição de 4 de outubro de 1958. Existe sobretudo — em 1959 — uma possibilidade de livre escolha. O problema é escolher, entre os métodos europeus, os mais eficazes para uma análise exata da nossa situação. Trata-se de escolher, entre suas instituições, os valôres e técnicas mais apropriados para fecundar nossa civilização tradicional. Digo "nossa civilização", pois não construiremos sôbre os restos. Isto significaria ir seguramente para o fracasso, pois não existe *tabula rasa*. Conservaremos aquilo que deve ser conservado em nossas instituições, de nossas técnicas, de nossos valôres e, também, de nossos métodos. Para fazer do todo — a experiência africana e a contribuição européia — uma simbiose dinâmica para adaptar a África ao século XX e, principalmente, ao Homem. Já reconhecem o método socialista. A independência está aqui e não lá fora.

A VONTADE DE SER NAÇÃO

Se o Congresso da *Liga dos Comunistas,* realizado em Londres, em novembro de 1847, foi, juntamente com a publicação do *Manifesto Comunista,* o acontecimento mais significativo do século XIX, a *Conferência de Bandung,* realizada em 1955, pode ser considerada, sem a menor dúvida, como seu equivalente no século XX. A análise revela, em ambos os casos, uma *alienação* semelhante. Os proletários — particularmente os operários do século XIX — eram homens excluídos da humanidade. Os povos colonizados do século XX, os homens de côr, são ainda mais verdadeiramente alienados. Às alienações econômicas somam-se outras: alienação política, alienação social, alienação cultural. O resultado são os sofrimentos físicos e morais, miséria e consciência da desgraça, originada, esta última, de um sentimento de frustração. Em ambos os casos, nascem a revolta e a luta, que servem para "abolir as condições presentes" e "transformar o mundo" restabelecendo o equilíbrio natural. Tratando-se de povos de côr, fala-se muito justamente de uma "revolta contra o Ocidente".

No entanto, não sendo as situações idênticas, se bem que semelhantes, os objetivos da revolução — a revolta é sòmente o primeiro tempo, o aspecto negativo — não serão exatamente os mesmos. O problema na Europa é o da supressão das desigualdades resultantes da formação de classes. Na África consiste na supressão das desigualdades pela dominação política.

Se bem que seja necessário partir de nossa situação, de nossa alienação, não seria justo, porém, insistir sôbre ela, embora as suas conseqüências estejam ainda presentes. A situação que acabamos de analisar sumàriamente não é, em verdade, atual. Já está ultrapassada pela Constituição de 4 de outubro de 1958. Somos, hoje, plenamente autônomos, e mais do que autônomos. Temos a liberdade de escolher.

Nação, Pátria, Estado

E escolhemos. O P.F.A. escolheu no dia 24 de março de 1959. Seu objetivo é a realização de uma *Nação negro-africana,* de língua francesa, da qual o Estado federal, a *Federação do Mali,* constitui a primeira etapa. Essa é a oportunidade para responder aos franceses metropolitanos que negam, à Federação do Mali, um caráter de Estado. Lemos, no dicionário de Littré, à página 1 097 (Edition Pauvert, 1956): "Estado: o govêrno, a administração suprema de um país". A Federação do Mali é, portanto, um Estado, pois tem um govêrno e uma administração próprios. Podemos acrescentar que tem um parlamento e uma justiça próprios. Lemos, no mesmo tomo do Littré, à página 1 460: "Federação: união política dos Estados. A Federação americana". Nenhum comentário é necessário. O Mali é, ao mesmo tempo, um Estado e uma Federação, sendo o Senegal e o Sudão os Estados federados. O mínimo que se pode desejar dos franceses é o respeito à língua e ao direito francês, como nós os respeitamos. Não é compreensível uma discussão sem motivo.

Convém distinguir, a esta altura, a Nação do Estado. Faremos, primeiro, a diferença entre *Nação* e *Pátria.* A idéia de nação, no sentido moderno do têrmo, desenvolveu-se na França, no curso dos séculos XVII e XVIII. Encontrou sua mais pura expressão na Revolução de 1789. Como assinalou, com razão, Denis de Rougemont, em um artigo intitulado "Federalismo e Nacionalismo",(1) os soldados franceses em Valmy não gritavam "Viva a França" nem "Viva a Pátria", mas "Viva a Nação". Que significa isto?

A Pátria é a herança que nos foi transmitida pelos nossos antepassados: uma terra, um sangue, uma língua — pelo menos um dialeto — hábitos, costumes, um folclore, uma arte, em uma palavra, uma cultura enraizada em um território e expressa em uma raça. A Pátria, na antiga França, identificava-se com a província de cada um. Essa era a idéia que os girondinos, que eram federalistas, queriam preservar. Na África Ocidental, a Pátria é o país Sérère, o país Malinké, o país Songhai, o Mossi, o Baoulé, o Fon.

A Nação congrega essas pequenas pátrias, para transcendê-las. Ela não é, como a Pátria, uma determinação natural, portanto expressão do meio, mas vontade de construção, melhor diria, de reconstrução. Objetivamente, é uma *reestruturação* à imagem de um modêlo exemplar, de um arquétipo. Mas, para que atinja seu objetivo, deve imbuir da

fé na nacionalidade todos os seus membros, todos os indivíduos, independentemente de suas pátrias. Deve transformar os indivíduos em pessoas, quer dizer, vontades conscientes: *almas.* Longe de renegar as realidades da Pátria, a Nação nelas se apoiará, ou mais precisamente, apoiar-se-á nas suas virtudes, no seu modo de ver as coisas, na sua fôrça emocional. Ela unirá as virtudes da Pátria ou, o que é mais freqüente, escolherá entre elas aquelas que, em razão do clima, da história, da raça, têm um denominador comum, ou apresentam um valor universal. Uma vez concretizada, a Nação faz, de diferentes províncias, um conjunto harmonioso: um só país para um só povo, animado de uma mesma fé e voltado para um mesmo fim. Como escreveu Hegel, o teórico do Estado-Nação, "não são as determinações naturais da Nação que lhe dão seu caráter, mas seu espírito nacional".

Descobre-se, no plano da humanidade, e até mesmo no da eficácia, que a Nação é superior à Pátria, destila seus valôres. Ela os sublima, transcendendo-os. Neste sentido ela é *humanização,* pois é peculiar ao homem separar-se da terra, crescer acima de suas raízes para brotar ao sol, escapar, em um ato de *liberdade,* de suas "determinações naturais". É pela liberdade que o homem domina a natureza e a reconstrói em escala universal; através dela o homem se realiza como um deus; isso é a liberdade.

Se a Nação é a vontade consciente de reconstrução, o Estado é o seu meio mais importante. O Estado está para a Nação assim como o empreiteiro está para o arquiteto. Êle está representado pelas instituições: govêrno, parlamento, serviços públicos. Os funcionários são os operários. É o Estado que realiza a vontade da Nação e assegura a sua permanência. Internamente mescla as pátrias e aperfeiçoa os indivíduos nos moldes do arquétipo. No exterior, defende a integridade da Nação, guardando-a das intervenções estrangeiras. As duas tentações do Estado são a *assimilação* e o *imperialismo,* pois êle é conquistador por natureza. Veremos, mais longe, como nos preservar dessas doenças do Estado.

A Federação

Os Constituintes de 17 de janeiro de 1959 foram sábios em agir por etapas. Uma nação não se constrói em um dia; ela, como o fruto,

precisa do amadurecimento interno. A construção do Estado se assemelha à das catedrais da Idade Média. É uma obra de grande fôlego, que exige séculos de esforços e de paciência. A França gastou perto de dois mil anos — até Napoleão — para se constituir em Estado-Nação, e foi a primeira na Europa.

Fomos prudentes em começar, pelos alicerces, pela Federação de Estados, pela Federação do Mali. Esta não extinguiu as repúblicas federadas; ùnicamente coordenou suas políticas, transferindo às autoridades federais sòmente podêres gerais, especìficamente definidos e limitados. É preciso aguardar a adesão dos outros Estados da antiga A.O.F. para examinar em que direção caminharemos e até onde iremos. Precisamos também comprovar, através da experiência, os resultados desta primeira etapa. Acrescentemos que a Federação do Mali é, também, um Estado com um govêrno, um parlamento, uma justiça e administração próprios. É ela que tem competência em certas matérias para assinar acôrdos e convenções com os outros Estados membros da Comunidade — exceto a República Francesa. O Mali é a base de uma nação negro-africana, com uma bandeira, um hino, uma divisa.

Não creio, pessoalmente, que seja preciso formar um Estado unitário. Os mais poderosos Estados, atualmente, são os Estados federais: os Estados Unidos da América, a U.R.S.S., a China, a Índia, o Canadá e o Brasil. A franqueza da França consiste, possìvelmente, na sua excessiva centralização. Os franceses mais lúcidos começam a reconhecer êsse fato. Tudo que se poderá fazer é uma nova redistribuição, uma nova disposição dos Estados federados.

É fácil prever o número de dificuldades psicológicas que encontraremos em virtude de cristalizações, de rotinas e de preconceitos. Os homens não podem ser organizados como pilhas de lenha. Sobretudo, prestaremos atenção para não cairmos em uma das tentações do Estado-Nação, que é a uniformização das pessoas através das pátrias. O modêlo é o empobrecimento das pessoas, sua transformação em indivíduos-*robots*, uma perda de substância e de seiva.

A riqueza nasce da diversidade das pátrias e das pessoas, de sua *integração*. Relembraremos sempre esta verdade, muitas vêzes expressa por Teilhard de Chardin: as raças não são iguais, mas complementares, o que é uma forma superior de igualdade. O mesmo acontece com as pátrias e com os homens. Daí a superioridade do Estado federal sôbre o Estado unitário. Irei ainda mais longe. Há sòmente um meio de

reduzir a tirania do Estado, de afastar suas doenças, que é, como queria o socialista Proudhon, o *Federalismo*, em outras palavras a descentralização e a desconcentração das instituições, tanto econômicas como políticas.

Podemos lamentar que o Daomé não aderiu à Federação do Mali e que o Alto-Volta não permaneceu como membro.(*) Pensando melhor, foram boas escolhas tanto em relação ao aspecto político quanto ao econômico. Os primeiros-ministros dêsses dois Estados nunca foram, contràriamente aos seus povos, federalistas convictos. Teriam sido, na Federação do Mali, causa de dissensões. Teriam, pelo menos, enfraquecido os laços federais.

Tínhamos tido um bom comêço no Mali, unindo populações cujas características naturais eram semelhantes: clima, solo e sangue, línguas e costumes, arte e literatura. O Senegal e o Sudão constituem, além disso, um conjunto econômico bastante homogêneo e rico, se bem que de uma riqueza relativa. Na antiga A.O.F. sòmente êsses dois territórios forneciam perto da metade das receitas orçamentárias do Grupo. Possuindo o melhor pôrto (Dacar), o conjunto industrial mais poderoso e um mercado de sete milhões de consumidores, tínhamos, de início, importantes vantagens. Noto, de passagem, que muitos dos funcionários e técnicos africanos de nossos quadros superiores não são provenientes do Mali. A liberdade maliana é outra vantagem.

Entretanto, no interêsse da África negra e da França nosso objetivo deve ser reunir, no seio da Federação do Mali, todos os Estados da antiga A.O.F., membros da Comunidade, e assinar, por enquanto, acordos econômicos e culturais com os outros Estados, inclusive com a República da Guiné. Agindo dessa forma, estaremos sòmente seguindo o exemplo da França.

A maior e permanente preocupação dos reis de França foi, durante quase mil anos, construir de raças diferentes uma *nação;* e estender seu reino até as fronteiras naturais da Gália. Naturais, pensando bem, sòmente nos planos geográfico e econômico, pois o Basco é, para o antropólogo, mais diferente do Flamengo e do Bretão do que o Wolof

(*) A primeira declaração da Federação do Mali dizia que incluiria o Senegal, Sudão, Alto-Volta e Daomé. Os *referenda* nesses dois últimos países derrotaram a proposta. Posteriormente o Alto-Volta e o Daomé associaram-se com a Nigéria e Costa do Marfim no *Conseil de l'Entente*. (N. do T.)

do Baoulé e do Fon. O objetivo era reduzir progressivamente as pátrias-províncias, a absorvê-las a Île de France, que lhes impôs seu dialeto como língua nacional. Na África Ocidental, sòmente para citar êste caso, a França retomou, sob sua direção, os grandes desejos dos imperadores do Mali e do Songhai: unir o Senegal ao país Haoussa e os oásis do Saara ao Gôlfo de Benin para reunir as raças do ramo "sudanês" em um vasto conjunto política e econômicamente viável. Nossa intenção não é diferente. Por que aquilo que foi bom para a França e para a África negra na primeira metade do século XX não o seria mais na segunda metade? A lógica terá deixado de ser francesa, e o bom senso, negro-africano?

A reconstrução, evidentemente em novas bases, da antiga federação da A.O.F. será do interêsse político dos africanos, pois isto resulta da própria idéia que temos de *Nação*. O Alto-Volta e o Níger são países de savana, como o Senegal e o Sudão. O fato de a Costa de Marfim e o Daomé serem compostos, em sua maior parte, de florestas é uma razão a mais para não separá-los dos outros países. Êles são *complementares*, necessários aos outros como os outros a êles.

É evidente, para quem segue o desenvolvimento da guerra fria na África Negra, que a reconstrução da antiga Federação é também o interêsse político da França. A Guiné nos oferece um exemplo típico e mesmo, ousamos dizer, a União Gana-Guiné. A guerra fria não é, sòmente, entre Leste e Oeste, é também, secretamente, entre os membros da OTAN. (Sabe-se que o *Foreign Office* não foi contra o nascimento dessa União.) Podemos estar certos de que, enredados em suas crises internas, das quais a ditadura dos Estados antifederalistas é sòmente uma solução provisória, porque muito fácil, os Estados de língua francesa correm o risco de tombar, um após outro, para o lado do *Commonwealth* ou das democracias populares. O que pode fazer o Daomé, situado entre a Nigéria e Gana? Como podem as populações do Níger pobres e exploradas, sob um regime feudal, resistir à atração de uma Nigéria rica e democrática, habitada, além disso, por 35 milhões de habitantes?

A reconstrução da antiga Federação é em suma o interêsse político da Comunidade. Tenho explicado diversas vêzes que a associação entre o vaso de barro e o vaso de ferro é contra a natureza. Ela é baseada num desequilíbrio de fôrças; é fator de discórdias, provoca a fraqueza.

A fôrça de uma associação repousa no equilíbrio de suas partes; a fôrça de uma associação depende da fôrça de cada um dos associados. No entanto, a fôrça dos associados não é sòmente material, ela é moral; não é sòmente econômica, mas também política. A Comunidade Francesa só será sólida na medida em que todos os Estados da Comunidade, quer dizer seus povos, se sentirem sócios moralmente iguais, tendo um pêso real nas decisões do Conselho Executivo. E como da Comunidade haveriam de conseguir isso se desunidos, enquanto os franceses metropolitanos, ministros da Comunidade, sempre formaram um rígido bloco? Como, se têm o sentimento desencorajador de que a sua ascensão não será o fruto de uma esfôrço solidário de organização, mas da boa vontade da França metropolitana? Mais do que a consciência de sua miséria, é o sentimento de frustração, é o *complexo de inferioridade*, que levou os povos de Bandung a revoltar-se contra os povos privilegiados: contra o Ocidente. Tememos que a *balcanização* da África Negra, se não a remediamos, possa levar a um nôvo Bandung para a Comunidade Francesa. E sabemos que as mais perigosas revoltas não são as dos braços armados, mas a dos braços cruzados, a da recusa.

A Federação oferece vantagens econômicas, assim como políticas. Os economistas repetem que o desenvolvimento exige, principalmente, além da acumulação primitiva do capital, a expansão do mercado interno. É aí que reside, essencialmente, o poderio material dos dois Grandes. Por exemplo, o comércio interno dos Estados Unidos é dez vêzes o volume do seu comércio exterior. Esta verdade também explica a criação do Mercado Comum Europeu. As maiores nações européias têm de 45 a 60 milhões de habitantes, cuja renda anual *per capita* é 20 vêzes mais alta do que na antiga A.O.F., que possuía sòmente 20 milhões de habitantes. Como acreditar, nessas condições, que o estabelecimento de oito barreiras alfandegárias favorecerá nosso desenvolvimento? Nossos industriais admitiram que, se continuar a balcanização da África Negra de língua francesa, terão que fechar as portas de suas fábricas. Desde já, os efeitos desta balcanização começam a se fazer sentir. No primeiro trimestre de 1959, as receitas alfandegárias e fiscais baixaram de 12%. Nenhum lirismo — e os poetas não são aquêles que cremos como tais —, nenhuma paixão pode apagar o fato.

Os oito Estados da antiga A.O.F. perdem, por causa da balcanização, no terreno econômico. A França também. Os especialistas calcularam que, caso não restabeleçamos o mercado comum da antiga

A.O.F., a França deverá dedicar, cada ano, além dos créditos do Fundo de Ajuda e Cooperação, 7 milhões de francos CFA para cobrir o deficit orçamentário dos Estados pobres. (*)

Os Estados antifederalistas estão começando a reconhecer êsses fatos. Bem ou mal, são levados a reagrupar-se, a constituir uma federação ou federações indiretamente. É significativo, sob êste ponto de vista, o artigo de Philippe Decraene, publicado em *Le Monde* de 5 de maio de 1959: "Sem renunciar às posições doutrinais, que defende desde o congresso de Bamako (outubro de 1957), Houphouet-Boigny acaba de constituir *sob a liderança da Costa do Marfim* um reagrupamento territorial abrangendo o Alto-Volta e o Níger e, talvez, posteriormente, o Daomé. Afastando qualquer fórmula de "supergovêrno" ou de "superministério", êsse projeto coloca a colaboração econômica e a coordenação administrativa antes das preocupações políticas. Seu promotor nega-lhe, no entanto, todo caráter federal no *sentido estrito*. Apesar de seu caráter diferente, êste reagrupamento é de fato o homotético da Federação do Mali. Irá *modificar consideràvelmente o equilíbrio de fôrças políticas* no seio da antiga A.O.F. e não insistirá, como fazem atualmente os dirigentes da Federação do Mali, sôbre o tema da independência total". Os grifos são meus. Não poderia ser dito de melhor maneira. Tanto mais que *Le Monde* não é considerado um jornal pró-maliano.

Essas linhas merecem algumas reflexões. Se o nôvo reagrupamento tem por objetivo "a modificação do equilíbrio das fôrças políticas na antiga África Ocidental Francesa", isto prova que, além das preocupações econômicas, a intenção é realizar uma operação política. No "nariz de cêra" do artigo de Decraene, êste diz que: "Antes da reunião do Conselho" (executivo), "os Chefes dos Governos africanos pertencentes ao R.D.A. reuniram-se na residência de Houphouet-Boigny para confrontar seus pontos de vista e harmonizar sua atitude em relação aos pontos tratados em conselho durante a tarde de segunda-feira". Que iriam fazer êles "neste barco", a não ser tratar de política? Decraene, apesar de suas simpatias pelo R.D.A., não pôde deixar de ver no reagrupamento projetado uma instituição política, o comêço de uma

(*) O valor do CFA, ou franco afro-ocidental, é de duas vêzes o do franco metropolitano. Seu valor é aproximadamente Cr$ 7.400.

federação. Feliz é a língua francesa, tão fértil em sutilezas, onde as litotes dizem o mais pelo menos!

Eis a federação desfigurada que está sendo formada contra o Mali. Sua fraqueza residirá no fato de que não será uma "federação no sentido estrito", mas um instrumento a serviço de um Estado. Avisam-nos que o nôvo reagrupamento será feito "sob a liderança da Costa do Marfim". Nada tenho contra a Costa do Marfim, devemos evitar todo rancor contra ela e considerá-la como um Estado irmão. Não subestimo suas grandes potencialidades agrícolas: afirmo que ela é o maior centro de arte negro-africana. Constato simplesmente um fato a mais: como o Estado mais rico, a Costa do Marfim, além da hegemonia política, ficará com a parte do leão no domínio econômico. Com pequenas despesas ela ganhará um importante mercado para suas indústrias. Manterá consigo a maior soma das receitas alfandegárias e das taxas e impostos fiscais, deixando para a França a tarefa de cobrir o deficit orçamentário dos Estados pobres. A outra fraqueza dessa *Entente* será a de depender mais da generosidade francesa, dentro de uma política de facilidades, do que de uma política de rigor e austeridade. Não se constrói uma nação, menos ainda um Estado, através de uma política de facilidades, mas pelo trabalho, pelo esfôrço consciente de todos os seus cidadãos. Em todo o caso, não é uma ajuda para a unidade africana, retirar, com a interferência de certos políticos de Paris, o Daomé e o Alto-Volta da Federação do Mali para criar, contra essa última, um outro reagrupamento.

A Federação do Mali, como sabem, fundamenta-se em bases diferentes, e antes de tudo, sôbre a honestidade. A *Entente* "não insistirá", anuncia Decraene, "como fazem atualmente os promotores da Federação do Mali, sôbre o tema da independência final. Não temos uma língua para os europeus e outra para os africanos. Não dizemos aos primeiros: "Não há mais problema político entre a França e a África; renunciamos à independência para sempre". E aos africanos: "Peçamos ajuda maciça à França e, quando estivermos preparados, proclamaremos a nossa independência". Sustentamos que mesmo em política a honestidade é a melhor política. A maior habilidade é, muitas vêzes, ser hábil.

No entanto, na Federação do Mali não existe Estado-líder, mas uma solidariedade total entre Estados-membros. Em outras palavras: a única liderança pertence à Federação, no interêsse geral. As receitas alfandegárias e as taxas fiscais vão em primeiro lugar para os serviços

federais. O restante é repartido entre os Estados federados de acôrdo com suas necessidades, ficando subentendido que o esfôrço fiscal e o esfôrço de austeridade serão os mesmos para todos.

Com relação ao Secretariado permanente, criado para administrar os serviços comuns da antiga A.E.F., tem a vantagem sôbre a *Entente* de ter sido instituído em bases igualitárias. Seu defeito é o de confiar, a técnicos, podêres que normalmente pertencem aos políticos. A morte daquela forte personalidade que foi o nosso amigo Barthélémy Boganda pode impedir a evolução do Secretariado permanente no caminho de uma verdadeira federação.

Nossa conclusão sôbre a Federação é que ela servirá aos melhores interêsses de tôda a Comunidade Francesa. Lamento dizer que os inglêses e os belgas, que são realistas, compreenderam melhor o problema. É verdade que são os africanos, em primeiro lugar, os responsáveis pela balcanização. Os inglêses aceitaram a independência da Nigéria, desde que fôsse salvaguardada a Federação. Quanto aos belgas, um recente discurso de Van Hemelrijck, Ministro do Congo e de Ruanda-Urundi, não deixa nenhuma dúvida quanto às suas intenções. Levarão o Congo por etapas à sua independência, mas respeitando a unidade. A balcanização será, de qualquer forma, evitada, mesmo contra a vontade dos congoleses. Tanto os inglêses quanto os belgas pretendem cumprir até o fim seu dever de tutores e não permitir que suas crianças dissipem o patrimônio familiar.

A Comunidade

Aquêles que leram atentamente a Constituição de 4 de outubro de 1958, e aquêles que seguem, atentamente, a organização das instituições da Comunidade, concordarão honestamente em que ela responde às nossas reivindicações e nossas esperanças.

Basta ler algumas constituições de Estados federais — Canadá, Índia, Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha — para ver que obtivemos, na África negra, uma completa autonomia interna, e ainda mais. Na verdade, o estatuto de nossas repúblicas está entre a autonomia e a independência, e o da Comunidade entre a Federação e a Confederação. Em uma federação clássica, o número das matérias comuns aproxima-se freqüentemente de trinta. Na Constituição de 4 de outubro, elas não são obrigatòriamente mais do que cinco. Isto

não é um detalhe negligenciável. Existe, além disso, a última alínea do artigo 78, prevendo que "acordos particulares podem criar outras competências comuns ou regular tôda transferência de competência da Comunidade a um de seus membros". Não é necessário ser vidente para prever que será sempre êste último caso o que prevalecerá. Há, sobretudo, os artigos 86 e 88. O artigo 86 autoriza, a todo Estado-membro, "tornar-se independente". Para isto, basta uma simples resolução da Assembléia Legislativa do Estado interessado, "confirmada", é verdade, "por um *referendum* local organizado e controlado pelas instituições da Comunidade". É normal. Mas não vejo como a Comunidade, de que participamos, poderia resistir a um levante popular. Quanto ao acôrdo que sancionará legalmente o *referendum*, deverá ser "aprovado pelo Parlamento da República Francesa" e "pela Assembléia Legislativa interessada". Êste acôrdo, apesar do que se disse em certos meios africanos, não se refere ao princípio, mas às modalidades de aplicação da independência. Isto é também normal. Se bem que se tenham tornado independentes, o Marrocos e a Tunísia assinaram, com a França, acordos de transferência de competências. E êste processo não terminou aí. O artigo 88 permite, aos Estados que se tornaram independentes, assinar acordos de sociedade com a República Francesa ou com a Comunidade.

Realmente, somos *independentes* no sentido etimológico da palavra. A independência é essencialmente a *não-dependência* nas suas decisões: a *liberdade para escolher*. Fomos livres para escolher no dia 28 de setembro de 1958.(*) Somos, agora, a qualquer hora, livres para escolher o caminho do nosso destino. Não seríamos agradecidos se não reconhecêssemos esta liberdade fundamental que é nossa.

Continuemos a análise do conceito de independência. Nossa primeira observação é que, como qualquer conceito, não alcança tôda a realidade, mas a simplifica perigosamente na medida em que se torna um têrmo jurídico. A independência, para um jurista, é uma *forma*, não uma realidade. O Estado independente é o que é reconhecido como tal, *de jure*, sôbre o plano internacional. Em um plano inferior, é o que possui os sinais exteriores da soberania: um exército e uma diplo-

(*) O *referendum* de 28 de setembro de 1958 permitiu aos franceses de além-mar decidir, votando "sim" ou "não", sua permanência na Comunidade Francesa.

macia, não digo nem mesmo uma moeda. Existe exército e exército, diplomacia e diplomacia. Os exércitos e as diplomacias dos Dois Grandes são realmente exércitos e diplomacias. Quem ousaria afirmar o mesmo de algum "Estado-anão" da Ásia ou da África? Isto significa que a independência jurídica é realmente *nominal* e não necessàriamente *real*. Certo Estado africano, que obteve sua *independência* há 150 anos, continua a vituperar o colonialismo, o que prova que não é ainda, realmente, independente.

Nós, os federalistas, aqui reunidos, fomos os primeiros a defender a unidade africana e a distinguir a independência nominal da independência real. Os antifederalistas pedem emprestado, agora, o nosso vocabulário. É a homenagem que o êrro presta à verdade. Longe de abandonar nossas teses, devemos mantê-las, aprofundando-as. Desta forma, faremos delas instrumentos eficazes para compreender a realidade e transformá-la.

Não diremos, à maneira dos antifederalistas, para tranqüilizar os partidos franceses da direita: "Não há mais problema político entre a França e a África Negra". Veremos, agora mesmo, que existem. Diremos: "A Constituição definiu um método eficaz para resolver os problemas que surgem e continuarão a surgir". Não diremos: "Renunciamos, para sempre, à independência". Diremos: "A Constituição de 4 de outubro permite-nos preparar e organizar, por etapas, nossa independência". Copiando uma tática comunista, enquanto se proclama anticomunista, pode-se provisòriamente adiar o problema da independência. Mas não se pode evitá-lo. A história do século XX coloca-o diante de todos os povos de côr. O melhor método é encará-lo realìsticamente, para resolvê-lo efetivamente. Uma nação não pode florescer na dependência. O problema consiste em saber o que se deve entender por independência e como consegui-la.

Uma independência nominal é falsa. Pode satisfazer o orgulho nacional, mas não elimina a consciência da alienação, a frustração, o complexo de inferioridade, porque não resolve os problemas concretos dos países subdesenvolvidos: habitação, vestuário, alimentação, saúde e educação das massas.

Daremos prioridade ao desenvolvimento rápido e harmônico de nossos países subdesenvolvidos. Vimos que a Federação do Mali será o nosso maior instrumento. Mas será integrada em uma entidade mais

ampla, a Comunidade, e associada a um conjunto mais amplo, o Mercado Comum Europeu.

À medida em que nos desenvolvamos econômica e socialmente, bem como formemos os quadros necessários para o Estado e levantemos o nível de vida, paralelamente ao de educação, negociaremos amigàvelmente com a Comunidade a transferência dos podêres prevista no artigo 78 da Constituição de 1958. Teremos, no fim, tôdas as características exteriores da soberania, da independência nominal. Se provarmos nossa capacidade para uma administração e organização autônomas, é inconcebível que a França não garanta a nossa independência nominal. Será suficiente emendar o artigo 77, substituindo "Os Estados gozam de sua autonomia" por "Os Estados gozam de sua independência". Procuremos a independência real, e o resto nos será dado por acréscimo. (*)

Isto significa que deveríamos deixar a Comunidade para negociar um pacto de associação de acôrdo com o artigo 98? Não cremos. Objetivamente, seria uma pobre solução, pois trocaríamos o conteúdo pela forma. Se acreditamos sinceramente na necessidade de grandes alianças intercontinentais, encontraremos mais vantagens em uma comunidade multinacional do que numa associação frágil e inadequadamente definida. Se sustentamos firmemente aquilo que tem sido nosso ideal comum — uma confederação multinacional — se mostramos, por atos, que desejamos o florescimento de nosso destino dentro da Comunidade, a opinião francesa será grata a nós. E precisamos, para o nosso desenvolvimento, do apoio desta opinião.

O problema é não sacrificarmos tudo para conquistar essa opinião, sobretudo nossa dignidade negro-africana. A evolução dinâmica da Comunidade, no sentido da história e do seu dinamismo interno, é o nosso interêsse. É, também, o interêsse da França. No campo econômico, a França pode passar sem a África negra, mas o mesmo não acontece no campo político e cultural. A França não é a Holanda. Ela é uma grande dama que precisa espalhar seu encanto em uma família numerosa. Reduzida às suas dimensões européias, fracassaria

(*) Alguns meses depois de escrito êste *Relatório*, a França emendou a Constituição de 4 de outubro para permitir a permanência dos Estados independentes na Comunidade. Em 20 de junho de 1960 o Senegal adquiriu sua independência integral. (N. do T.)

em sua missão no mundo, que é a defesa do homem. Perderia a sua alma e sua *raison d'être*.

Se a França pudesse entender isto, compreenderia não sòmente os negros africanos, mas também os árabes berberes do Norte da África. A vitória seria dela. Transformaria, com o nosso apoio, a Comunidade em *Commonwealth à la française*. Estados independentes, antigos protetorados ou colônias, concordariam, talvez, em entrar para esta confederação franco-africana. Pensamos que uma solução dentro dessa perspectiva poderia ser encontrada para o problema argelino, êste câncer que corrói, pelo lado, a França. Em todo caso, temos, nessas circunstâncias, um papel a exercer.

Participaremos, lealmente, da Comunidade, dentro da orientação já indicada. Isto nos impõe deveres. Primeiro, devemos ser fiéis à nossa doutrina e programa. Em seguida, devemos ser realistas. Estaremos mais interessados em ações do que em palavras. Os discursos incendiários são os menos eficazes, pois amedrontam e não persuadem. Quando os filhos atingem a maioridade, constituem um nôvo lar, e afrouxam os laços familiares, mas não os rompem. Somos, em certo sentido, filhos espirituais da França.

Nosso terceiro dever é lembrar que sòmente a confiança gera a confiança. Devemos continuar confiando no povo da França e no General de Gaulle, Presidente da República e da Comunidade. Sei perfeitamente que os franceses têm os seus defeitos; têm, também, as suas qualidades. Que povo admirável e, às vêzes, decepcionante; ao mesmo tempo, sedutor e irritante! Foi o primeiro na Europa a tornar-se uma nação, rico em virtudes, engenheiro e soldado, artista e artesão. O povo da França é imperialista, assimilador, sentimental; é razoável, realista e humano. Tenta impor aos fatos suas idéias e sentimentos. Prefere seu prestígio aos seus interêsses; não deseja ser amado, mas deseja que se diga que êle é amado. Mas, quando se argumenta com uma sólida e factual refutação, êles se curvam à verdade — através da razão e da humanidade. Quanto ao General de Gaulle, durante as amargas horas da ocupação nazista, confiamos em que êle salvaria a França de uma ditadura racista e, ao mesmo tempo, a África Negra. Êle não nos decepcionou. Como podemos criticá-lo por ser duro e hábil? Êle é francês; nêle o realista nunca se deixa sufocar pelo idealista. Êle é, sobretudo, humano, é leal, com uma lealdade que os ultras

chamam de fraqueza. Precisamos, sòmente, debater com calma e apresentar argumentos baseados em fatos.

Não esconderemos nossa convicção de que a nossa leadade requer da França uma lealdade igual. Não sòmente do General de Gaulle, mas também dos partidos políticos e do govêrno da República Francesa. É inadmissível que certos partidos e certos ministros intervenham nos assuntos internos da África Negra. O exemplo mais recente nos foi dado pelo Daomé. É significativo que tenha sido a secção do Daomé da U.G.T.A.N. (Union Général des Travailleurs de l'Afrique Noire) afiliada ao R.D.A. que protestou contra o envio de uma delegação a Paris para resolver a crise do Daomé.

É também necessário que as autoridades da Comunidade tratem imparcialmente os partidos políticos e os Estados africanos. Atualmente alguns estão sentados à direita do Pai, com as ovelhas brancas, enquanto os outros estão relegados à esquerda, com os bodes, nas trevas da noite. Quando a Costa do Marfim recebeu o mais poderoso transmissor de rádio do território (25 mil watts) ninguém protestou. Por que então essa mesma Costa do Marfim, apoiada pelo côro dos seus satélites, protesta agora contra o Mali, por êste ter recebido um transmissor de igual potência que nos habilitará a atingir todos os cantos da Federação?

Devemos ainda considerar a questão mais importante: o exercício das liberdades públicas. O artigo 77 da Constituição de 4 de outubro de 1958 diz que: "Existe sòmente uma cidadania na Comunidade. Todos os cidadãos são iguais em direitos e em deveres, quaisquer que sejam sua origem, raça e religião. Têm os mesmos deveres". Quando certos Estados africanos recusaram convocar eleições depois de terem votado suas novas constituições, e quando certos Estados fabricaram leis eleitorais *ad hoc* — a do Alto-Volta é um exemplo — poderíamos responder que eram questões internas dêsses Estados. O que ainda compreendemos menos é como as autoridades da Comunidade podem permanecer impassíveis quando algum Estado expulsa de seu território, sem prévia decisão judicial, um cidadão da Comunidade. Logo, será necessário ser inglês, americano, russo ou chinês para gozar dos direitos do homem em um Estado da Comunidade. A Federação do Mali não pode ficar impassível diante da expulsão de seus cidadãos. Se não fôr possível convencer os governos dos Estados antifederalistas, dever-se-á

submeter a questão à Côrte de Arbitragem. Se não conseguida nenhuma satisfação, poder-se-á, então, legìtimamente, tomar medidas de represália. Em tais circunstâncias, a Comunidade terá, òbviamente, deixado de existir. "Uma casa dividida contra si mesma não pode subsistir." Esperemos que as divergências não cheguem tão longe.

SEGUNDA PARTE

REALIZAR-SE COMO NAÇÃO

Dissemos que o Estado é a expressão da Nação; é primordialmente o meio de realizar a Nação. A história política ensina que a falta de organização estatal acarreta fatalmente a desagregação da nação. A história da IV República é um exemplo significativo. Na primeira fase da construção nacional devemos organizar os podêres públicos do Estado federal e dos Estados federados para criar uma estrutura que lhes garanta sua autoridade e permanência. Devemos também definir o programa que orientará êsses podêres públicos — governos e parlamentos. Sòmente com essas medidas poderemos transformar nossas diversas populações em um *Povo,* quer dizer, uma *Comunidade,* onde cada indivíduo se identificará com a coletividade e esta com todos os seus membros. Mas a *unanimidade,* a *comunhão* das almas não é suficiente. Para que o Povo se torne Nação, é necessário que o indivíduo se desenvolva como pessoa, pela elevação de seu nível de vida e de cultura. Nossa Constituição garante a fôrça e estabilidade dos podêres públicos. Nosso programa, inspirado em nossa doutrina, permitirá ao Estado federal realizar a Nação negro-africana.

Nosso programa não pode atualmente ser apresentado em detalhes. Ainda é muito cedo para fazê-lo. Primeiro devemos assegurar uma base cultural para a futura Nação, definindo os caracteres essenciais da civilização negro-africana tradicional que, misturados com as contribuições européias e francesas, permitirão o seu renascimento. Devemos também fazer um levantamento objetivo de nossa situação econômica: nossas riquezas, nossas deficiências, nossas potencialidades. Sòmente através dêsses inventários poderemos elaborar um programa a longo prazo, um plano de desenvolvimento harmonioso de nossas potencialidades. Tudo que pretendemos fazer, hoje, tudo que podemos fazer é apresentar o problema. Não será, como acontece muitas vêzes nos congressos dos partidos africanos, uma lista de reivindicações e de

promessas eleitorais, mas a definição de um método: a *problemática* de nosso desenvolvimento.

O socialismo é um humanismo

Nos programas respectivos de nossos países, todos proclamávamos nossa filiação ao *socialismo*. Era uma boa atitude, mas não era suficiente. A maior parte do tempo contentávamo-nos com fórmulas estereotipadas e vagas aspirações, que chamávamos de *socialismo científico*, como se o socialismo não significasse um retôrno às fontes originais. Precisamos, sobretudo, fazer um esfôrço para repensar os textos básicos à luz das realidades negro-africanas. Vejamos primeiramente a questão mais importante.

Os antifederalistas acusaram-nos de ser ateus, "marxistas" e de proibirmos a religião. Evidentemente, isto cheira a propaganda. Podemos integrar os valôres da cultura negro-africana, especialmente os valôres religiosos, no socialismo? Devemos responder definitivamente com um *sim* inequívoco.

Não somos "marxistas" no sentido dado atualmente a esta palavra, na medida em que o marxismo é apresentado como uma metafísica atéia, uma visão total e totalitária do mundo, uma *Weltanschauung*. O próprio Marx disse uma vez: "De minha parte, eu não sou um marxista". Nós somos *socialistas*. Em outras palavras, não excluiremos Marx ou Engels de nossas fontes; partiremos de suas obras, bem como das dos "socialistas utópicos", às quais acrescentaremos as obras de seus discípulos e comentadores. Mas conservaremos sòmente o método e as idéias: o método que pode servir à análise de nossa situação; as idéias, para ajudar a solução de nossos problemas.

Começaremos por Marx e Engels. Quaisquer que sejam suas limitações, suas insuficiências ou seus erros, foram êles, mais do que todos os outros, que revolucionaram o pensamento político e econômico do século XIX. As conseqüências dessa revolução são ainda perceptíveis no século XX. Membros da Igreja não podem negar as contribuições de Marx e aceitam os valôres positivos de sua obra. Foram êles talvez que, desde o fim da Segunda Guerra, mais contribuíram para a compreensão de Marx — pelo menos na França. Como prova disto, preciso citar sòmente dois franceses marxistas. "Um paradoxo final", escreve Henri Lefebvre, o "mestre do marxismo" na França, "é que as

mais importantes obras publicadas sôbre o marxismo recentemente são de autores jesuítas". (1) E Lucien Goldmann, falando dessas mesmas obras, nota que "representam no momento a principal contribuição francesa ao estudo do marxismo". (2) Chamo particularmente a atenção para a obra do Padre Bigo intitulada *Marxisme et Humanisme*, (3) que tem o mesmo título que eu dei a um artigo publicado em *La Revue Socialiste* (março de 1948).

Partiremos, portanto, das idéias de Marx, de sua teoria, de suas teorias. Marx tomou emprestado os conceitos econômicos e vocabulário de seus predecessores. É certo que êle se interessa pelas estatísticas que estavam, então, em moda, mas cita fatos e números sem verificá-los nem criticá-los. O que lhe interessa são menos as coisas do que as reações dos homens às coisas, menos as relações das coisas do que as dos homens entre si e com as coisas. Êle é o verdadeiro criador da *Sociologia*. Seu objetivo é, segundo o dito famoso, "penetrar o conjunto real e íntimo das relações de produção na sociedade burguesa". O fato é que Marx veio para a economia através da filosofia, fazendo uma parada em Hegel, de quem pediu emprestado a teoria da *alienação*, e em Feuerbach, que lhe ensinou a importância da *praxis*. Sua sociologia repousa na teoria da alienação, que êle desenvolve através das teorias particulares do valor e do capital. Começarei por estas últimas.

A mercadoria é, para Marx, a forma elementar da riqueza nas sociedades de tipo capitalista. Ela "é principalmente um objeto exterior, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie". (4) Tôda mercadoria tem dois valôres: um *valor de uso* e um *valor de troca*. O valor de uso de uma coisa é determinado pela sua utilidade. Baseia-se nas necessidades humanas. "Determinada pelas propriedades no corpo da mercadoria, ela não existe independente dêle." (5) Ela é o sustentáculo material do valor de troca. Em uma economia capitalista, isto é, uma economia monetária de mercado, o valor de troca substitui-se ao valor de uso e torna-se o valor em si mesmo. Sua característica é ser o produto de um "mesmo trabalho humano", de "gasto de fôrça humana de trabalho sem considerar a forma particular como essa fôrça é despendida". Portanto, sòmente "o tempo de trabalho necessário em uma determinada sociedade, para a produção de um artigo, é que determina o seu valor". (6) Esta é a teoria do *valor-trabalho*. Em outras palavras, numa economia comunitária de tipo patriarcal, os bens, nascidos das necessidades humanas,

permanecem nas mãos dos homens. Numa economia de mercado êsses mesmos bens escapam do contrôle consciente dos homens, submetendo-se à lei monetária da troca e estabelecem, entre êles, relações objetivas. O mundo dos homens é substituído e dominado pelo mundo das coisas. Os homens desaparecem por detrás das coisas. Os homens são cortados da natureza e uns dos outros. Perdem sua humanidade. Êles entraram no mundo do *capital*.

O capital não poderia ser identificado com os meios de produção. Êstes últimos existem da mesma forma que existiam na comunidade patriarcal. O capital são os meios de produção monopolizados por uma minoria de homens. O capital, para Marx, é ainda mais do que isso. É uma idéa que toma vida, que se personifica, uma vontade consciente e implacável que se incarna em uma fôrça monstruosa. Esta é o dinheiro, cujo objetivo final é fazer dinheiro. O objetivo não é satisfazer as necessidades humanas, nem mesmo as necessidades animais — comer, vestir, morar —, mas apropriar-se da mais-valia do trabalho do operário. Aqui aparece a teoria da *mais-valia*.

O valor de um bem é, portanto, determinado pelo *quantum* de trabalho necessário para a sua produção. Êste valor deveria, normalmente, corresponder ao número de horas necessárias para fabricar êsse bem; em uma economia humana deveria corresponder ao número de horas necessárias para assegurar a vida do operário e de sua família — vida material e vida espiritual. Suponhamos que êste número de horas seja cinco. O capitalista deveria pagar ao operário na base de cinco horas. No entanto, êle lhe paga nessa base, mas o faz trabalhar oito horas, de modo que o valor das três horas extras vai para o empregador e não para o empregado. É essa mais-valia que, segundo Marx, permite "a acumulação do capital", a *capitalização*. O patrão objetaria que êle corre o risco e que fornece os meios de produção. Os socialistas respondem que o capital é amortizado no fim de alguns anos e que a mais-valia permanece indefinidamente. Mas êste, talvez, não é o argumento essencial. A teoria geral de Marx é uma economia *macro-econômica*. O que êle considera é o conjunto dos operários e o conjunto dos capitalistas, o que elimina a noção do risco.

À luz dessas análises, podemos agora explicar a teoria geral da *alienação*, que as fundamenta. A teoria da alienação não é particularmente discutida no *Capital*, mas nas obras filosóficas de Marx, bem

como no manuscrito póstumo "Trabalho Alienado". Sem essas obras de juventude será difícil compreender *O Capital*.

Para Marx, o homem é essencialmente um *produtor-artista*. Isto é aquilo que o distingue do animal. Ambos estão colocados na natureza, ou melhor, ambos são produtos da natureza — geografia e história — e sòmente desenvolvem suas virtualidades através da natureza, que nos é dada como um mundo objetivo inorgânico. O animal não transforma a natureza; êle *naturalmente* extrai dela seus "meios imediatos de subsistência", no sentido de que é movido pelos instintos. Êle nada mais deseja, além da satisfação das necessidades materiais. Se o homem, por outro lado, se realiza na natureza, êle faz ainda mais pela natureza. Não se submete passivamente às fôrças produtivas da natureza, age sôbre elas: êle as fabrica. "O animal", escreve Marx, "se confunde inteira e diretamente com sua atividade vital. Êle é essa atividade. O homem faz de sua atividade vital um objeto de sua vontade e de sua consciência. Êle tem uma atividade vital consciente." ([7]) E mais adiante: "O animal produz ùnicamente em virutude de uma necessidade física imediata, enquanto que o homem produz mesmo quando está livre de qualquer necessidade. O animal trabalha sòmente no nível e de acôrdo com as necessidades da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe produzir no nível de qualquer espécie e aplicar ao objeto a medida que lhe é inerente. Esta é a razão por que o homem também constrói de acôrdo com as leis da beleza." ([8])

O homem sòmente se realiza quando realiza a natureza, transformando-a à sua medida, e tornando-se um criador de cultura e civilização.

Isto significa que o homem tem direitos: sôbre sua atividade de produtor consciente, sua "fôrça de trabalho" e sôbre os objetos de sua produção. No sistema capitalista, o homem sofre uma dupla alienação, uma dupla frustração, pelo fato de vender para o capitalista sua "fôrça de trabalho", que é a fonte de todos os bens humanos. O produto do trabalho, sob a forma de mais-valia, é tirado do produtor para aumentar o capital. "A realização do trabalho toma o aspecto de não-realização a um tal grau que o operário é espoliado não sòmente dos objetos necessários à vida, mas dos próprios instrumentos do trabalho." ([9]) A alienação não está sòmente no produto; está na própria produção, que por seu caráter humano deveria ser uma atividade *livre*. No sistema capitalista a produção é imposta de fora ao produtor. "É trabalho for-

çado." Não é a satisfação de uma necessidade interna de criação, "mas um meio para satisfazer necessidades estranhas" ao homem. "É a energia pessoal, física e moral do operário, é sua vida pessoal — pois o que é a vida, a não ser atividade? — voltada contra o próprio operário, independente dêle e não pertencendo a êle. É a auto-alienação depois da alienação do objeto." (10)

Alienado de si mesmo por detrás de uma tela de produtos concretos, o produtor assalariado torna-se estranho aos outros homens. É dominado passivamente por seus produtos; ativamente pelo patrão, a quem pertencem os produtos. O homem tornou-se um lôbo para o homem. Mas a alienação atinge, por sua vez, o patrão que traiu sua natureza humana. Torna-se cada vez mais um parasita, deixando ao técnico o papel de planejador e incentivador, que deveria ser o seu. Desta forma, rompe a harmonia natural das pessoas e das coisas.

Como impedir essa mútua alienação e restabelecer o equilíbrio natural, *mutatis mutandis,* da economia patriarcal? Aqui nos referimos especialmente a Engels, muitas vêzes mais claro do que Marx, se bem que menos profundo. Antes do estabelecimento do capitalismo, as fôrças produtivas, isto é, os instrumentos de produção, eram fracas. Pertenciam ao indivíduo ou à família dentro do quadro da cooperação familiar. O trabalho e seus produtos eram individuais em um caso; no outro eram coletivos. Os bens coletivos repartiam-se entre os indivíduos de acôrdo com suas necessidades. Pouco a pouco, a fábrica substituiu os instrumentos individuais. "Mas essa revolução", assinala Engels, "atingiu sòmente a produção, tocando de leve nas formas antigas de troca." (11) De individual ou cooperativo, o trabalho torna-se coletivo, enquanto que as fôrças produtivas e os produtos conservam-se individuais e é mantida a propriedade privada. É êsse desequilíbrio que, violando as leis naturais, aliena ao mesmo tempo o patrão e o operário. A alienação do burguês, ao invés de despertá-lo, adormece-o. O proletário, ao contrário, em virtude de ser mais gravemente alienado, tem consciência de sua alienação, que é sofrimento físico e moral. Daí nascem os antagonismos de classe, exacerbados pela acumulação de capital e pelas depressões periódicas, e que pedem uma solução revolucionária. Um dia, fatalmente, o proletariado tomará o poder e estabelecerá a sua "ditadura".

"Compete", escreve Marx, "ao materialista prático revolucionar o mundo existente, atacá-lo de uma maneira prática e modificar o que

encontrou." (12) O problema consiste em restabelecer para as fôrças produtivas e seus produtos sua apropriação natural que num regime de trabalho coletivo só poderá ser coletiva. Desta forma o equilíbrio natural será restabelecido. O homem cessará de ser dominado por seus produtos e passará a dominá-los. Estabelecerá uma organização planificada e racional da produção. Sòmente assim agirá sôbre a natureza ao invés de ser usado pela natureza. Dêste modo, a totalidade dos bens produzidos pelos homens, segundo a capacidade de cada um, atingirá a totalidade dos homens de acôrdo com as necessidades de cada um. O homem encontrará, então, seu lugar e papel no universo. E o reino da *liberdade* sucederá ao da *necessidade.*

Apresentamos sòmente um esquema do pensamento marxista. É difícil condensá-lo em poucas páginas, pois é muito mais rico e contém muito mais nuanças do que supõem, usualmente, os "marxistas". Algumas vêzes pode parecer, inclusive, contraditório. Vamos examiná-lo sob um ponto de vista crítico.

Podemos perguntar, inicialmente, se o socialismo e a economia de Marx são realmente "científicos". Sim e não. *Não,* se entendemos por ciência o conhecimento exato e a formulação dos fatos econômicos em leis que permitam prever e organizar uma economia equilibrada. *Sim,* se a ciência é definida como compreensão do real; se ela consiste em decifrar as bases dos fatos econômicos e, particularmente, explicar as reações dos homens diante dêsses fatos; se ela tem por objetivo revelar a "lei econômica do movimento da sociedade moderna." (13)

Não é preciso procurar em Marx, nem mesmo no *Capital,* uma exposição das leis econômicas. Considerando-as mais ou menos como "aparências" contingentes, Marx não estava interessado nelas. Por outro lado, êle fêz profecias que não se realizaram.

Em *Le Conflit du Siècle,* Fritz Sternberg analisou quase tôdas as mudanças ocorridas na realidade econômica, social e política desde a publicação do *Capital.* Elas são impressionantes. Outros escritores fizeram o seu inventário. As mudanças são importantes, mas na nossa exposição sôbre as teorias de Marx ignoramos a maioria delas, pois não eram essenciais para os nossos propósitos. Mencionaremos algumas, tendo em vista os recentes estudos realizados na França pelo Partido Socialista Autônomo:

1. A "luta de classes" é muito mais complexa do que pensou Marx. Realmente a classe operária não é uma realidade simples. Por outro lado, diminui à medida em que aumenta o número de assalariados, que se dividem em várias categorias cujos interêsses não são idênticos.

2. Os camponeses, que Marx julgava impermeáveis ao fermento revolucionário e presos "à estupidez da vida rural", desmentiram êsse julgamento nos países subdesenvolvidos.

3. A teoria da concentração capitalista não foi comprovada pelos fatos. O número das pequenas e médias emprêsas, pelo contrário, continua a crescer nos países da Europa Ocidental.

4. As crises econômicas periódicas não desapareceram; mas, longe de aumentar o seu número, elas se tornam dia a dia mais raras, não se pode prever racionalmente um cataclisma geral que acabe com o sistema capitalista, que se está ajustando à evolução econômica e social.

5. O "socialismo" não triunfou, como previu Marx, nos países industriais da Europa Ocidental, mas nos países subdesenvolvidos da Europa Oriental e da Ásia.

A verdade é que, simplificando demais a teoria da "luta de classes" — o mais preciso seria traduzir *Klassenkampf* por "guerra de classes"(14) —, Marx subestimou a liberdade dos homens e o poder de organização do Estado capitalista. Graças à ação dos sindicatos de trabalhadores e também a uma classe média mais realista, o Estado capitalista, através de uma política de intervenção e de organização racional, reduziu progressivamente a mais-valia. Essa mais-valia, reduzida por um lado através de impostos equitativos, permitiu os investimentos produtivos do após-guerra e a instituição da previdência social. Marx apoiava a previdência social; em sua opinião, ela devia ter como resultado o aumento do desemprêgo, a exacerbação dos antagonismos de classe e, finalmente, o advento da revolução. No entanto, as reformas sociais produziram efeitos exatamente contrários.

Podemos observar, *en passant*, que Marx não prestou atenção ao papel da *cooperação*, defendida pelos "socialistas utópicos". Sabemos pela experiência das democracias socialistas escandinavas o valor da cooperação. Foi assim que uma vontade reformista substituiu uma

vontade revolucionária nos sindicatos operários do Ocidente. Nos países comunistas, a "ditadura do proletariado" fêz do Estado, contràriamente às lições de Marx, um monstro todo-poderoso e sem alma, abafando as liberdades naturais da pessoa humana e exaurindo as fontes de arte, sem as quais não existe mais razão para viver.

Uma última palavra sôbre êsse ponto. Na época de Marx, a *colonização* estava no seu início. Êle não podia prever o desenvolvimento universal que ela deveria tomar durante a segunda metade do século XIX. Marx referiu-se, é verdade, à "teoria moderna da Colonização"(15), mas sòmente no sentido etimológico da palavra. Tinha em vista ùnicamente a colonização européia dos Estados Unidos da América. Além disso, sua teoria macroeconômica e a quase cega confiança na generosidade e consciência proletária impediam-no de prever a luta que se desenvolveria entre colonizadores dos países dominantes e proletários dos países dominados. É atualmente um lugar-comum o fato de o nível de vida das massas européias ter sido conseguido às custas do nível de vida das massas da Ásia e da África. A política econômica dos países europeus consiste essencialmente em vender, aos países subdesenvolvidos, produtos manufaturados pelo mais alto preço e lhes comprar matérias-primas pelo mais baixo preço. E não falo dos Estados Unidos da América. O problema é diferente com a França, mas se os preços das matérias-primas dos países africanos são subsidiados, também não é menos verdade que os preços franceses são geralmente os mais altos na Europa. Um compensa o outro. Em uma palavra: os proletários europeus foram beneficiados pelo regime colonial; por isso, nunca realmente — quero dizer eficazmente — fizeram oposição ao colonialismo.

Existe uma série de fatos sôbre a qual devemos meditar, nós, homens dos países subdesenvolvidos, homens inspirados pelo socialismo. Não devemos considerar Marx um economista, como Keynes, mas como um sociólogo, um filósofo. Isto iria espantar o fundador do "socialismo científico", pois êle não se permitia filosofar. O seu pensamento, porém, permanece como o de um filósofo. Para além das "aparências" econômicas, êle mergulha nas realidades humanas que as provocam. Marx substitui à visão *factual* das coisas uma visão em profundidade das exigências humanos. É um nôvo humanismo, nôvo porque é *encarnado*.

Humanismo, *filosofia do humanismo* mais do que ciência econômica, é a característica fundamental e a contribuição positiva do pensa-

mento marxista. Como dissemos anteriormente, Marx não formula lèis derivadas dos fatos econômicos; êle define "a lei econômica do movimento da sociedade moderna", que é, mais do que uma lei, uma "tendência" social. Em sua análise, avança por *postulados* e teorias que explicam os fatos.

Para melhor compreender essa filosofia do humanismo, gostaríamos de retornar à concepção marxista do *trabalho*. É preciso acrescentar, aqui, às páginas do *Trabalho Alienado*, uma página do *Capital*, que é uma das mais belas e mais profundas escritas por Marx. Se o trabalho diferencia o homem, o homem primitivo é ainda sòmente o *homo faber*, quase indistinto do animal. Seu trabalho é uma assimilação da natureza, uma transformação da natureza para satisfazer suas necessidades vitais, igual à atividade animal. À medida em que age sôbre a natureza e a humaniza, o homem age ao mesmo tempo "sôbre sua própria natureza" e a humaniza. O *homo faber* torna-se *homo sapiens;* êle introduz em seu trabalho a "consciência e a liberdade", bem como o sentimento artístico. Assim fazendo, êle se distingue do animal.

"Mas, aquilo que distingue o mais incompetente dos arquitetos da mais hábil abelha é que o arquiteto constrói a célula na sua inteligência antes de construí-la na teia. O resultado do trabalho preexiste idealmente na imaginação do trabalhador. O trabalhador não traz sòmente uma mudança na forma das matérias naturais; êle realiza ao mesmo tempo sua própria finalidade, de que tem consciência, que determina como lei seu modo de ação, e à qual deve subordinar a sua vontade. E essa subordinação não é momentânea. O trabalho exige, durante tôda a sua duração, além do esfôrço dos órgãos que agem, uma ação sustentada, que só pode resultar de uma tensão constante da vontade." (16)

Logo, se o trabalho define o homem, um certo tipo de trabalho fá-lo mais do que um homem. O homem realiza suas virtualidades na medida em que exista divisão e socialização do trabalho. Desde a cooperação patriarcal até a fábrica, o homem cresce gradualmente em consciência e em liberdade. De membro de uma comunidade familiar êle se torna cidadão do mundo; de mestre de sua ferramenta êle se torna mestre do mundo. Mas, ao mesmo tempo, êle se separa do produto de seu trabalho; êle se separa do mundo e de si mesmo. Grandeza e miséria do homem no e pelo trabalho. A originalidade de Marx consiste em que, partindo de postulados puramente materiais, chega a uma

visão do homem, que não afasta, nem em verdade nem em profundidade, à dos maiores filósofos. Lembra a visão de Pascal.

Essa é a contribuição de Marx: uma concepção encarnada do homem, baseada nas determinações materiais e sociais do homem. Essa concepção vai mais longe do que geralmente supomos. Referimo-nos a propósito a um artigo de Lucien Goldmann, intitulado *La Réification* e publicado nos números 156-157 de *Tempos Modernos.* (17) Goldmann pediu emprestado o têrmo a Georg Lukacs. A reificação aparece na análise marxista do valor. Na sociedade capitalista, as relações mercantis substituem, pouco a pouco, as relações humanas; a consciência, em suas formas de pensamento e sentimento, tende a esvaziar-se interiormente. Suas manifestações — religião, moral, arte e literatura — perdem o caráter das realidades autônomas, pois são invadidas pelas "realidades fantasmas" da economia. De *Homo sapiens*, o homem transforma-se em *Homo aeconomicus* e retorna ao nível animal.

"A economia mercantil, e especialmente a economia capitalista, tende na consciência do produtor a substituir o valor de uso pelo valor de troca e as relações humanas, concretas e significativas, por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores; tende a substituir, no conjunto da vida humana, o *quantitativo pelo qualitativo*." (18) (Os grifos são meus.)

Não concordamos plenamente com Goldmann, ainda que seu pensamento apresente nuanças, quando escreve que "numa sociedade capitalista clássica, sòmente o proletariado se encontra numa situação global, que lhe permite recusar a reificação e *restaurar, em todos os problemas espirituais, seu verdadeiro caráter humano*." (19) (Os grifos são meus.)

Como demonstrou Marx, o proletariado é vítima da maior das alienações. Esta é a razão por que evita o trabalho e se refugia na satisfação de necessidades puramente animais. Sua única superioridade sôbre o burguês reside no fato de que êle sente sua alienação. Se, històricamente, êle recusou essa alienação, foi sempre por causa dos intelectuais burgueses menos alienados, que lhe mostraram o caminho da libertação. É verdade que todo trabalhador que pensa sôbre seus problemas pode ser considerado um intelectual. O mesmo acontece com os povos colonizados, que são vítimas de uma múltipla alienação. Foram os intelectuais — a maioria europeus — que os acordaram e os fizeram descobrir suas riquezas espirituais e humanas. Verdadeiramente — e isto é conseqüência da análise marxista—, tôda a civilização ocidental, a civili-

zação mecânica, tôda a civilização das fábricas, é materializada. Veremos qual o papel dos povos colonizados na luta pela *desmaterialização.*

O humanismo de Marx apresenta, no entanto, ao lado de contribuições positivas e revolucionárias, um aspecto negativo. Sua fraqueza consiste em provir de uma concepção unívoca do homem e do universo; ou, talvez, para ser mais preciso, de uma concepção equívoca. A ambição de Marx — e seu paradoxo — sempre foi exprimir, através de tôda a sua obra, a dignidade do homem e suas necessidades espirituais sem recurso à metafísica, à ética ou à religião, nem mesmo à filosofia. Êle é um filósofo, apesar de si próprio. Por outro lado, basta relê-lo com atenção para perceber que seu vocabulário, nas numerosas passagens líricas de sua obra, é de indignação, porque se fundamenta numa ética.

Em nome de quê ou de quem, em última análise, Marx ousa afirmar a dignidade do homem e o direito do homem a apropriar-se de todos os produtos de seu trabalho? Em nome de quem ou de quê êle condena o trabalho noturno, o trabalho infantil, o tráfico de escravos ([20]), a não ser em nome de uma certa qualidade ou de uma justificativa transcendente que ultrapassa o homem? A ciência constata fatos e suas relações; ela explica, não exige. Ela não pode passar de um julgamento de fato a um julgamento de valor. Não desconhecemos a fôrça dos argumentos apresentados por Lucien Goldmann no seu artigo *Propos Dialectiques*, que tem como subtítulo, *Y a-t-il une sociologie marxiste?* Apoiando-se em Max Adler e Georg Lukacs, Goldmann mostra que o marxismo é uma sociologia, ao mesmo tempo conhecimento e ação históricas, teoria e *praxis*, ciência e ética:

"A posição dialética de Lukacs caracteriza-se precisamente pela recusa a qualquer subordinação dos meios ao fim, do fim aos meios, do grupo ao indivíduo, ou do indivíduo ao grupo. Fim, meios, grupos, indivíduos, partido, massas etc. constituem, no pensamento dialético, elementos constitutivos de uma totalidade, dinâmica, no interior da qual trata-se de combater, em cada situação concreta, o perigo sempre renascente da primazia de um ou de outro em relação aos outros ou ao conjunto".([21])

Admitimos, com Goldmann, que a posição de Lukacs restaura "a verdadeira coerência interna" da obra de Marx. Não pensamos que ela suprima "as assim chamadas dualidades". É hora de aplicar em Marx o método marxista, o método histórico. A vida e obra de Marx revelam-nos, principalmente, um filósofo discípulo de Hegel e Feuerbach;

mais tarde, estudou em Paris "economia, história da revolução e socialismo. O grande pensador Saint-Simon exerceu a mais considerável influência sôbre êle".([22]) Foi dos socialistas-idealistas franceses, batizados mais tarde de "utopistas", que Marx herdou suas preocupações éticas. Êle assimilou, no sentido etimológico da palavra, filosofia alemã e ética francesa, renovando-as de modo que elas sòmente aparecem em filigrana na sua obra, particularmente no *Capital.* No decorrer de sua carreira, Marx, insensìvelmente, deu uma ênfase mais e mais acentuada ao materialismo, aos meios e às praxes, enquanto que se esfumaçavam o pensamento filosófico e as preocupações éticas das obras da juventude. Mas, embora com pouca ênfase e escondidos, êles não desapareceram completamente. Com o risco de nos repetir, diremos que êles subentendem a obra de Marx. Pode-se aí distinguir mais do que uma filosofia e do que uma ética: uma metafísica, uma *Weltanschauung*, mas trazida de Deus ao homem, do transcendente ao *imanente.* O Padre Bigo tem razão em falar da "ambivalência" de Marx.

Em uma crítica do *Capital*, publicada em *L'Observateur*, de Stuttgart, de 27 de dezembro de 1867, Engels colocou ainda mais claramente: "No que se refere ao livro, devemos distinguir cuidadosamente entre as sólidas e positivas exposições e as tendenciosas conclusões que dêles tira o autor". Mais adiante explica: "É bem diferente das conclusões subjetivas do autor a maneira pela qual imagina e apresenta aos outros o último resultado da marcha atual do desenvolvimento social. Nada tem a ver com o que chamamos a parte positiva do livro; e mesmo, se tivéssemos espaço para nos aprofundar nessa matéria, poderíamos mostrar que os caprichos *subjetivos* são refutados pela própria exposição *objetiva*".([23]) (Os itálicos são de Engels.)

Êste testemunho do mais fiel colaborador de Marx, de um co-autor, não é negligenciável. Nada mais precisamos dizer. Existe na obra de Marx uma contribuição positiva e uma tendência subjetiva que a contradiz e chega a conclusões discutíveis. Não precisamos refutar as mesmas conclusões rejeitadas por Engels. O ateísmo marxista é, em nossa opinião, o fruto dessa tendência subjetiva.

E, no entanto, o ateísmo é profundo na obra de Marx; impregna tôda ela e, sobretudo, as *Obras Filosóficas.* Êle é radical. Para Marx, é na religião que se expressa a alienação mais total do homem, pois a religião separa o homem da natureza, da sociedade, de si mesmo, para fechá-lo em um mundo abstrato, onde êle não se pode realizar.

Na opinião de Marx, o ato religioso é o mais absoluto ato de *desumanização*. Poder-se-ia multiplicar as citações; citarei sòmente a mais famosa. "A religião é o ópio do povo."(24) Todavia, malgrado as aparências em contrário, o ateísmo não é necessário para a "parte positiva" da obra de Marx. Em *Economia Política e Filosofia,* Marx chega a negar sua "mediação".(25)

Històricamente, o ateísmo de Marx pode ser explicado tanto por seu ambiente familiar quanto por razões de *praxis*. Seu pai, que era judeu, foi obrigado a converter-se ao catolicismo. Desta forma, o jovem Marx só conheceu as práticas externas da religião, nunca a viveu. Outro fato histórico é que o triunfo do capitalismo foi acompanhado, nos países cristãos do Ocidente, por sérios desvios religiosos. O ateísmo de Marx pode ser considerado como uma *reação de natureza cristã contra os erros dos cristãos históricos,* que violou menos a essência da religião porque a idéia da alienação é de origem religiosa. Achamos o seu equivalente no islamismo. Veremos, mais adiante, um homem religioso fazer, contra o ateísmo materialista, uma análise dialética semelhante. Já é tempo de examinarmos o método do fundador do "socialismo científico", que esclarecerá o problema, que é, em todo o caso, a mais fecunda contribuição de Marx.

O socialismo é um método

Pode ser espantoso estarmos retrocedendo, acabando por onde devíamos começar: pelo problema do *método.* Tentamos avançar no exame do pensamento marxista, revelando, pouco a pouco, os seus recantos mais secretos.

Antes de analisar o método de Marx, procuraremos expor sua teoria do conhecimento, sua gnoseologia. Em uma nota de pé de página em seus artigos "Questions de Méthode", Jean-Paul Sartre afirma:

"A teoria do conhecimento é o ponto fraco do marxismo. Quando Marx escreve, *a concepção materialista do mundo significa simplesmente o conceito da natureza como ela é, sem qualquer acréscimo externo,* êle age com um *olhar objetivo* e pretende contemplar a natureza como ela é totalmente".(26) Isto é, em certo sentido, verdade. Aqui Marx parece pretender que o homem conhece a coisa "em si". Sua definição é um daqueles pontos de vista "tendenciosos" de que nos fala Engels. No entanto, é preciso, como fêz Henri Lefebvre,(27) considerar todo um

conjunto de textos, ainda que Marx se tenha estendido pouco sôbre sua teoria do conhecimento: *Introdução à Crítica da Economia Política, Ideologia Alemã, XI Teses sôbre Feuerbach, O Capital, Prefácio da Segunda Edição d'O Capital.*

"A pesquisa, diz Marx na última dessas obras, "deve apropriar-se da *matéria* em detalhe, analisar-lhe as diversas formas de desenvolvimento e descobrir-lhe a ligação íntima."(28) Sublinho a palavra *matéria.* Êsse conceito de matéria está no centro da gnoseologia marxista. Marx não o define com precisão; cita ùnicamente exemplos: linguagem e, em geral, qualquer fato que seja "empìricamente demonstrado". Mas Lenine assim o define: "A única propriedade da matéria cuja aceitação define o materialismo filosófico é de *ser uma realidade objetiva,* de existir fora de nossa consciência".(29) Em outras palavras, quer dizer que o materialismo, como o idealismo, é um postulado, uma interpretação filosófica do mundo. Isto em relação ao conceito. Quanto às qualidades concretas da matéria, são descobertas e definidas pelas ciências à medida em que se desenvolvem. Para Marx, que é menos radical do que Lenine, conhecer — apreender a verdade — é "apropriar-se da matéria em detalhes". O antigo materialismo, que considerava a matéria como um "coisa em si", o objeto absoluto fora da consciência, é ultrapassado.

A verdade é a realidade; nasce do confronto do sujeito e do objeto, da apreensão do objeto por uma atividade consciente, porque sujeito e objeto são sòmente dois aspectos de uma mesma realidade: "A questão de saber se a verdade objetiva é um atributo do pensamento humano não é teórica, mas prática. Na prática, o homem deve provar a verdade, quer dizer, a realidade e o poder, a materialidade do seu pensamento. A querela sôbre a realidade do pensamento isolada da prática é uma questão escolástica".(30)

O papel fundamental exercido pela prática no conhecimento distingue o postulado de Marx do de Hegel, o materialismo do idealismo. Marx não nega o papel do espírito, faz, mesmo, dêle uma realidade, uma "matéria" — vê-se que o têrmo não tem nada de grosseiro —, mas uma matéria que se apóia sôbre outra matéria ainda mais real: o fato empírico. "Para Hegel", prossegue no *Prefácio da Segunda Edição d'O Capital,* "o processo de vida da mente humana, isto é, o processo do pensamento que, sob o nome de "idéia", êle chega a transfor-

mar em um sujeito independente, é o criador da realidade, que é sòmente o fenômeno exterior. Para mim, pelo contrário, o ideal não é mais do que o mundo material transposto e traduzido no espírito humano."(31)

Mas a matéria, que é o objeto do seu pensamento, não é a matéria--objeto das chamadas ciências exatas. É a matéria humana, a matéria social de um determinado século — século XIX — e de um determinado território — a Europa Ocidental. É complexa, feita de reações recíprocas da infra-estrutura e de superestruturas, de fatos econômicos e de fatos culturais, de coisas e de homens. É feita de contradições e está em contínua mudança. É matéria animada por um movimento dialético. Porque a dialética, antes de ser um método, é o próprio movimento das realidades "materiais". O método encontrava-se, por assim dizer, no movimento das coisas; tratava-se, simplesmente, de desligá-lo da prática.

O que então é a dialética? Ela não é nova. Para descobrir suas origens é preciso remontar aos gregos, a Heráclito, que foi o primeiro a afirmar a mutabilidade e instabilidade das coisas, seu perpétuo vir-a-ser. Hegel, a quem Marx pediu emprestado a dialética, repensou-a meramente e deu-lhe forma.

Atualmente, definimos a dialética em oposição à lógica. A lógica clássica baseia-se em três princípios: identidade (A é A); não-contradição (A não é A); exclusão (A não pode ser A e não ser A ao mesmo tempo). Hegel, seguido por Marx, levantou-se contra êsses princípios e opôs-lhes os princípios da dialética, que são: o da contradição, o da ação recíproca e o da mudança. Para Hegel, o processo dialético compõe-se de três etapas: afirmação, negação e conciliação. Para Marx, consiste em "posição, oposição, composição... temos tese, antítese e síntese... ou afirmação, negação e negação da negação".(32) Mas isto é sòmente o princípio.

A síntese, ou "nova idéia", desenvolve-se "em dois pensamentos contraditórios que se fundem, por sua vez, em uma nova síntese" ou "grupo de pensamentos". Êste grupo, continuando o processo e desenvolvendo-se em dois grupos de pensamentos contraditórios, chega à "série de pensamentos". O conjunto das séries de pensamentos forma o "sistema" ou corpo de doutrina. Na filosofia clássica, que usava a lógica, a coisa e seus conceitos são realidades objetivas, colocadas umas ao lado das outras, sem nenhuma ligação ou comunicação, fixadas de uma vez por tôdas, essências imutáveis. Elas se opõem em antíteses irredutíveis. A filosofia moderna é bastante diferente, pois a dialética

é o seu instrumento favorito. Escreveu Engels: "Sem dúvida, quando consideramos as coisas em repouso e sem vida, cada uma por si, lado a lado, e uma depois da outra, não deparamos com qualquer contradição. Encontramos entre elas certas qualidades, algumas comuns, outras diferentes ou mesmo contraditórias, mas, nesse caso, repartidas por entre objetos diferentes e, por isso, não contendo contradição em si. Nos limites dêste terreno de observação, estamos aptos a continuar com o tipo de raciocínio metafísico comum. Mas é bem diferente, desde que consideremos as coisas no seu movimento, na sua mudança, na sua vida, na sua ação recíproca de umas sôbre as outras. Aqui entramos imediatamente nas contradições."(33) Realmente, como Heráclito notou há mais de dois mil anos, as coisas, como os sêres vivos, estão em perpétua mudança. Contêm, dentro de si, sua própria negação — para não mencionar a ação recíproca de umas sôbre as outras —, contradições internas que, desenvolvendo seu movimento natural, conduzirão à destruição dessas coisas ou, mais exatamente, sua transformação em novas sínteses ou simbioses, em novas realidades.

A originalidade de Marx e de Engels é de ter trazido a dialética do místico ao racional, do espiritual ao material, do ideal ao real. "A mistificação, a que a dialética conduz em Hegel", diz Marx, "não o impede de ter sido o primeiro a expor, de forma completa e consciente, as formas gerais de movimentos. Mas ela é confusa o desordenada. Devemos virá-la se queremos descobrir, dentro do envolvimento místico, o núcleo racional".(34) Assim, o idealismo dialético de Hegel foi substituído por Marx e Engels, sob a influência de Feuerbach, pelo *materialismo dialético*. Aplicado à história, ao estudo da evolução das sociedades humanas, o materialismo dialético é também chamado *materialismo histórico*.

Recusamo-nos a acreditar — os políticos africanos sucumbiram muitas vêzes à tentação — que a dialética resolve todos os problemas e dispensa a necessidade de reflexão. Deveremos acreditar menos ainda, quando a dialética possa justificar nossa covardia, nossas traições e reprováveis táticas eleitorais. A dialética é exatamente o contrário. Ela é um esfôrço consciente e honesto de pesquisa, que analisa todos os dados do real no seu aspecto particular, suas reações recíprocas e seu futuro. Não negligencia qualquer método de investigação, sobretudo os da lógica clássica. Esta, com suas definições dos conceitos, suas deduções, suas induções — sem falar na intuição —, permanece a base

sólida de todo raciocínio coerente. A dialética também compreende os mais eficientes métodos filosóficos e científicos da atualidade: existencialismo, fenomenologia, psicanálise. Como disse Sartre, em *Questions de Méthode*, o pensamento marxista é sòmente um arcabouço; devemos preenchê-lo estudando homens concretos em situações concretas e com métodos eficazes. Tôdas as realidades, particularmente as realidades culturais, não podem ser explicadas simplesmente como "luta de classe". Estamos já engajados na crítica do "materialismo dialético".

É difícil negar a revolução causada pela dialética na filosofia e nas ciências exatas e sociais. Muitos dos progressos conseguidos por essas ciências desde o início do século devem ser atribuídos a ela. Daí concluir, como pretende J. B. S. Haldane, (35) que devemos a Marx tôdas as últimas descobertas científicas seria exagerar. O fato é que Marx trouxe uma grande contribuição à teoria do conhecimento. Atualmente, a verdade não é mais considerada como um absoluto que é impôsto despòticamente sôbre a nossa inteligência. Conhecer não é mais, como outrora, o registro passivo de uma coisa exterior a si, quer se trate de um conceito ou de um fato concreto. Conhecer é, de hoje em diante, a confrontação do sujeito e do objeto. É a apreensão do objeto pelo sujeito passivo, mas do objeto no contexto *espaço-temporal* e dinâmico, nas suas relações com o sujeito pensante de uma parte, com seu grupo natural e social de outra parte, quer dizer, em suas relações com a totalidade do mundo. É precisamente nessas relações que consiste *o ser* da coisa.

Estamos menos preocupados em fazer a crítica da dialética do que do materialismo de Marx, mesmo que seja dialético. Recordemos a frase de Marx citada por Sartre: "A concepção materialista do mundo significa simplesmente a concepção da natureza como ela é, sem nenhum acréscimo externo". Incontestàvelmente, Marx, nessa passagem, reverte à antiga concepção do materialismo mecanicista e parece negar o papel ativo do sujeito no conhecimento. Torna-se um positivista. Ainda uma vez existe uma "ambivalência" no pensamento marxista, uma "tendência" de Marx, à medida que êle se afasta de suas obras filosóficas, a endurecer sua posição materialista, a sacrificar a teoria à prática. Essa tendência aparece sobretudo nas obras econômicas e políticas: *Liga dos Comunistas, O Capital, A Crítica do Programa de Gotha.* É verdade que podemos mostrar que a frase atacada por Sartre é um caso isolado; podemos assinalar que o fim último de Marx é a supressão,

transcendendo-a, da oposição entre o idealismo e o materialismo; para apoiar essa tese podemos citar essa frase significativa: "Vemos aqui como o naturalismo ou o humanismo consistentes diferem do idealismo, bem como do materialismo, e ao mesmo tempo constituem sua verdade unificadora." (36) No entanto, em virtude de razões práticas e para modificar o mundo, Marx se recusa progressivamente a interpretar o mundo. Mais e mais êle se volta contra a filosofia de seus primeiros escritos e contra o próprio método dialético, em favor de um rígido determinismo. Isto consiste em optar, ao mesmo tempo, por uma outra filosofia, uma outra metafísica, uma religião. Não é verdade que a religião é o laço que une o Homem ao mundo, uma explicação ativa e apaixonada do universo? Certos marxistas ateístas notaram êsse fato e observaram que Marx tirou indiretamente dos teólogos da Idade Média e dos Padres da Igreja não sòmente um certo vocabulário, mas também a idéia de alienação e de justiça social. Daí as profecias das obras econômicas e políticas, profecias que foram desmentidas pelos acontecimentos, porque eram verdadeiros poemas da fatalidade. Subseqüentemente, a mecânica ondulatória, a teoria do *quantum* e a relatividade abalaram o determinismo clássico. Êles o substituíram pelo *provável*, quando não pelo *indeterminado*. Não podemos aceitar a visão do futuro de Marx.

Nessas circunstâncias, não é surpreendente que Teilhard de Chardin estudasse o problema e retomasse o diálogo com Marx. Não nos iludamos, êle estava longe de desprezar Marx; considerava-o como um dos raros pensadores que poderiam ser tomados sèriamente, porque "tinha ido ao fundo das coisas". (37) Teilhard de Chardin tinha a vantagem de ser um cientista — geólogo, pré-historiador e antropólogo — bem como filósofo. Quatro observações se fazem necessárias: 1. Teilhard de Chardin tinha uma fobia contra os literatos-juristas, sociólogos e outros "humanistas". 2. É como naturalista que êle discute com Marx. Para êle, o fato social faz "realmente parte da evolução geral da Matéria e da Vida". (38) É preciso, pois, ampliar a base de partida de Marx, a sociologia, fundamentando-a no conjunto das ciências da natureza: Física, Química, Geologia, Biologia. Isto porque o homem é principalmente um "fenômeno cósmico". (39) 3. Teilhard de Chardin parte, como Marx, da matéria, mas de uma matéria cujas características concretas foram rigorosamente definidas graças às últimas descobertas dos físicos. 4. Êle usa muitas vêzes o método dialético.

Teilhard de Chardin parte do conceito de energia, que é o conceito fundamental da física. Em *Le Phénomène Humain*, (40) êle faz a distinção entre *energia tangencial* — energia material, medida pelos físicos — e *energia radial* ou psíquica. Em *Les Singularités de l'Espèce Humaine*, (41) argumenta contra o materialismo determinista, essa inversão dialética de uma particular audácia. Diz êle:

"Mas por que, invertendo completamente a perspectiva, não decidimos, ao contrário, que, das duas coisas consideradas, é o Radial que é primitivo e consistente, sendo o Tangencial meramente um subproduto estatìsticamente produzido pelas inter-reações dos "centros" elementares de consciência, imperceptíveis no pré-vivo, mas claramente apreendidos por nossa experiência a partir de um grau suficientemente avançado de arranjo da matéria? Se êste ponto de vista é aceito, a estrutura das leis físicas permaneceria absolutamente intata e válida na pré-vida, onde o Radial, para nossos olhos, ainda não existe".(42)

Trata-se de subordinar a energia física à energia psíquica, de considerar o espírito, que se libertou gradualmente da matéria, na realidade básica, "o Radial crescente com o arranjo do Tangencial, e o Tangencial se arranjando pela atividade do Radial".(43)

Partindo dos fatos concretos, de uma base material mais ampla e profunda do que a de Marx, Teilhard desemboca no espiritual. "Como eu gostaria de dizer", escreve êle numa carta de maio-junho de 1952, "a síntese do Deus cristão no alto e do "Deus" marxista no futuro é o único Deus que podemos, de agora em diante, adorar "em espírito e em verdade". O Deus cristão, como sabem, é também o Deus muçulmano.

Evidentemente, é um postulado, mas um postulado de uma formidável carga revolucionária. Pode revolucionar a filosofia e as ciências. Para aquêles que, como a maioria de nós, são crentes êle introduziu não sòmente o espírito, como também liberdade no fundo do problema — sem abandonar o método dialético. Permitindo-nos conservar as contribuições positivas do Socialismo, êle justifica a nossa fé. Assim como os cristãos fizeram críticas construtivas ao Socialismo, os muçulmanos começaram a fazê-las às contribuições européias, inclusive o marxismo. Desejamos citar sòmente o xeque Abdou, Al Afghani e Mohamed Iqbal. Sua finalidade é abrir o Islame ao mundo contemporâneo sem fazer com que perca seu vigor espiritual. Todos êsses

pensadores, sejam cristãos ou muçulmanos, mostram-nos o caminho a seguir.

Por um caminho africano do socialismo

Recapitulemos as contribuições positivas de Marx. Elas são: a filosofia do humanismo, a teoria econômica e o método dialético. Podemos acrescentar, como meios, o sindicalismo e a planificação. E, também, o federalismo e o cooperativismo, que nos vieram dos socialistas utópicos franceses: Saint-Simon, Proudhon e Fourier, para citar sòmente os principais.

Portanto, não somos *comunistas*. Quer isso dizer que advogaremos o anticomunismo? Certamente não. Anticomunismo, a "caça às feiticeiras", só pode ter um resultado: aumentar a tensão entre o Ocidente e o Oriente e a continuação da guerra fria com o risco evidente de desencadear um terceiro conflito global, do qual a humanidade não se recuperaria. Não somos comunistas por uma razão teórica: a definição leninista de matéria provém de um conceito unívoco, de um postulado ùnicamente materialista e determinista. No princípio de *Anarquismo e Socialismo*, Stalin vai, inclusive, mais longe: "O marxismo não é sòmente uma teoria do socialismo, é uma concepção definitiva do mundo, um sistema filosófico". Não somos comunistas por uma razão prática. A ansiedade pela dignidade humana e a necessidade de liberdade — liberdades individuais e liberdades coletivas — que anima o pensamento marxista e lhe fornece o fermento revolucionário, esta ansiedade e esta exigência são desconhecidas pelo Comunismo, cujo maior desvio é o stalinismo. A "ditadura do proletariado", que deveria ser uma etapa transitória, torna-se a ditadura do Estado e do Partido em autoperpetuação. "A URSS", nos disse Mamadou Dia ao retornar de Moscou, "conseguiu construir o socialismo, mas em detrimento da religião e da alma". O paradoxo da construção socialista nos países comunistas, ou pelo menos na URSS, é parecer de forma crescente com o crescimento capitalista nos Estados Unidos, com o *American way of life*, com altos salários, geladeiras, máquinas de lavar roupa, televisores, mas com menos arte e com menos liberdade de pensamento. Não seremos, por isso, seduzidos pelo capitalismo liberal e pela *free enterprise*. Não podemos fechar os olhos à segregação, ainda que o govêrno federal

a combata, nem podemos aceitar o sucesso material como um meio de vida.

Somos por um caminho médio, por um *socialismo democrático*, que vá tão longe ao ponto de integrar valôres espirituais, um socialismo que se ligue à escola ética dos socialistas franceses. Histórica e culturalmente pertencemos a essa escola. Ao lado disso, os socialistas franceses — de Saint-Simon ao Leon Blum de *A l'Echelle Humaine* — não são tão utópicos como se diz. Na medida em que são idealistas, êles respondem às exigências da alma africana, às exigências do homem de tôdas as raças e de todos os países. *Não só de pão vive o homem*, tal é o título do romance de Doudintsev, escritor soviético que os russos leram àvidamente. Kruschev não estava enganado: a desestalinização foi imposta pelo povo, pela sêde de verdade, pela fome de "nutrição espiritual". Concluindo sua reportagem sôbre a República Democrática Alemã (Alemanha Comunista), Michel Bosquet escreveu: "Mas quando eu lhe perguntei (ao Presidente da Direção Sindical da Usina "8 de Maio") o que reclamavam os operários, êle respondeu: "Hoje em dia desejam televisão e motocicleta. Quando tiverem isto, reclamarão a redução de horas de trabalho... Depois? Posso responder pessoalmente... O que eu gostaria, aquilo que me falta é mais e melhor literatura.."(44) Êste fato pode ser relacionado com um fenômeno observado na América: o gôsto pela vida contemplativa, provocado como uma reação ao maquinismo ambiente. A proporção de padres e religiosos, entre os católicos americanos, é uma das mais altas do mundo.

Êste gôsto pela liberdade, esta fome de nutrição espiritual, reforçados pela tradição moral do socialismo francês, explicam por que diversos socialistas franceses se distanciaram do stalinismo e, mesmo, do comunismo: Henri Lefebvre, Pierre Fougeyrollas, Edgar Morin, entre outros, expuseram recentemente suas razões em tristes mas lúcidos livros.(45). A principal razão é que o Partido veio sufocar o indivíduo pela coletividade, a pessoa pela classe, esconder a realidade por detrás da tela da ideologia. Se refletirmos sôbre êsses vários casos, descobriremos, com a possível exceção de Lefebvre, que êles põem em dúvida não sòmente o marxismo, mas o próprio Marx. A razão do esquecimento do indivíduo é o fato de Marx não ter dedicado suficiente atenção à "determinação natural que é a *Nação* e que não é apagada pela classe. Marx subestimou o idealismo político e nacional que, nascido em França, das ruínas das pátrias provinciais, ganhou todo o mundo com a Revolução de 1789. "Justiça", escreveu Marx, "humanidade", "liberdade", "igualdade", "fraternidade", "independência...", essas categorias mais ou menos morais, que soam tão bem mas que, nas questões históricas e políticas, não provam absolutamente nada".(46) Repito: *independência*. Se o criador do socialismo científico retornasse ao mundo, veria com espanto que essas "quimeras", como as chamou, e, sobretudo, o conceito de *Nação*, são realidades vivas no século XX.

Que restou da Revolução de 1789? Uma doutrina política e uma técnica aceita, atualmente, pelos próprios devotos. O "culto da Deusa-Razão" foi fogo de palha. Similarmente, o marxismo sofrera um processo de peneiramento. Dêle restarão, seguramente, uma doutrina econômica e uma técnica, tanto quanto não contradigam os ensinamentos do Cristianismo e do Muçulmanismo. (47)

Mas uma terceira revolução está em andamento, como reação contra os materialismos capitalista e comunista, que integrará os valôres morais, quando não os religiosos, com as contribuições políticas e econômicas das suas grandes revoluções. Nesta revolução, os povos de côr, os negro-africanos, entre outros, devem ter o seu papel; devem trazer a sua contribuição à edificação da nova civilização planetária. Como disse Aimé Cesaire, "êles não virão com as mãos vazias para o encontro do dar e receber". Paul Morand observou: "Os negros prestaram um enorme serviço à América. Sem êles poder-se-ia acreditar que um homem não poderia viver sem conta em banco e uma banheira". (Esta citação é de memória.)

A necessidade de um tríplice inventário

Devemos construir nosso próprio plano de desenvolvimento baseado em contribuições européias, socialistas e, também, naquilo que houver de melhor na civilização negro-africana. Desta forma, estaremos pondo em prática a lição do socialismo. Na sua correspondência e mesmo no *Capital*, Marx continuava a insistir em que a sua teoria não era um "abre-te-sésamo para a teoria histórico-filosófica", e que as conclusões do *Capital*, resultantes do estudo das sociedades capitalistas da Europa Ocidental no século XIX, eram válidas sòmente para aquela Europa e para aquêle período. Não eram válidas nem para a Rússia, como indicam suas cartas para Mikhaloski e Vera Zasoulich.

Devemos, portanto, antes de esboçar o nosso Plano de Desenvolvimento, fazer um inventário de nossa situação atual, aplicando o mé-

todo dialético. Êsse inventário deve ser em três níveis: (1) um inventário de nossa civilização tradicional; (2) um inventário sôbre o impacto do colonialismo e da civilização francesa na nossa civilização tradicional; (3) um inventário de nossos recursos econômicos, nossas necessidades e potencialidades. Nosso plano de desenvolvimento não deve ser meramente econômico; deve ser um plano social no sentido mais amplo da palavra: político, econômico e também cultural. Insistimos nesta última palavra.

Os políticos africanos têm uma tendência a negligenciar a cultura, para fazê-la um apêndice da política. É um êrro. Êstes dois domínios, como os outros, são realmente relacionados, cada um reagindo sôbre o outro. Mas, se pararmos um instante para refletir, veremos que a cultura é, ao mesmo tempo, a base e o fim último da política. Lembremo-nos do líder sindical há pouco citado: "Depois?... O que eu gostaria, o que eu sinto falta é de melhor literatura". Êle poderia ter acrescentado: "Bom teatro, boa pintura, boa música etc.". A cultura é também a base no sentido socialista da palavra. Consiste na "soma dos objetos, idéias, símbolos, crenças, sentimentos, valôres e formas sociais que se transmitem de uma geração para outra em uma determinada sociedade".[48] Podemos aceitar essa definição, se bem que usualmente eu chame a isto "civilização", reservando a palavra "cultura" para o espírito da civilização. A cultura é a própria textura da sociedade.

O inventário da civilização negro-africana foi iniciado pelos etnólogos desde o início do século, sem falar nos arqueólogos, geógrafos, historiadores, musicólogos e lingüistas. O Instituto Francês da África Negra, a Universidade de Dacar e *Présence Africaine* continuam suas pesquisas. Deveríamos ter em nossa biblioteca: *La Philosophie bantoue*[49] do Padre Placide Tempels; *Dieu d'eau* de Marcel Griaule [50] ou, simplesmente, *Les Contes de l'Ouest Africain* de Roland Colin.[51] Nessas obras aprenderíamos que a filosofia negro-africana é uma filosofia existencialista e humanista, como a filosofia socialista, mas que integra valôres espirituais; que, para o negro-africano, as "fôrças vitais" constituem a tessitura do mundo e que êste mundo é animado por um movimento dialético. Aprenderíamos que a sociedade negro-africana é uma sociedade coletivista, mais exatamente comunitária, porque formada de uma comunhão de almas mais do que de uma agregação de indivíduos. Aprederíamos que já realizamos o socialismo antes da presença européia.

Concluiríamos que nosso dever é renová-lo, ajudando-o a recuperar suas dimensões espirituais.

O inventário do encontro das civilizações está sendo feito pelos sociólogos. Muito ainda precisa ser feito nesse terreno. O trabalho de nossos escritores e artistas africanos não deve ser desprezado. Êles nos apresentam sínteses, das quais é preciso analisar os elementos. Pois é a uma síntese de civilizações que devemos chegar, retendo sòmente os elementos fecundos de cada uma. O objetivo é uma *simbiose* dinâmica, quero dizer, uma mestiçagem cultural, que, como tôda mestiçagem ou enxêrto, produz um fruto nôvo e mais suculento.

O inventário de nossos recursos econômicos não será o menos importante. Devemos felicitar os governos dos Estados federados e o Govêrno do Mali por terem pensado nêle. Os governos do Senegal e do Sudão criaram grupos de estudo, constituídos por técnicos de valor e encarregados de estudar os problemas que se apresentam nos diferentes domínios, de pesquisar também as soluções mais eficazes para os problemas institucionais: um comitê cujas conclusões nos ajudaram a preparar as nossas constituições; um comitê para problemas sociais; outro para a reforma do serviço público; ainda outro para os problemas econômicos.

Com relação ao último, é essencial que os planos para o desenvolvimento econômico sejam coordenados no nível da Federação do Mali. Isto exige, como condição essencial, que a elaboração dos planos dos Estados federados seja confiada aos mesmos técnicos. O Senegal confiou a elaboração do seu plano à equipe do Padre Lebret. Seria bom que o Sudão estudasse sèriamente a possibilidade de fazer o mesmo. O mérito da equipe do Padre Lebret é que êle pertence à escola da *Economie et Humainisme* que se inspira num "socialismo aberto", muito próximo de nossa concepção.

Falamos da Federação do Mali. É desnecessário acentuar que nossas reflexões são válidas para todos os Estados da antiga África Ocidental Francesa, para todos os Estados negro-africanos que falam a língua francesa. Se aplicamos nossas reflexões e propostas ao Mali é pela simples razão de que o sucesso do P.F.A. e da *unidade africana* depende do seu sucesso. Se o Mali fôr bem sucedido, servirá como exemplo e magneto. Então estaremos aptos a criar uma única federação que se estenderá — e por que não? — de Dacar a Brazzaville.

O plano de desenvolvimento deverá ser essencialmente econômico e social. No entanto, êle deverá ser total, baseado no inventário cultural, a fim de que desemboque no nosso futuro político. É em função de nossos objetivos e de nossa finalidade que as opções econômicas e sociais deverão ser feitas. Mas é em relação com nosso ponto de partida — a cultura negro-africana — que a contribuição socialista deve ser adaptada às nossas realidades.

Por uma democracia federal, porém forte

Entremos no programa. Relembramos que será menos uma questão de traçar um programa detalhado e completo do que definir a problemática de nosso desenvolvimento, colocando os problemas e indicando orientações. Desde agora, e antes mesmo de obtermos os resultados do tríplice inventário, temos elementos suficientes para indicar as orientações. Isto só pode facilitar o trabalho dos pesquisadores.

Começaremos por afirmar o *primado do político*. A política, costuma-se dizer, "é a arte de governar a Cidade". Esta definição é uma orientação em direção a uma opção geral. O *Homem* que aparece em prêto na bandeira do Mali indica a nossa opção geral. Êste homem negro, nosso mais próximo vizinho, deve progredir em todos os domínios para chegar a ser não sòmente um consumidor, mas sobretudo um produtor de cultura.

O secretário-geral do nosso comitê provisório, o companheiro Modibo Keita, declarou, no projeto de estatutos do P.F.A., que nossa primeira finalidade é a instituição da *democracia*. Sòmente a democracia, quer dizer, o "govêrno para o Povo e pelo Povo", permitirá a realização do Homem negro-africano. De resto, a democracia é a forma tradicional das sociedades negro-africanas.

Nossa democracia será *federal* pelas razões expostas na primeira parte dêste relatório. Não é necessário lembrar que as diversidades locais, por suas virtudes de complementaridade, enriquecerão a Federação. Inversamente, a Federação preservará as diversidades. A estrutura federal descentralizada será estendida, no próprio quadro do Estado federado, às coletividades regionais e comunitárias, mesmo nas áreas econômicas e sociais. As estruturas iugoslavas, adaptadas às nossas realidades, servirão, neste caso, de modêlo.

Desta forma, preencheremos o perigoso vazio existente entre o Estado federado e o município. Nossos quadros sentem falta de responsabilidades. Mesmo quando preenchem êsse vazio, através da formação de grupos militantes, tendem a limitar sua atividade à logomaquia dos *slogans*. As assembléias regionais e comunitárias, entre outras, dar-lhes-ão a oportunidade para exercer suas responsabilidades. Uma revolução permanece ideológica e, portanto, ineficaz, tanto quanto não se transforme em ações concretas que, transformando as estuturas, elevem o nível de vida e de cultura dos cidadãos.

A criação da Nação negro-africana através do Estado federal deve ser a preocupação de todos os militantes do P.F.A.; a mística da Federação, sua mística. Sejamos cuidadosos em relembrar: o homem não vive sòmente de milho e arroz; vive verdadeiramente e sòmente dos mitos, que são sua nutrição espiritual. Tudo deve servir à Federação, ser subordinado à consolidação e extensão da Federação. A divisão das responsabilidades será determinada por conferências federais, que reunirão o Govêrno federal e o dos Estados federados. Compete à Assembléia Federal rever a Constituição quando fôr necessário. O partido velará para que a letra e o espírito da Constituição federal sejam respeitados.

Uma democracia federal, sim, mas uma democracia forte. Como sugere o secretário-geral em seu relatório, devemos evitar dois erros: de um lado, a ditadura fascista, que se observa nos Estados antifederalistas; por outro lado, a instabilidade governamental, que era comum na França durante a III e IV Repúblicas. As duas deturpações são sinais de fraqueza, que provocam, com o tempo, a revolta do Povo e a desagregação do Estado.

A Federação do Mali, como os outros Estados federados, será uma democracia. A lei eleitoral será uma lei imparcial, como é característica das leis, e não uma lei talhada na medida das necessidades do govêrno ou do partido majoritário. As liberdades de opinião, de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, são garantidas pela Constituição do Mali e por aquelas dos Estados federados. Nos Estados antifederalistas isto também ocorre. Mas, entre nós, essas liberdades não existem sòmente no papel; são efetivamente exercidas e continuarão a sê-lo. Sobretudo o direito de *livre estabelecimento* dos cidadãos será garantido, sejam êsses originários ou não do Mali. Uma política democrática paga dividendos; além disso, conforma-se com nosso ideal humanitário. A opinião pública na África Negra e na França já nos é agradecida. Esta é a melhor propaganda para o Mali.

Os direitos da minoria, da oposição, serão, portanto, respeitados no Mali. Êles encontram seus limites naturais e legais nos direitos da maioria, na vontade popular, que é soberana, em outras palavras, nos direitos do Estado-Nação. Pois nós somos uma *quase-nação*, como disse François Perroux.

A estabilidade do Executivo é garantida pelas nossas constituições. Precisamos assegurá-la na prática. É necessário que os governos governem e que, juntamente com as assembléias legislativas, tomem a iniciativa de votar leis dentro da orientação da doutrina e do programa do Partido majoritário. Os governos devem aplicar a lei firmemente e as assembléias legislativas devem fiscalizar a ação dos governos. É necessário que o Partido, através de seu congresso, comitê dirigente e secretaria executiva, tenha a última palavra em matéria de contrôle. Mas os diversos contrôles, para serem efetivos, serão gerais e *a posteriori*. Contrôles mesquinhos e obstruidores não seriam *eficazes*. Novamente, aqui, devemos evitar dois perigos: dar ao govêrno um cheque em branco e retirar o poder executivo. Os contrôles devem ser políticos e não técnicos.

Voltemos aos direitos da oposição. Sua função, certamente, é a de criticar. Mas *criticismo* significa criticar e não espírito de crítica, difamação sistemática. A crítica, numa democracia, deve ser construtiva e servir ao interêsse geral, e não aos interêsses de clãs. Em qualquer caso, não se pode garantir à oposição mais direitos do que os concedidos à maioria. A lei também é feita pela oposição; ela é obrigada a respeitá-la. Os governos, controlados por partidos majoritários, tomarão tôdas as medidas necessárias para convencer a oposição demagógica. Não tolerarão nem a violação da lei — ainda menos das constituições que nos regem — nem os apelos à violência ou à ilegalidade, sejam os pretextos religiosos ou raciais. Êste é o sentido democrático que damos à "ditadura do proletariado".

Por uma planificação racional e dinâmica

Se a política é a arte de governar o Estado, se é uma doutrina, o programa, por seu lado, versará principalmente sôbre questões econômicas, sociais e culturais. A parte econômica do Plano de Desenvolvimento deve visar a objetivos sociais e culturais.

Não precisamos frisar o fato bem conhecido de que os países subdesenvolvidos estão fechados numa série de contradições, que devem

ser resolvidas: contradições entre nossa doentia subalimentação e nossa necessidade de produtividade; entre a baixa percentagem de crianças matriculadas nas escolas e nossas necessidades de quadro dirigentes; de um modo geral, entre nossa pobreza e atraso em tôdas as áreas. Doenças, ignorância, pobreza — tal é o nosso lote, tal é o estado do qual devemos tirar o nosso povo. Não pode haver dúvidas de que os países subdesenvolvidos estão no mais baixo nível da escala de ignorância, pobreza, doença e fome. Além disso, nossos países são subpovoados. Se ainda não estão convencidos, leiam o livro do Padre Lebret, *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente*. ([52]) As estatísticas apresentadas são retiradas das melhores fontes: as publicações da ONU. Haverá também interêsse em ler o livro de Georges Balandier: *Le Tiers Monde*. ([53])

Nossa tarefa é enorme. Para preenchê-la, devemos elaborar um plano de desenvolvimento; mesmo antes disso, devemos levantar a fé do nosso povo em seu destino e galvanizar tôda a sua energia e entusiasmo. É necessário que as elites compreendam seu papel e aceitem suas responsabilidades. Os que se acham nas posições mais privilegiadas devem fazer os mais pesados sacrifícios.

Nosso primeiro grupo de elite são os *estudantes*. Com vinte anos, todos são entusiasmados e idealistas. Isto é bom. Lançam-se sôbre os livros, estudam com furor. Na inteligência e generosidade dos nossos estudantes, temos um levêdo precioso e de admiráveis potencialidades. Essas potencialidades devem ser concretizadas, devem servir ao bem comum. Nossos estudantes devem compreender que estudar é *assimilar;* que as teorias estudadas foram desenvolvidas na Europa e pela Europa; que, para serem úteis, essas teorias precisam ser confrontadas com as realidades negro-africanas e aplicadas a elas; que o conhecimento, sem a experiência, é sòmente uma fumaça vazia. Como modêlo, podem tomar os estudantes norte-africanos que sempre confiaram nos líderes políticos de seus respectivos países. Os estudantes norte-africanos apoiaram a autonomia quando seus líderes lutavam pela autonomia; apoiaram a independência quando, e sòmente quando, seus líderes lutaram pela independência. O que vale é a *unanimidade* popular, mais do que alguma doutrina particular, ainda que seja excelente.

Nossas elites também incluem os *líderes sindicais*. Êstes foram vítimas de uma confusão na época do *referendum*. É hora para êles

se recuperarem; já começaram. Seu papel não é o de substituir os políticos, mas, além das reivindicações profissionais, ajudar os líderes políticos a executar o seu programa. Um número apreciável de líderes sindicais — refiro-me à UGTAN — chama-se "marxista". Kautsky lhes recorda que o maior êrro que podem cometer é sacrificar a unidade do movimento sindical por causa de considerações teóricas. "Um marxista", escreve êle, "que fôsse responsável pela cisão de uma organização proletária militante não estaria seguindo a doutrina de Marx, para quem todo passo para frente em um movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas".(54) E Alioune Cissé admitiu francamente que os sindicatos não têm razão quando se opõem à maioria do povo. Essa é a lição a ser aprendida com o *referendum*.

Vamos ao fundo do problema. No seu Congresso Constitutivo em Cotonou (Daomé), a UGTAN abandonou a teoria da "luta de classe". Foi um retôrno das nuvens para a terra firme. Não existem mais classes em nossa sociedade. Mas a análise revela uma certa tendência para a *formação de classes*. O paradoxo é que certos líderes sindicais chamam "proletariado" ao conjunto dos sindicalizados, composto exclusivamente de funcionários e de assalariados do setor privado. Mas a renda anual de um servidor público africano é, em média, de 360.000 CFA; o de um assalariado do setor privado é de 180.000 francos; enquanto a de um camponês é de 10.000 francos. O proletário não é, necessàriamente, aquêle que diz sê-lo.

Quando os sindicatos, especialmente o dos empregados públicos, pedem um aumento salarial, os governos africanos podem negar, *à luz das condições atuais*, baseados em duas razões. A primeira é que seu salário atual, quando convertido em francos, é, em qualquer nível, pelo menos igual aos salários dos trabalhadores metropolitanos. Existe, é verdade, uma disparidade entre os salários pagos no setor privado. A mais importante objeção, no entanto, advém da comparação entre os níveis de vida dos citadinos — empregados públicos, trabalhadores e operários — e os camponeses, que constituem mais de 90 por cento da população. Não pode servir ao interêsse público o aumento da desproporção entre os níveis de vida das classes atualmente em formação.

(1) Alioune Cissé é um líder sindical senegalês, tendo sido, posteriormente, Embaixador do Senegal na Guiné (N. do T.).

A nossa situação não é idêntica à situação francesa, onde os assalariados — funcionários, empregados e operários — lutam para arrancar, de um Estado burguês, a maior parte da receita nacional. Na África, vocês e nós somos o Estado. Pelo menos, a esmagadora maioria dos funcionários mais importantes são africanos. É contra êles mesmos que os sindicatos estão lutando, principalmente o dos funcionários públicos. Existe uma contradição, que não é natural.

Isto significa que nada devemos fazer pelos funcionários? Não estamos dizendo isto. O que estamos dizendo é que nossa situação econômico-financeira não é idêntica à da França; precisamos esquecer esta comparação. Já a esquecemos. O nível de vida de nossos funcionários públicos e trabalhadores assalariados é mais alto do que o dos nossos camponeses, mas não podemos fazer menos do que fixar uma relação entre os diferentes níveis de vida de nossas *quase-classes*. Na medida em que se eleve o nível de vida dos camponeses, elevaremos também o dos funcionários e assalariados do setor privado. No entanto, para elevar o nível de vida dos camponeses, é necessário que façamos investimentos produtivos na agricultura. Isto significa um aumento nos nossos orçamentos e, portanto, um congelamento temporário dos salários.

Na França, os funcionários públicos constituem 17% da população adulta e seu pagamento representa 25% do orçamento. No Senegal, êles constituem sòmente 1% da população, mas recebem 48% do orçamento! Êsses números dispensam comentários. Acreditamos que os funcionários e os estudantes compreendem a situação dramática em que se encontram nossos governos. Renunciar aos investimentos produtivos colocar-nos-ia em um círculo vicioso e nos obrigaria a pedir esmolas à França para equilibrar nossos orçamentos; isto significaria, de fato, a renúncia à autonomia política. Os funcionários compreenderão seu papel na construção da Nação e aceitarão os sacrifícios que lhes pedimos. Os camponeses estão entusiasmados — basta notar sua confiança no Partido e no nosso govêrno. Os sindicatos devem fazer ainda mais. Êles devem integrar-se na quase-nação. A UGTAN, por exemplo, deve converter-se em União Geral dos Trabalhadores do Mali e ter sua sede no Mali; mais tarde, deve estar pronta a entrar para a Confederação dos Trabalhadores da África Negra.

Êste entusiasmo geral deve ajudar o Estado federal em construir a Nação, e realizar, imediatamente, o *Plano de Desenvolvimento*. Êste

plano exige o investimento de substanciais somas de dinheiro que virão de três fontes: (1) os orçamentos do Mali e dos Estados federados; (2) o *Fundo de Ajuda e Cooperação* (F.A.C.) da Comunidade e o Fundo Europeu; e (3) capital privado. Passemos em revista essas três fontes.

Os orçamentos. Começaremos por nos ajudar a nós mesmos, na esperança de que o céu e os outros nos ajudem. É uma questão de *dignidade* e eficiência. Não é certo que esperemos assistência da França sem ter primeiro equilibrado nosso orçamento básico e principiado a investir em nossos próprios recursos. Os mendigos nunca são respeitados. Além disso, como sabem, aquêle que dá o dinheiro exerce o contrôle político sôbre êsses fundos. Não podemos desejar a autonomia política, muito menos a independência, sem a autonomia orçamentária. Isto é óbvio. Admite-se que, para populações como as nossas, com um crescimento de perto de 3% ao ano, será necessário investir 20% da nossa receita nacional para manter o nível de vida cada ano. Desde que o Mali tenha uma receita de 140 bilhões de francos CFA, teríamos que investir 28 bilhões anualmente. Estamos longe de contar com essa soma. Devemos, em todo o caso, começar por investir 20% dos nossos orçamentos, ou seja, 8 bilhões. É a taxa de investimento dos países subdesenvolvidos. Poderemos, então, procurar o resto mais fàcilmente em outros lugares.

O *F.A.C.* e o *Fundo Europeu* representam a segunda fonte de investimento. Se principiamos por fazer um esfôrço coletivo, se também preparamos propostas objetivas, existem tôdas as chances de obtermos bons resultados. Tanto mais que nossos representantes no Conselho Executivo farão com que os créditos sejam divididos objetivamente, tendo em vista que o esfôrço de austeridade e de severidade orçamentária constituem obrigações de cada Estado da África Negra. Nossa filiação à Comunidade Francêsa não deve criar em nós qualquer tipo de complexo. Tôda comunidade tem suas vantagens e inconvenientes, mais vantagens do que inconvenientes, exige deveres e assegura direitos. Se fôssemos independentes, iríamos, não obstante, procurar os Estados mais favorecidos: os Estados europeus ou os Estados Unidos da América, provàvelmente ambos. Teríamos sòmente mudado de tutores — as desvantagens podem ser vistas por todos; ou, pior ainda, poderíamos voltar-nos para todo o mundo, trazendo, desta forma, a guerra fria para

mais perto de nós. Isto não serviria nem aos interêsses do país nem aos da paz.

Resta o problema dos *capitais privados.* Não desdenharemos os capitais privados, pelo contrário, devemos procurá-los na França ou em outros lugares, desde que êles não alienem os direitos de nossa quase-Nação. Existe uma aparente contradição entre nosso ideal socialista e a ajuda que solicitamos do Capital. A análise revela que a contradição é superficial e que pode ser resolvida se realmente existe. Mostraremos que a "acumulação primitiva do Capital", sua formação, é necessária ao desenvolvimento de todo Estado moderno. Sob êste aspecto não há diferença entre o Estado capitalista e o Estado socialista.

Por outro lado, não existe o problema da nacionalização numa nação subdesenvolvida. Nem a Guiné, nem Gana estão nacionalizando. Êles estão certos. É preciso que se encontre alguma coisa a ser nacionalizada. Nacionalizar o magro capital à nossa disposição, mesmo se fôssemos independentes, seria "matar a galinha de ovos de ouro", impedir que outros capitais de que precisamos urgentemente sejam investidos. Os economistas observam que, para nacionalizar, é preciso ter os quadros necessários, o que não é verdadeiro no nosso caso. Mesmo nessas circunstâncias, e em países desenvolvidos, a nacionalização nem sempre é bem sucedida. Um argumento final: desde que os capitalistas eduquem e empreguem pessoal africano, reinvistam seus lucros, e paguem impostos, o capital está, para todos os efeitos práticos, nacionalizado.

Isto significa que devemos adotar uma política de *laissez-faire?* Não. O objetivo negativo do plano de desenvolvimento é impedir uma economia de *laissez-faire.* Seu objetivo positivo é organizar a produção racionalmente. Nosso plano incluirá três setores: um setor socializado — agricultura; um setor misto — utilidades públicas e as sociedades de economia mista, e um setor livre. O setor livre — bancos, comércio e indústria — será êle mesmo orientado em direção aos objetivos do Plano e, a um certo grau, controlado. Como? Por moratórias a longo têrmo, que serão consentidas seja aos novos investimentos como às emprêsas que entrem no quadro do Plano. Em contrapartida, será exigido do capital neste setor que aceite a legislação social e mesmo coopere na construção de infra-estrutura social: escolas, dispensários, moradias e cooperativas. Neste ponto, devo dizer que os sindicatos não se preocuparam com a criação de cooperativas de produção e de

consumo. Nos países escandinavos, a cooperativa é o mais eficiente instrumento do socialismo.

O setor misto compreenderá, de preferência, transportes e energia, evidentemente dentro dos limites de nossas possibilidades. Para a agricultura, temos a sorte de ter sido tradicionalmente socializada, em virtude da sua natureza comunitária na sociedade negro-africana. Mais uma vez dizemos *comunitária* e não *coletiva*, como dizem comumente. Nossa sociedade agrícola era mais do que coletiva. Não abrangia um agregado de indivíduos, mas era fortemente estruturada, feita de cooperativas familiares dentro da organização do mutualismo municipal. A base dêste último era um sentimento religioso, que proporcionava aos seus membros uma única alma, um alto ideal de solidariedade em que todos comungavam. Nossas novas mutualidades e cooperativas, integrando todos os camponeses, serão similarmente estruturadas e *animadas* pelo mesmo ideal.

E por que precisamos de capital? Esta é a última questão a que devemos responder. Precisamos para *investimentos produtivos.* Sòmente o desenvolvimento da produção, juntamente com uma mais justa distribuição da renda nacional, poderá fazer do Mali um Estado moderno. Esta é uma *condictio sine qua non* para a transformação da quase-Nação numa Nação.

Estamos começando a perceber que o investimento mais produtivo é o investimento humano. Não vemos aí o sentido particular que se dá atualmente sob a forma de *trabalho forçado.* Sentimos, a propósito, que algum dia — quanto mais cedo melhor — deveremos empregar em trabalho útil os soldados não incorporados ao serviço militar. Nas comunidades rurais deveremos chegar, inclusive, ao ponto de construir estradas secundárias pelos próprios habitantes. O que pretendemos é a formação de quadros, de escolarização e de *aculturação* e, finalmente, de nutrição. O investimento humano permitirá ao Estado nacional treinar cidadãos: homens cultos, racionalmente alimentados e formados em sua profissão.

Usa-se e abusa-se muito da expressão "africanização dos quadros". Não direi "malinização dos quadros", pois os nossos não serão sòmente constituídos por pessoas do Mali. Tememos que o problema esteja indevidamente colocado. Se nossas elites culturais fôssem suficientemente numerosas, a questão não precisaria ser levantada. Mas precisamos de professôres, médicos, engenheiros, pesquisadores e,

sobretudo, de especialistas em finanças e economia. Muitas vêzes é difícil buscá-los, mesmo na França. Conseqüentemente, o problema não é político, é técnico, pois é um problema de *formar quadros africanos.* Isto não é a mesma coisa. Sejamos cautelosos para não substituirmos um problema político por um problema técnico. Êste é um êrro muitas vêzes cometido pelos líderes políticos nos países subdesenvolvidos. Ainda durante muito tempo precisaremos de técnicos franceses. Devemos atraí-los e não desencorajá-los por gestos e palavras intempestivas.

A Universidade de Dacar nos oferece um Instituto Superior de Estudos Administrativos e um Instituto Superior de Economia e Estudos Comerciais, para não mencionar o Instituto de Ciências Humanas. Esta é a nossa sorte. Podemos criar outros centros de aprendizado e escolas vocacionais para operários e quadros secundários. Temos, principalmente, à nossa disposição, as grandes escolas técnicas e científicas da França, que se encontram entre as melhores do mundo. Devemos mencionar igualmente os institutos de pesquisa, pois precisamos também de pesquisadores. O desenvolvimento da produção, unido com o da produtividade, depende diretamente do desenvolvimento da pesquisa científica. Em outras palavras, nossos estudantes serão orientados em seus estudos. O papel da escola não é dar cursos de filosofia política, mas o de nos fornecer técnicos altamente qualificados. A Comissão Federal de Bôlsas de Estudos da antiga África Ocidental Francesa tendia muitas vêzes a orientar todos os nossos estudantes para a Universidade. Deveremos reagir, orientando-os para os cursos de preparação para os vestibulares das *Grandes Écoles.*(*)

Êste assunto nos leva ao das escolas. Todos concordam em que a instrução primária deve ser desenvolvida. Então, teremos uma base mais ampla, de onde possamos escolher para nossas universidades e para as *Grandes Écoles.* Acontece que, para dar escola a tôda a nossa população em idade escolar, será necessário aplicar todo o nosso orçamento. Nos países desenvolvidos, 20% do orçamento são dedicados à instrução, nos casos mais favoráveis. Não podemos fazer melhor. Compensaremos a fraqueza dos nossos meios, elevando a qualidade de nosso ensino.

(*) As *Grandes Écoles* incluem instituições tais como Escola Normal Superior, Instituto Politécnico, Escola de Obras Públicas etc. (N. do T.)

Quem diz qualidade diz africanização da instrução, e isto significa *educação*. No curso primário adaptaremos os nossos manuais à nossa realidade cultural e social. Não é compreensível que nossos escolares continuem a ignorar a história, a geografia, a arte da África Negra. Alguma coisa já foi feita neste sentido; o esfôrço deve continuar. É um êrro cultivar sòmente a razão dos jovens e abandonar sua imaginação criadora. A disputa pelo bacharelado é esterilizante na França; é *homicida* na África. É preciso fazer mais, devemos educar, fora da escola, os que sabem e os que não sabem ler. Devemos realizar isto através de festivais folclóricos, por manifestações políticas, sindicais e atléticas, pelo teatro e cinema e, mais ainda, por conferências e clubes culturais. Aproveitamos esta oportunidade para agradecer ao Ministro Federal da Educação por sua excelente iniciativa de criar um Serviço de Artes e Letras. O problema é *aculturar* simultâneamente a instrução francesa e nossos valôres tradicionais com vistas a atender a nossa situação.

A educação, a formação cultural e profissional são formas de investimento humano, ainda que não sejam as únicas. Elas exigem, desde o início, que o homem esteja bem nutrido. O que um homem come é mais importante do que a quantidade que come. Nossa população sofre menos de subalimentação do que de subnutrição. Ela não tem uma quantidade suficiente de calorias e proteínas animais. Neste domínio, os documentos da O.N.U. mostram que as populações da África Ocidental são as mais pobremente nutridas. Essas deficiências nutricionais, juntamente com a falta de higiene, são as principais causas das chamadas doenças endêmicas tropicais que são realmente "doenças de massa".

Todo plano que negligencie o investimento humano estará fadado ao fracasso. Para produzir é necessário alimentar, ensinar, e formar os produtores. Êsses fatos governarão a distribuição de fundos, que deverão ser dedicados. em parte, ao investimento humano, ao desenvolvimento da infra-estrutura social: escolas, dispensários, hospitais. Por outra parte, devemos dedicar nossa atenção aos investimentos produtivos.

Insistiremos nos créditos dedicados à *agricultura*, mutualismo e cooperativas para a modernização dos métodos agrícolas de criação de animais e pesca. Mao Tse-tung compreendeu isto e foi além das instruções de Marx neste setor. Os russos cometeram o êrro de negligenciar os camponeses e a agricultura: Mao Tse-tung não repetiu o êrro:

êle dependia dos camponeses; sua revolução foi, antes de tudo, uma revolução camponesa. Mesmo nos países desenvolvidos, negligenciar a agricultura pela indústria significa introduzir um desequilíbrio e frear a elevação do nível de vida, sem falar no perigo de descontentar os camponeses, que constituem, quase sempre, a classe mais numerosa. Nossos países são fundamentalmente agrícolas. Não nos arriscamos a criar um desequilíbrio em detrimento da agricultura. O que arriscamos é desenvolver a indústria às expensas da comida. O caso do Senegal é típico.

Por outro lado, não existe país desenvolvido sem indústria. A criação da indústria pesada não nos preocupa no momento. Não temos exército para manter e nossos objetivos devem ser governados por nossos meios, que são limitados. Além disso, faltam-nos os requisitos para a indústria pesada. Não temos carvão e eletricidade, exceto na forma de potencial, que é baixo. A sabedoria consistirá em desenvolver o que temos: indústrias de transformação, cujas matérias-primas se encontram em casa ou por perto.

Agricultura, criação de animais, pesca — temos no Mali o rebanho mais importante e as águas mais piscosas da África Ocidental —, indústria de transformação. Êsses são os pólos de nosso desenvolvimento, a direção que tomarão nossos investimentos. Òbviamente, tudo isso deverá ser estudado e coordenado pelas autoridades do Mali. Evitaremos entre o Senegal e o Sudão a duplicação, as competições e os pontos de estrangulamento. Não nos esqueceremos de investigar nosso potencial de minerais. Sòmente metade do Senegal foi prospectado; no Sudão nada foi feito. Nem nos deveremos esquecer do desenvolvimento da *infra-estrutura geral*: portos, aeroportos, estradas. *Êsses* são os caminhos para o desenvolvimento, para a civilização.

CONCLUSÃO

Colhamos os nossos pensamentos. O fim último do P.F.A. é a edificação de uma *Nação negro-africana* ocidental, à qual corresponderá uma Nação da África Central. Isto porque a *Nação* é a primeira realidade do século XX. Essas nações abrangerão as antigas colônias francesas da África Negra. Elas serão inspiradas pelo ideal socialista, mas um *socialismo aberto*. Dentro desta perspectiva constituir-se-ão em

Estados federais. Êsses Estados terão como objetivo a promoção do *Homem* através da elevação de seu nível de vida e de cultura. Os caminhos e meios são uma democracia forte e uma economia planificada.

A segunda realidade do século XX é a *interdependência* de raças e continentes, de nações. François Perroux mostra esta verdade em um recente artigo sôbre a Guiné (55). Nota que a independência nominal é uma vantagem, porém não é suficiente; que a Guiné encara a tarefa de construir sua real independência em têrmos da estrutura internacional econômica, dentro da qual ela se encontra; que ela não se pode fiar em suas estruturas nem romper com seu passado histórico imediato sem perigo; que, tendo em vista essas realidades, um plano de desenvolvimento não pode ser preparado e muito menos realizado nos estreitos limites de um território nacional. "A grande fraqueza das independências a qualquer preço, dos nacionalismos obsedados pelos atrativos das soberanias jurídicas", conclui êle, "advém do fato de que *o Estado moderno é desterritorializado no continente africano assim como em tôdas as partes do mundo.* Insistamos. Têrmos usuais que suscitam profundos movimentos emotivos e que traduzem aspirações claramente observáveis tais como: soberania, independência, autonomia, vontade coletiva, vontade estatal, não podem mais ser empregados uns pelos outros, apesar da freqüente tendência para tal. Um Estado territorial, soberano, nos moldes das constituições ocidentais, não é, rigorosamente falando, nem a condição necessária nem, evidentemente, a condição suficiente para que um conjunto de populações disponha de si próprio, descubra e redescubra seus valôres próprios de civilização e aumente seu nível de vida e capacidade de produzir".

Falamos de independência; voltaremos a falar novamente. Não seria honesto nem eficiente falar de "independência imediata". Esta nos foi oferecida pelo General de Gaulle em 28 de setembro de 1958. Nós não a aceitamos. Tenhamos a lógica e a coragem de nossas convicções. Pensávamos, então, como continuamos a pensar, com François Perroux, que "os podêres reais pelos quais a soberania é exercida atualmente são, para tôdas as nações, uma função de alianças e coligações efetivas" (56). Acreditávamos, e ainda acreditamos, que a Comunidade — como uma entidade dinâmica na Constituição de 4 de outubro — é a estrutura ideal para uma efetiva coligação, uma associação.

Os técnicos franceses são procurados por todo mundo. Enquanto as maiores nações da Europa e América destinam 1% da renda nacional

para a ajuda aos países subdesenvolvidos, a França destina 2%. Finalmente, os franceses sempre defenderam a emancipação dos povos de côr. Foram êles que escreveram a mais importante e influente literatura anticolonialista. Êsses são fatos, e ninguém pode argumentar contra fatos. Falemos, portanto, da transformação da Comunidade em *Confederação Multinacional.*

Não nos esqueceremos da Guiné e do Maghreb árabe. Êles estavam unidos conosco no antigo regime. Êles são nossos vizinhos africanos. Seus intelectuais formaram-se em escolas franceses. Sob a égide da Comunidade, devemos celebrar acôrdos econômicos e culturais com êles, e esperar até que a evolução da Comunidade nos permita estabelecer laços políticos.

Nem devemos esquecer nossos vizinhos africanos que falam inglês. Sejamos francos. Êles não nos devem pedir que deixemos a Comunidade, enquanto êles permanecem na *Commonwealth.* A solidariedade horizontal interafricana será gradualmente estabelecida, começando pelas relações econômicas e culturais, enquanto que as solidariedades entre nós e nossas metrópoles transformar-se-ão sem se romperem. Não obteremos a paz nem pela guerra racial nem pela guerra continental.

O *Homem* continua sendo nossa primeira preocupação. Êle constitui a nossa *medida.* É o significado do homem que figura na bandeira do Mali, enraizado na terra e voltado para o céu. Terminarei parafraseando Dostoiewsky, o russo. Um povo que se recusa a comparecer ao encontro da história, que não se crê portador de uma mensagem única, êsse povo terminou: está pronto para o museu. O negro-africano não acabou antes de ter começado a falar. Deixem-no falar: sobretudo, deixem-no agir. Deixem que êle traga, como um fermento, sua mensagem ao mundo, para ajudar a construir a Civilização do Universal.

8 de junho de 1959

O CAMINHO AFRICANO DO SOCIALISMO

Cada um encontrou na sua pasta meu Relatório ao Congresso Constitutivo do PFA e um artigo que escrevi em 1948 sôbre Marxismo e Humanismo. Encontraram também uma bibliografia selecionada — obras socialistas e críticas dessas obras — bem como numerosas passagens que esclarecem os principais pontos da doutrina socialista, mais exatamente do método socialista.

Não se trata, atualmente, de voltar àquele método, mas repensá-lo *à luz das realidades africanas.* Trata-se, mais precisamente, de confrontá-lo com as nossas realidades malianas, a fim de desenvolver um nôvo método, mais apropriado para a compreensão das nossas realidades e para transformá-las efetivamente. A época de filosofar já passou; chegou a época de agir. Devemos preparar-nos e assumir *hic et nunc* tôdas as nossas responsabilidades como militantes políticos. Essas responsabilidades podem ser resumidas em uma única frase: devemos transformar nossa quase-nação em uma Nação, nosso país subdesenvolvido em um país desenvolvido, levantando o nível de vida e de cultura de todos os cidadãos de nossos respectivos Estados.

Um pré-requisito: independência cultural

Durante quinze anos após a Libertação da França, os africanos lutaram contra o colonialismo. Isto era natural e legítimo, pois o colonialismo é a dependência política e econômica de um povo em relação a outro. Òbviamente, não pode haver o desenvolvimento da personalidade de um povo sem liberdade para desenvolver-se, e não pode haver liberdade sem liberdades específicas. Não pode existir liberdade na alienação total, resultante do colonialismo; não pode haver liberdade com o sufocamento de seu ser original; não pode haver independência na dependência. Isto é que justificou a luta contra o colonialismo.

Nosso êrro não foi ter lutado com as armas do colonialismo europeu — a maioria dos políticos africanos, não todos, infelizmente, são anticolonialistas — mas com as armas da Europa. Para combater o colonialismo, pedimos emprestado as armas do proletariado europeu que nos ensinou que a sua luta e a nossa eram idênticas. Similar, talvez, mas não idêntica à nossa *situação*, como mostrou Jean-Paul Sartre em *Orfeu Negro*(1). Realmente, os proletários europeus são mantidos em situação de dependência como indivíduos reunidos em classe e não como uma raça ou povo. Nós fomos colonizados, é certo, como povos subdesenvolvidos, indivíduos indefesos, mas também como *negros* ou árabe-berberes; em outras palavras, como pessoas de uma raça e de uma cultura diferentes. Êste era o argumento básico do colonizador. Nós éramos primitivos e, sobretudo, preguiçosos; era necessário abrir-mo-nos ao progresso, à "luz da Civilização". Naturalmente, o progresso e a Civilização só podiam ser europeus.

Êste problema da Civilização foi o ponto crucial do debate na Conferência de Roma (fevereiro de 1960) entre a Sociedade Européia de Cultura e a Sociedade Africana de Cultura. Os europeus defendiam a tese de que tinham sido os únicos que encararam a cultura em sua dimensão universal. Daí falta sòmente um passo para sustentar que a civilização européia está identificada com a Civilização do Universal e que deveria ser adotada como a Civilização Universal. Tivemos pouca dificuldade em demonstrar que cada uma das "civilizações exóticas" também pensou em têrmos universais e que o único mérito da Europa sob êsse aspecto foi o de difundir a *sua* civilização, graças às suas conquistas e técnicas.

Para daí retornar à assim chamada solidariedade do proletariado europeu e dos povos colonizados, é um tema romântico popularizado na Europa, mas que não corresponde à realidade. Efetivamente, a conquista européia, a colonização beneficiou não sòmente a burguesia capitalista, mas também a classe média e o proletariado europeu. Permitiu a emigração dos "brancos pobres" para os países colonizados, a conquista de mercados exóticos e de fáceis fontes de matéria-prima. Conseqüentemente, favoreceu o desenvolvimento industrial europeu e elevou o nível de vida das massas européias. Isto foi verdade — tenhamos coragem de dizer — tanto na Europa Ocidental quanto na Oriental. A prova é que a Rússia Soviética não libertou suas repúblicas

asiáticas, particularmente as repúblicas muçulmanas. Aconselho-vos o livro de Monteil, *Les Musulmans Soviétiques*(2).

Digo tudo isso para mostrar como a independência de espírito, a *independência cultural*, é o pré-requisito necessário às outras independências: política, econômica e social. Esta foi a razão pela qual comecei a segunda parte do meu relatório (3) com uma crítica ao socialismo europeu. Minha finalidade era mostrar que êste socialismo, mesmo o "socialismo científico" de Marx e Engels, não podem ser aceitos na sua forma presente como muitos intelectuais africanos aceitam, sejam estudantes ou líderes sindicais — por três razões.

A primeira é que o conhecimento de Marx e Engels foi condicionado pela sua época, pelo progresso bastante limitado da ciência e da filosofia. Contra êsses dois socialistas podemos usar o argumento que o próprio Engels usou contra Hegel: "Ainda que Hegel fôsse — com Saint-Simon — a inteligência mais universal de sua época, era, no entanto, limitado, primeiro pela extensão necessàriamente limitada de seu conhecimento pessoal e, segundo, pelas limitações tanto em extensão quanto em profundidade do conhecimento e idéia de sua época"(4). Marx e, principalmente, Engels puderam assimilar as últimas descobertas das matemáticas e das ciências naturais, como a "teoria cinética dos gases" e dos "glóbulos brancos". No entanto, não puderam prever a mecânica ondulatória, a teoria do quantum, ou a relatividade. Desenvolvi longamente êste argumento no meu relatório, não sendo necessário repeti-lo.

A segunda razão é que uma nova teoria do conhecimento nasceu e se desenvolveu na primeira metade do século XX, como resultado daquelas revoluções científicas. A dialética como teoria — mais precisamente como método de conhecimento — não é novidade. O filósofo grego Heráclito usou-a há 2 500 anos. Mas Hegel renovou-a, sistematizando-a. O mérito de Marx é que a racionalizou, aplicando-a a fatos concretos e dando-lhe suportes. Recomendo a *Miséria da Filosofia*, de Marx e, sobretudo, os livros de Engels, *Dialética da Natureza* e *Anti-Duhring*, que são mais claros. Mesmo com Marx e Engels a dialética européia permanece ainda abstrata, bastante perto da lógica da qual foi parte integrante, com suas categorias e conceitos, suas induções e deduções. Ainda é determinista e isto é, parcialmente, o que levou os pensadores do século XX a desenvolver um nôvo método. Isto está

exposto na introdução ao livro de Gaëtan Picon, *Panorama des Idées Contemporaines*(5).

Êste nôvo método, mais uma vez, nasceu das revoluções científicas: relatividade, mecânica ondulatória, geometria paraeuclidiana, teorias do descontínuo e do indeterminado. E também de novas revoluções filosóficas: fenomenologia, teilhardismo, existencialismo. O descontínuo e o indeterminado, depois de pesquisas as mais minuciosas, as mais apaixonantes e as mais excitantes, revelaram-se no fundo de tôdas as coisas: no fundo do próprio espírito como do real. Tôdas as disciplinas cindem-se, atualmente, em disciplinas mais especializadas. A sociologia é diferenciada da etnologia, da interpsicologia e da física social. Melhor ainda, "existem diversas geometrias, diversas lógicas possíveis, mentalidades e estruturas psicológicas irredutíveis"(6). Nesta nova visão do mundo o próprio real — a mesma realidade — aparece-nos múltipla ou, pelo menos, com diferentes e contraditórias faces.

Porque o real aparece atualmente ao europeu como "uma realidade descontínua e talvez indeterminada"(7), êle abandonou o método ocidental da *objetividade, ou melhor, integrou-o em um nôvo método.* Gaëtan Picon assinala que o europeu, antes do século XX, sempre se afastou do objeto para conhecê-lo. Êle o mantinha a distância. Acrescento que êle sempre o matou e o fixou em sua análise para poder usá-lo na prática. "Sempre", diz Picon, "a tradição filosófica ocidental exigiu esta distância para a observação; sempre tentou sair do confuso aglomerado onde se confundem na existência os pontos de vista e as coisas, a fim de substituir a identificação pela contemplação" (8). O mesmo se aplica à tradição científica. Êste "realismo visual" de que nos fala Picon não era completamente abandonado por Marx e Engels, mesmo quando aplicavam a dialética à realidade. O nôvo método — filosófico, científico e artístico — é o oposto do realismo.

Estamos presenciando uma revisão geral da idéia de objetividade. Por todos os lugares encontramos o pesquisador envolvido na sua pesquisa e descobrindo-a sòmente quando a encobre. A luz do conhecimento não tem mais aquela clareza inalterável que se coloca sôbre o objeto sem o tocar e sem ser tocado por êle; é um fulgor turvo nascido de sua identificação, a claridade de um contato, uma participação, uma comunhão. A filosofia moderna exige a *experiência,* identidade vivida do conhecimento e do conhecido, do vivido e do pensado, do vivido e do

real. As ciências opõem explicação e compreensão: apanhar o sentido de um fato humano e compreendê-lo em si e nêle próprio"(9).

Assim, para conhecer um objeto, não é necessário vê-lo, dissecá-lo, pesá-lo, mesmo quando se tem os mais perfeitos instrumentos de precisão. É preciso ainda tocá-lo, penetrá-lo no seu interior, senti-lo. Conhecer um fato humano — psicológico ou social — não consiste em fazer uma *enquête* sôbre êle, atulhada de números e gráficos, mas sim em vivê-lo. Ou então fazer como aquêle branco que, para conhecer a situação dos negros americanos, pintou sua pele com uma tinta escura e exerceu efetivamente a profissão de engraxate. É o que nos revela o pensamento fenomenológico e existencialista que, seguindo a trilha do marxismo, ultrapassou-o através de sua integração. Nesta escola de pensamento, o real coincide com o pensamento, o conteúdo coincide com a forma pela qual foi dito, a filosofia mistura-se com a ciência, assim como a arte identifica-se com a existência, com a vida. Existe aqui mais do que coincidência, existe *identidade.* No ato de conhecimento deve-se mergulhar por debaixo das cristalizações das aparências e da educação, indo ao caso primordial, que não foi moldado pela razão. Como disse Kierkegaard no seu *Journal,* trata-se de "deixar os pensamentos aparecerem com o cordão umbilical de seu fervor inicial". Como a criança maravilhada. Desta forma, o conhecimento é menos criação do que descoberta, menos descoberta do que redescoberta. Para ser mais preciso, o conhecimento coincide com o *ser* da coisa na sua realidade original e originária, na sua realidade descontínua e indeterminada, na sua vida.

O leitor de Marx e Engels é às vêzes tentado, como J. B. S. Haldane(10), a crer que devemos a Marx e Engels as últimas revoluções científicas e filosóficas. Uma leitura mais atenta convence-nos de que isto não é exato. Mais do que Hegel, é verdade, para quem o Pensamento e a Razão criavam a realidade, Marx e Engels atingem o próprio real no seu movimento, mas, ainda que o abracem, êles não o penetram. Permanecem deterministas, portanto abstratos. Para êles, as "coisas... em suas relações, seu encadeamento, seu movimento, seu nascimento e seu fim"(11) são refletidas exatamente no cérebro humano como "cópias". Permanecem deterministas e mais ou menos abstratos, como Aristóteles, Descartes, Spinoza e Kant, que Engels denuncia como dialéticos, que não exauriram todos os recursos do método, mas que êle saúda, apesar de tudo, como dialéticos(12). Isto quer dizer que o mé-

todo do "socialismo científico" situa-se muito aquém do método contemporâneo de conhecimento.

Êste conhecimento por confrontação e intuição é, vendo-se de mais perto, o conhecimento negro-africano. É a nossa terceira razão para não aceitar tal e qual, sem exame preliminar, a teoria do "socialismo científico" europeu. Herdamos de nossos Antepassados o nosso próprio método de conhecimento. Por que o havemos de modificar quando os próprios europeus é que nos dizem ser êle o método do século XX e o mais fecundo?

Consideremos agora o negro-africano quando êle encara o objeto a ser conhecido, quando olha o Outro: Deus, homem, animal, árvore ou pedra, fenômeno natural ou social. Em contraste com o europeu, o negro-africano não se distingue do objeto; êle não permanece a distância, nem meramente o olha e o analisa. Depois de vê-lo a distância e de analisá-lo, o negro-africano toma o objeto em suas mãos vibrantes, tendo cuidado para não fixá-lo e matá-lo. Êle o toca, êle o apalpa, êle o sente. O negro-africano é como um dêsses versos do Terceiro dia,* um puro campo de sensações. É na sua subjetividade, nas extremidades de seus órgãos sensoriais, de suas antenas de inseto, que êle descobre o Outro. Imediatamente, em um movimento centrífugo, êle vai do sujeito ao objeto nas ondas do Outro. Isto é mais do que uma metáfora; a física contemporânea descobriu, sob a matéria, a energia universal: as ondas e as radiações. Então, o negro-africano abandona sua personalidade para identificar-se com o Outro, morre para renascer no Outro. Êle não assimila, êle é assimilado. Vive uma vida comum com o Outro; vive numa simbiose. Para usar a expressão de Paul Claudel, êle "conhece o Outro". O sujeito e o objeto são, desta forma, confrontados dialèticamente no próprio ato de conhecimento. É um longo carinho na noite, um estreitar de corpos confundidos, o ato de amor. "Eu quero que você me sinta", diz um eleitor que deseja ser bem conhecido. "Penso, logo existo", escreveu Descartes. Já se observou que sempre se pensa, e a conjunção lógica "logo" é desnecessária. O negro-africano poderia dizer: "Eu sinto, eu danço o Outro; eu sou". Dançar é descobrir e recriar, especialmente quando é uma dança de amor. Em todo caso, é a melhor maneira de conhecer. Do mesmo modo

(*) Uma alusão à Idade dos Répteis (N. do T.)

como o conhecimento é, ao mesmo tempo, descoberta e criação — quero dizer, recriação e recriação, de acôrdo com o modêlo de Deus.

Os jovens criticaram-me por ter reduzido o conhecimento negro-africano à pura emoção, negando que haja uma "razão" ou técnicas negro-africanas. É o ponto fundamental do problema; gostaria de expor meu pensamento mais uma vez. Qualquer um que não tenha exposto suas divergências e suas razões nada explicou e deixa o problema insolúvel.

Assim, eu me explico. Se bem que possa parecer paradoxal, a fôrça vital do negro-africano, sua rendição ao objeto, é animada pela razão. Vamo-nos entender claramente: não falo da *razão-ôlho* da Europa, mas da *razão sensorial,* melhor ainda, *razão-envolvente,* a razão simpática, mais relacionada com o grego *logos* do que com o latim *ratio. Logos,* antes de Aristóteles, significava razão e palavra. De qualquer forma, a palavra negro-africana não molda o objeto em categorias rígidas e conceitos que não são tocados por ela; ela pule as coisas e restaura sua côr original, com sua textura, som e perfume; ela os perfura com luminosos raios para alcançar a substantiva surrealidade na sua unidade original — seria mais apropriado falar de sub-realidade. A razão européia é analítica, discursiva por utilização; a razão negro-africana é intuitiva por participação.

Os jovens da África Negra estão errados em cultivar um complexo e acreditar que a razão negro-africana é inferior à européia. "A mais bela emoção que podemos sentir", escreveu o grande cientista Einstein, "é a emoção mística". Ela é o germe de tôda arte e tôda ciência verdadeira". Para voltar à linguagem negro-africana, gostaria de me referir a dois artigos. O primeiro, "Ethnologie de la Parole", de autoria de Maurice Leenhardt(13); o segundo, "Introduction à la Musique Africaine", de Geneviève Calame-Griaule e Blaise Calame(14).

Leenhardt estuda os neocaledônios, que são negros; êle sustenta que o significado neocaledônio de *Palavra* se parece com o dos negro-africanos, o que é confirmado pelo estudo dos Calame. Para êle, portanto, a palavra negra, "expressa sob o impacto da *emoção*" (o grifo é meu), ultrapassa esta emoção. Coincidindo com o real, não é sòmente expressão de conhecimento, mas o próprio conhecimento, pronto para a ação, já ação. "A palavra", êle conclui, "é pensamento, discurso e ação". Agora compreenderão por que, na minha definição do conhecimento negro-africano, rejeito a análise abstrata à maneira européia, por que

preferi usar uma imagem analógica, a metáfora, para fazer como sintam o objeto do meu discurso. A metáfora, uma abreviação simbólica, por suas qualidades sensíveis e sensoriais, é um método excelente para o discurso negro-africano[15].

É, também, a maioria das vêzes, o estilo do discurso europeu, como comprova o ensaio de Gaëtan Picon citado acima. Desta forma, os nossos jovens não deveriam repudiar o método negro-africano de conhecimento porque é, mais uma vez, a última forma de conhecimento europeu. *Participação e comunhão,* estas são as palavras de Picon; são as próprias palavras empregadas há décadas pelos etnólogos especializados nas civilizações negro-africanas.

Quer isto dizer, como alguns jovens gostariam que eu dissesse, que o negro-africano é desprovido de razão discursiva, que ignora a lógica e a dialética e que nunca as usou? Não disse isso. Em verdade, todo grupo étnico possui todos os diferentes aspectos da *Razão* e tôdas as virtudes do homem, mas cada qual deu maior ênfase sòmente a um aspecto da Razão, sòmente a certas virtudes. Nenhuma civilização pode ser construída sem o uso da razão discursiva e sem técnicas. A civilização negro-africana não é exceção a esta regra. Qual não foi o espanto dos primeiros navegadores europeus desembarcando na África, quando descobriram Estados bem organizados, com govêrno, administração, justiça e exército, com técnicas (adiantadas para a época) de trabalho em madeira, marfim, bronze, ferro, vime, tecelagem e terracota, com técnicas médicas e agrícolas dignas da Europa.

Disto tudo concluo que devemos manter o método negro-africano de conhecimento, mas integrá-lo nos métodos que a Europa tem usado através de sua história — a lógica clássica, a dialética marxista e a do século vinte. A razão negro-africana é tradicionalmente dialética, transcedendo os princípios da identidade, da não-contradição e da exclusão do terceiro. Sejamos muito cuidadosos em não nos deixar arrastar pelo determinismo estreito do Marxismo, pela abstração. Atenhamo-nos firmemente ao *concreto* e encontraremos, sob o *concreto,* para além do *descontínuo* e do *indeterminado,* a liberdade que legitima não sòmente a nossa fé, mas o *Caminho Africano para o Socialismo.*

Por um humanismo africano-ocidental ou negro-berbere

Como dissemos no Congresso Constitutivo do PFA, o "socialismo científico" trouxe duas contribuições revolucionárias para o pensamento

contemporâneo: a dialética e o humanismo. Não que êle tenha inventado o método ou a ética; teve o mérito de inseri-los na realidade, de tê-los encarnado nas determinações históricas — materiais e sociais — do Homem.

Nas páginas precedentes, tentei indicar como devíamos ultrapassar o materialismo dialético inspirando-nos nos métodos europeus da atualidade e nos métodos negro-africanos de todos os tempos. Por um notável acaso, êsses dois métodos coincidem.

Quanto ao humanismo marxista, que agora é o nosso assunto, desejo, antes de mais nada, relembrar sua fôrça e sua fraqueza. Sua fôrça é que, partindo de fatos concretos, elaborou as realidades sociológicas que a análise da sociedade européia da metade do século dezenove revelava: a prioridade do fator econômico e a luta de classes. Sua fôrça consistiu no fato de ter renovado e chamado a atenção para a noção de *alienação.* Sua fraqueza é que não levou a análise econômica mais longe: negligenciou as estatísticas, que estavam, é verdade, em estado embrionário. Sua fraqueza consistiu sobretudo no fato de que, à medida que Marx avançava escrevendo o *Capital,* êle progressivamente acentuava o materialismo e o determinismo, *praxis* e meios, em detrimento da dialética e da ética — em uma palavra, em detrimento do homem e de sua liberdade. Não diria, como disse em meu *Relatório,* em detrimento do pensamento filosófico. Porque, paradoxalmente, em suas "conclusões", renegrando o espírito de suas *Obras Filosóficas,* Marx reintroduziu sub-repticiamente a metafísica. Mas uma metafísica terrìvelmente inumana e ateísta, em que a inteligência é sacrificada pela matéria, a liberdade pelo determinado, o homem pelas coisas. A isto é que Engels chamava os "desejos subjetivos" de Marx.

Qual deveria ser nossa atitude, como negro-africanos, diante dêste humanismo desumanizado, dêste subjetivismo determinista que nega o verdadeiro concreto que é a emoção subjetiva? Isto é o que vou tentar dizer. Mas, primeiro, uma palavra para explicar a noção de negro-africano. É verdade que a África Ocidental não é habitada sòmente por negros. Êstes, sejam "negros marginais" como os peulos, os norte-sudaneses e o sul-sudaneses, os guineenses e os silvestres, são negros[16]. Mas existem, ao lado dêsses, o berberes: os brancos. Não o negamos. Pelo contrário, a Federação do Mali orgulha-se de ser uma nação multirracial e orgulha-se mais ainda de ter integrado as contribuições culturais dos berberes e, mesmo, dos árabes. Gostaria simplesmente de notar

que os brancos — tuaregues de língua berbere e mouros de língua árabe — são "brancos marginais". Como me disse um líder político mauritano, êle próprio mouro: "Os mouros são berberes com uma alta percentagem de sangue negro". Somos, portanto, negro-africanos com uma mistura de sangue berbere, como os franceses são gauleses com mistura de sangue nórdico e mediterrâneo. Sob a condição de aceitarmos o sangue e a cultura berbere — e nós os aceitamos — podemos chamar-nos negro-africanos, compreendendo que é sòmente uma aproximação. De fato, negro-berbere seria mais preciso.

Qual deve ser a nossa atitude em relação ao humanismo marxista? Respondo, primeiro, que não devemos trair suas fecundas contribuições quando a fidelidade a êle pode levar sòmente à lúcida transcendência. Os intelectuais da África Ocidental, no entanto, tendem a traí-lo na prática e na teoria, em conseqüência de uma fidelidade cega.

Trai-se Marx no plano da teoria quando se usa a dialética marxista como ela nos foi legada, sem modificar uma vírgula. Raciocinar duas vêzes na abstração é o meio mais fácil de desligar-se da realidade. Não nos devemos cansar repetindo que o materialismo dialético nasceu da história e da geografia; êle nasceu na Europa Ocidental no século XIX. Nascido neste meio, êle era essencialmente destinado à análise e à transformação do seu ambiente. Marx muitas vêzes afirmou isto. A prova é que, nesses mesmos países, sábios e filosófos, escritores e artistas, assimilaram as contribuições metodológicas de Marx, ultrapassando-as, aperfeiçoando-as, enriquecendo-as, para penetrar nas realidades do século vinte e não nas do século dezenove.

E que dizer das realidades asiáticas ou africanas? Os israelenses, como os chineses, souberam encontrar o caminho asiático para o socialismo, adaptado ao espírito e realidades de seu solo natal. Êsses esforços são exemplos para nós. As realidades da África Ocidental são as dos países subdesenvolvidos — países camponeses aqui, países pastoris acolá — que foram feudais, mas tradicionalmente sem classes e sem um setor assalariado. Êles são países comunitários, onde o grupo prepondera sôbre o indivíduo; são, especialmente, países religiosos, países altruístas, onde o dinheiro não é Rei. Se bem que o materialismo dialético possa ajudar na análise de nossa sociedade, êle não pode interpretá-la integralmente. Êle não o fêz na Europa, onde assistimos a um vigoroso redespertar religioso. Mesmo na "Santa Rússia" existe um ressurgimento de

fôrças espirituais, com a derrota do falso "realismo socialista" em futuro próximo, desde que a paz seja preservada.

Portanto, seria trair Marx duas vêzes a aplicação de seu método com um verniz sôbre as realidades da África Ocidental. É traí-lo, sobretudo, a aplicação, sem integração, da organização política, econômica, social, cultural da Europa (seja da Europa Ocidental ou da Oriental): o parlamentarismo liberal ou a "democracia popular". Isto seria trair Marx, bem como o humanismo *negro-africano* — quero dizer, negro-berbere.

De uma teoria falsa, de uma metodologia inaplicável ao objeto, só pode resultar *im-materialismo;* na mesma medida em que resulta o *in-humanismo,* quando a matéria é identificada com o concreto. De fato, a dupla abstração há pouco observada leva-nos, em primeiro lugar, a considerar o homem como uma *sub specie aeternitatis.* O homem de todos os tempos e lugares não é realmente o homem, mas uma simples imagem mental. Não podemos apreender os caracteres particulares do homem a não ser através de suas particularidades históricas, geográficas e étnicas. E o negro, como o berbere, só fêz sua aparição na pré-história, durante o neolítico, por volta do quinto milênio antes de Jesus Cristo. A abstração consiste, em segundo lugar, em ver, sob uma pele negra ou de côr de cobre, o homem de Marx na África: o europeu disfarçado em negro ou berbere, com classes em luta pela conquista do poder de compra em um mundo mercantil, proposto como ideal de civilização.

Como não ver que, nessas condições, a *alienação,* longe de ser resolvida, será singularmente agravada? Pois a alienação do negro-berbere não advém do capitalismo negro-berbere, nem mesmo do capitalismo europeu. Nem tem sua origem na luta de classe. Resulta do domínio de um país sôbre outro — ou melhor, de um grupo étnico sôbre outro. Aqui, a dominação política e cultural, colorida pelo racismo, funde-se com a dominação econômica.

O homem para nós, portanto, não é um apátrida, nem sem côr, história, ou uma civilização. É o homem da África Ocidental, nosso vizinho, exatamente definido no tempo e no espaço. Êle é maliano, mauritano, ebúrneo, *wolof, targui, songhai, haoussa, fon* ou *mossi.* É um homem de carne e osso, alimentado por leite, arroz, inhame. Êle é um homem humilhado durante séculos, menos talvez em sua nudez e fome do que em sua pele e civilização, em sua dignidade.

Sem esta análise, será vão definir o programa do PFA ou de qualquer partido africano. Se não tivermos em nosso espírito as duas realidades de nossa situação atual: o fato colonial e nossa herança cultural. Sei perfeitamente que a história, em sua marcha irresistível, chegou ao pé da Bastilha colonialista; que começa a minar seus muros e êstes principiam a desmoronar. Qualquer república da África Negra pode tornar-se independente no momento em que julgar oportuno. Isso não impede que continue a existir a súcia do colonialismo, que devemos absorver, transcendendo-a. Quanto à nossa civilização da África Ocidental, se bem que tenha sido queimada pelo fogo da conquista, ei-la esverdeante na primavera da nova era, antes mesmo que tenha caído a chuva da Independência.

No duplo plano do presente e do passado, da Colonização e da Civilização tradicional, em uma palavra, no plano da história vivida, nossa tarefa é clara. Precisamos sair de nossa alienação para construir o nôvo Estado. Desalienação política, econômica e social, ainda uma vez, tudo exige o pré-requisito da desalienação cultural. Ao contrário do que pensam muitos políticos africanos, a cultura não é um apêndice da política, que pode ser cortado sem dano. Não é mesmo um simples meio político. A cultura é o preâmbulo e o fim de qualquer política digna dêste nome.

De que serviria a elevação do nível de vida de nossas massas se não fôsse acompanhada da elevação do nível cultural? Para que serviria a elevação do poder de compra se fôsse sòmente para o confôrto do ventre e das fezes: para comprar guarda-sóis e óculos escuros, mesmo automóveis, geladeiras, máquinas de lavar, e não sei mais o quê? Qual seria a vantagem, a menos que ocupássemos o nosso tempo de lazer, criando obras de arte para prover a nutrição espiritual do nosso povo? Na minha opinião, o esporte pode ser uma obra de arte, como o cinema, rádio, teatro, televisão, novela, poesia, escultura, pintura, dança e música. É significativo, desejo lembrar, que um dos *best-sellers* da literatura soviética nestes últimos anos seja o romance de Doudintsev, intitulado, segundo a palavra do Evangelho, *Não só de pão vive o homem*. Lembro que nas regiões do norte do Sudão, onde existe sòmente uma estação de chuva, as pessoas trabalhavam apenas quatro meses. Os outros oito meses dedicavam-se às atividades sociais, isto é, às atividades culturais, vivendo em comunhão — pela e dentro da Comunidade — com os outros homens, seus irmãos, mais precisamente, com as fôrças solidárias de

todo o universo: os vivos e os mortos, homens e animais, plantas e pedras. Não estou dizendo que no século vinte é desnecessário reduzir as atividades artísticas em benefício dos interêsses políticos e econômicos. Em última análise, tôdas essas atividades são sociais e, por isso, culturais. A cultura está dentro e fora, acima e sob tôdas as atividades humanas; ela é o espírito que as anima, que dá seu estilo particular a uma civilização.

Na volta às nossas raízes culturais e, particularmente, ao método negro-africano de conhecimento e compreensão do mundo, não podemos rejeitar os métodos europeus, mas também não nos podemos esquecer das lições européias de como construir uma nação, o Estado socialista. Pelas razões discutidas no meu *Relatório* e, em primeiro lugar, por razões históricas. Vivemos atualmente o processo final de unificação do mundo dos homens na *interdependência*. Se bem que o nosso humanismo tenha como objeto o homem da África Ocidental, não pode, sem perigo, terminar na África Ocidental, nem mesmo em tôda a África. Um humanismo eficaz deve ser *aberto;* òbviamente, exclui não sòmente *malianismo* — uma vez que somos apenas malianos aqui reunidos — mas também nacionalismo e pan-negrismo (não disse negritude), pan-africanismo e, com maiores razões, pan-arabismo. O único "pan-ismo" que responde às exigências do século vinte é, tenhamos a ousadia de proclamar, o pan-humanismo — um humanismo que abrange todos os homens na dupla base de sua contribuição e de sua compreensão.

Faremos êste salutar esfôrço de reflexão e construção se, reestudando o colonialismo, conseguirmos situá-lo no processo histórico do mundo e da Africa. Deixemos de acusar o colonialismo e a Europa e de lhes atribuir todos os nossos males. Além de não ser inteiramente justo, é um tratamento negativo, revelando nosso complexo de inferioridade, o próprio complexo que o colonizador nos inoculou e de que nos fazemos, secretamente, cúmplices. É um *alibi* muito fácil para a nossa preguiça, para nosso egoísmo de intelectuais, para os nossos fracassos. Será mais positivo para nós e nosso povo analisar objetivamente o fato colonial, enquanto psicanalisamos o nosso ressentimento (17).

Examinada dentro de uma perspectiva histórica, a única perspectiva justa, a colonização aparecerá para nós, num primeiro relance, como um fato geral da história. As raças, povos, nações, mais geralmente as civilizações, sempre estiveram em contato, portanto em conflito. É certo que os conquistadores semeiam a ruína sob seus passos, mas também

idéias e técnicas, que germinam e florescem em novas colheitas. A Europa nada perdeu por causa da conquista romana, nem a Índia com a conquista ariana, o Oriente-Médio e a África do Norte com a conquista árabe.

A última conquista, a da Europa sôbre o Mundo, foi obra do Renascimento. Ela nasceu de um crescimento social; foi estimulada e realizada pelo confronto de idéias revolucionárias e técnicas. Nasceu do rebaixamento, por causa da centralização monárquica, da nobreza feudal, proprietária de terra, e especialmente do aparecimento nas cidades e vilas de uma burguesia intelectual e comercial. Sob a pressão dessa classe em ascensão, que iria, mais tarde, fazer a Revolução Francesa, a inteligência libertou-se e inventou novas técnicas. Empurrou Deus de volta para o céu, laicizou o mundo e abriu-o inteiramente à febre de procura européia. A Renascença era burguesa e ateísta, mercantilista e materialista; ela tem o sêlo de um aspecto essencial do espírito europeu. Era iconoclasta, destruidora dos valôres da civilização. Mas, quando examinada mais profundamente, no nível da história universal, o acontecimento sanguinário aparece como um Advento: é a *Revolução.* Qualquer revolução digna do nome é uma revolta digna da consciência, da própria consciência e da dos outros. Diria *consciência do mundo,* como, outrora, as grandes revoluções do Cristianismo, do Islamismo e do Budismo; e, como a subseqüente Revolução Francesa e o capitalismo, que estava misturado com ela, a Renascença foi conquistadora. Mas ela não exportou sòmente mercadores e soldados; como professôres, médicos, engenheiros, administradores e missionários, ela também exportou idéias e técnicas. Ela não destruiu sòmente, mas também construiu; não matou sòmente, mas também curou e educou; deu nascimento a um nôvo mundo, um mundo inteiro de nossos irmãos, homens de outras raças e continentes!

Recolocada no seu contexto, a colonização aparecerá como um mal necessário, como uma necessidade histórica, de onde deve sair o bem, com a única condição de que nós, os colonizados de ontem, tenhamos consciência do que queremos. Escravidão, feudalismo, capitalismo, colonialismo, são partos sucessivos da História e, como todo parto, doloroso. Com a diferença de que aqui a criança sofre mais do que a mãe. Isto não importa. Se estamos plenamente conscientes do alcance do Advento, pararemos de nos queixar; estaremos mais atentos às contribuições do que aos defeitos, às possibilidades de renascimento do que à morte e

destruição. Sem as mortes, particularmente sem as destruições árabes e européias, não há dúvida de que os negro-africanos e os berberes teriam criado na atualidade obras mais maduras e mais suculentas. Duvido que êles tivessem tão cedo absorvido o progresso ocasionado na Europa pela Renascença. O mal da colonização está menos nessas rupturas do que na supressão da liberdade de escolher, entre as contribuições européias, as mais apropriadas aos nossos espíritos.

A Europa, como a Arábia fêz anteriormente, nos trouxe virtudes para preencher o vazio que ela provocou, sementes para semear nas cinzas das terras devastadas. Com o desenvolvimento das ciências, ela nos trouxe técnicas mais eficientes do que aquelas à nossa disposição; habilitou-nos a construir novas cidades sôbre as ruínas da conquista. Como a Arábia, arruinando o antigo *Animismo* negro-africano — que não era sem valor —, ela nos propôs uma religião mais adaptada aos tempos modernos. Realmente, como os marabutos,* mais ainda do que os marabutos, os missionários eram iconoclastas, destruidores de valôres. Com a seguinte diferença: o Islamismo, com seu horror às imagens, fêz maiores danos aos valôres culturais, enquanto o Cristianismo, com o materialismo ocidental, prejudicou mais os valôres morais. Para falar sòmente do Cristianismo, os melhores cristãos — um Georges Gusdorf, um François Mauriac — lamentaram certos métodos de evangelização e que os missionários tivessem seguido e, às vêzes, precedido os mercadores e soldados. Existe sempre um reverso nos empreendimentos humanos. Apesar de tudo, o Islam e a Cristandade nos deram valôres espirituais como substitutos: religiões mais elaboradas, mais racionais ou, repetindo, mais em consonância com a época presente. Essas religiões, uma vez recolhidas, necessitam ser adaptadas às nossas condições históricas e sociológicas; é nossa tarefa *negrificá-las.*

Resumindo êste ponto, a *independência e a construção da Nação* exigem, principalmente e juntamente com a *autodeterminação,* a liberdade de escolha. Esta liberdade, nós a adquirimos pela Constituição de 4 de outubro de 1958.

Exigem, também, a escolha justa: em função de nossas realidades afro-ocidentais, mas também das realidades mundiais. Trata-se de inserir nossa Nação não sòmente na África contemporânea, mas tam-

(*) Sacerdotes muçulmanos.

bém na *Civilização do Universal*, que está para ser edificada. Esta última, como gosto de repetir, será a simbiose dos elementos mais fecundos de tôdas as civilizações. Nesta perspectiva, devemo-nos voltar para nossas fontes afro-ocidentais — negro-africana e berbere — para nos embeber profundamente. Isto pressupõe um inventário preliminar de nossas virtudes e de nossos *defeitos*. A partir daí faremos nossas escolhas.

Em verdade, já as fizemos. Escolhemos a reconstituição da antiga federação da África Ocidental e a independência na Confederação multinacional com a França. Além disso, escolhemos, por outro lado, como meio de realização, o *Caminho Africano para o Socialismo*. Finalmente — e êste é o objetivo desta conferência — temos uma escolha a fazer em nossa última escolha. Não adotaremos tudo do "socialismo científico", principalmente seu *materialismo ateísta* — não digo seu materialismo dialético. Isto porque a maior contradição do marxismo é apresentar-se como uma *ciência*, enquanto, apesar de suas negações, baseia-se em uma *ética*. Pergunto por que nos preocupamos, se o desenvolvimento histórico leva ao socialismo e ao comunismo? Em nome de que se exige a nossa participação neste movimento? E como passar do *ser* ao *dever*, se não fôr através de uma transcedência de origem religiosa? Para nós, o socialismo é um *método* a ser testado em contato com as realidades africanas. É, bàsicamente, um problema, depois de têrmos escolhido, de ter assimilado nossas escolhas. Assimilar é transformar alimentos que nos são estranhos em nossa carne e sangue: em uma palavra, negrificá-los e berberizá-los. Isto nos traz de volta ao humanismo negro-berbere; devemos integrar o negro-berbere em suas determinações naturais, transcedendo-as em nome de certos valôres espirituais. Pois é o espírito, em última análise, que julga e transcende as determinações materiais que os inspiraram. *Prioridade* da matéria se desejam — mas *primazia* do espírito.

Por uma forte democracia federal

Tendo definido o pré-requisito da independência cultural e o objetivo de nossa política, que é a realização do humanismo da África Ocidental, devemos tratar agora dos problemas *concretos* que surgem na construção do nôvo Estado. Êsses se resumem em duas palavras: trata-se de construir uma grande *Nação negro-africana* ou, mais exatamente, *negro-berbere*.

Voltemos ao conceito de *Nação*. Devo começar relembrando que *nação* não é a mesma coisa que *pátria*. Ela não se fundamenta, como a pátria, em determinações naturais como a raça, a língua, a religião, a civilização. Sei, perfeitamente, que tôdas elas ajudam a formação de uma Nação e que a nação ideal seria aquela que coincidisse com a pátria. Sob êsse ponto de vista, a criação do Mali foi favorecida por uma série de fatos propícios:

1. Oitenta por cento dos malianos pertencem à sub-raça norte-sudanesa.

2. Os mesmos malianos falam línguas que se classificam no grupo senegal-guineense ou no nigero-senegalês.

3. Vivem na mesma civilização norte-sudanesa.

4. Renegaram desde a Idade Média, na época dos grandes impérios — Ghana, Mali e Songhai — o tribalismo, transcendendo as querelas de raça e religião. O Islamismo, então religião minoritária, foi, a princípio, tolerado; atualmente, êle é que tolera as outras. Malgrado êste exemplo, a Nação não coincide com a pátria em sua essência. O que faz a Nação é uma *vontade comum de vida comum*. Geralmente, essa vontade comum nasce da história e da vizinhança. A história dos últimos sessenta anos nos reuniu na antiga África Ocidental Francesa. Ela ensinou a nos conhecermos mùtuamente, a lutarmos mùtuamente, é verdade, mas, também, a apreciar e a amar uns aos outros. Não podemos fazer retroceder a história sem nos arruinarmos. Todos nós reconhecemos isto nestes últimos meses. Não é por acaso que a antiga A.O.F. se reconstruiu sob o nome de *Confederação da África Equatorial*; não é por acaso que uma reconciliação está sendo delineada entre o Mali, a *Entente* e a Mauritânia.

Surge agora o problema do *Estado unitário* e da Federação. Não nos esquivaremos, pois é o ponto crucial do debate nacional. Tanto mais que foi colocado há 100 anos, pelo socialismo, principalmente em 1863, por Proudhon, no livro intitulado "*Do princípio federativo*". Lenine retomou o problema no seu artigo "*Do direito de as nações disporem de si mesmas*" [18] onde, muitas vêzes, faz referências a Marx. "Inimigo em princípio do federalismo", Marx o aceita em certos casos particulares. Para êle, os fatôres essenciais são "os interêsses do proletariado" e o "desenvolvimento social". O problema é,

portanto, prático e não teórico. A solução a ser proposta deve resultar da análise política, econômica e social de uma determinada situação. Lenine adota a mesma posição: é, em resumo, por razões políticas — vasta extensão territorial, diferenças de raça, língua, religião e civilização — que a URSS se organizou em uma federação de repúblicas autônomas. A teoria, porém, na medida em que expressa um princípio de validade universal, não está inteiramente ausente da obra de Lenine. Numa nota a êste artigo, êle escreveu:

"A propósito, não é difícil ver por que, de um ponto de vista social-democrata, o direito à "autodeterminação" não significa *nem* federação *nem* autonomia (se bem que, falando em abstrato, ambas caiam na categoria de "autodeterminação"). O direito para federalizar-se é, em geral, um absurdo, porque a federação é um contrato de duas faces. É claro que os marxistas não podem colocar a defesa do federalismo em tese nos seus programas. Quanto à autonomia, os marxistas defendem não o "direito" à autonomia, mas a *própria* autonomia, como um princípio geral e universal de um Estado democrático com uma composição nacional heterogênea e agudas diferenças geográficas e de outras espécies".(19)

Como veremos, o pensamento de Lenine é sempre sutil, porque é dialético.

De tudo isso, devemos reter sòmente o essencial. O problema da Federação também será para nós problema prático. Conservaremos, em primeiro lugar, a noção de "livre disposição" ou, para empregar a palavra da moda, "autodeterminação". Ela tem mais do que o aspecto teórico. Ninguém pode unir Estados que não desejam ser unidos. Realmente, existem sobretudo dificuldades práticas para realizar um grande Estado unitário. Mesmo no caso mais favorável, o da dupla Senegal-Sudão, a língua africana não é a mesma, as elites foram, durante 15 anos, formadas por partidos políticos diferentes, quando não antagonistas. Mas, sobretudo, durante sessenta anos, o Senegal e o Sudão viveram sob diferentes sistemas políticos, que os separaram ao invés de uni-los, criando diferentes mentalidades em cada um. As diferenças — geográficas, étnicas e culturais — são ainda maiores se compararmos os Estados do Mali com os outros. E outro fator importante é acrescentado: a distância. Tôdas essas diferenças, para não dizer oposições, cristalizaram-se em territorialismos, que seria inútil negar e que não

poderemos reduzir durante décadas. Êste não é, felizmente, o caso do Mali.

Esta é a nossa situação, que nos leva a manter a estrutura federal. É menos grave do que possa parecer. Olhando de perto e dentro dos fatos, a contradição entre o Estado unitário descentralizado e o Estado federal é uma falsa antinomia. Resulta no mesmo. É uma questão de forma e não de substância. A contradição pode e deve ser transcendida e resolvida! Trata-se de conciliar a necessidade de uma direção única, que elabora o programa político e o método, com a necessidade de contrôle local. É o partido majoritário que terá a concepção e a direção política. O Govêrno federal e a Assembléia federal dirigirão a política exterior. Daí a necesssidade de um partido fortemente centralizado. As Assembléias e os Governos dos Estados federados dirigirão os assuntos locais. Uma é quase menos essencial do que o outro por razões de princípio e de prática. A democracia exige que comecemos dos fundamentos, das massas; a vontade popular deve ser expressa, primeiro, pela base, e as responsabilidades, tanto econômicas quanto políticas, aí devem ser exercidas. Esta foi a razão que nos levou a descentralizar no Mali, até o interior dos Estados federados. Por outro lado, uma grande centralização ocasiona o *burocratismo*: a abstração, onde a papelada se substitui às realidades do território, onde a teoria toma o lugar da prática. A excessiva centralização é o grande êrro da França. A União Soviética reconheceu o perigo e renunciou aos erros do stalinismo. Do mesmo modo que as grandes nações modernas como os Estados Unidos, Índia, Brasil, Canadá e Alemanha Ocidental.

Consideradas sob êste aspecto, as diferenças entre nossos Estados e nossos povos podem ser fecundas, desde que sejam exploradas para vantagens mútuas. São os sucos e seivas que sobem das raízes ao tronco comum e aos ramos. É o sangue nôvo que circula através de todo o corpo da Nação. São as matérias-primas que alimentam a usina e saem na forma de produtos fabricados. O essencial, ainda uma vez, é que exista uma cabeça, uma direção política que pense, que tenha a iniciativa e o contrôle, que receba os documentos e sugestões para transformá-los em planos e diretivas.

Democracia, disse eu no título. Vários políticos europeus aceitam complacentemente as declarações com objetivos definidos de certos líderes africanos que proclamam ser impossível na África e, de uma maneira geral, nos países subdesenvolvidos, a prática da democracia. Estaríamos

errados se escutássemos essas sereias brancas. De que adiantaria a nossa independência se fôsse sòmente para imitar o totalitarismo europeu, para substituir o colonialismo externo pelo colonialismo doméstico? *Ditadura do proletariado?* Isto é gargarejar uma fórmula, pois seria necessário que houvesse entre nós um proletariado e um capitalismo "em guerra", para usar a expressão de Marx. Na nossa sociedade negro-berbere, como vimos e não nos podemos cansar de repetir, não existem classes em guerra, mas ùnicamente grupos sociais lutando pela influência. Amanhã haverá guerra de um contra outro, a menos que sejamos cuidadosos e não permitamos aos intelectuais — profissionais liberais, funcionários públicos, empregados, e mesmo trabalhadores — formarem uma classe que oprima, enganando, os camponeses, pastôres e artesãos. Para impedir isto, os partidos políticos e os governos devem estar atentos. O capitalismo estrangeiro é outro problema que discutiremos no próximo capítulo.

É nesta altura que deve ser tratado o problema da oposição. A oposição, necessária à primeira vista, deve ter o mesmo objetivo do Partido majoritário, que é o de impedir a cristalização de grupos sociais em classes antagonistas. Seu papel é, precisamente, o de ser a consciência dos governos e dos partidos majoritários. Desde que os líderes políticos e sindicais são intelectuais, a tentação do partido majoritário é favorecer os intelectuais contra os camponeses, pastôres e artesãos. Por outro lado, a oposição é tentada, a pretexto de motivos ideológicos, a colocar-se a serviço dos estrangeiros. Como sabem, os partidos de oposição são teleguiados do exterior: de certos países europeus e africanos. Seu objetivo abertamente admitido é a subversão do Mali. O dever do P.F.A., como dos governos do Mali, é adotar leis e regulamentos necessários a impedir esta subversão, e aplicá-los com o maior rigor. Neste ponto, tôda indulgência será uma fraqueza, quero dizer, uma traição à Nação.

Se desejamos proibir o *Partido único,* isto significa que devemos renunciar ao *Partido unificado* e desistir de unir a oposição a nosso ideal nacional? Ninguém sustenta esta tese, ninguém a sustenta no seio do PFA. Separemos aqui o caso do Mali e dos outros Estados da antiga África Ocidental Francesa.

Porque as nossas posições são justas é a razão para unirmos a oposição em tôrno delas. Elas são conhecidas: reconstituição da antiga federação em bases verdadeiramente federativas; estabelecimento de

uma nova situação onde não existam nem vencedores nem vencidos, nem Estado-pilôto nem Estado-satélite, onde os menos pobres estejam solidários com os mais pobres. É também levar esta nova federação à independência. Não é nossa culpa se todos os Estados não se uniram na Federação do Mali, nem se todos os Estados não se estão tornando independentes ao mesmo tempo que nós. Nosso terceiro objetivo é formar, depois de proclamada a independência, uma *Commonwealth* à francesa. No capítulo anterior, dei ênfase ao fato de a colonização ser um acontecimento histórico. Ela não contém sòmente erros e destruição: é uma *Revolução.* Como tôda revolução, traz valôres positivos de substituição; ela destrói para reconstruir. Nossa tarefa é integrar, assimilar os valôres complementares aos nossos próprios para criar nôvo sangue. Êste é, precisamente, o significado da Confederação multinacional.

A justiça de nossa posição e a eficácia de nosso programa deram-nos a vitória nas eleições de fevereiro e março de 1959 com uma margem de 80% dos votos. Desde então, tivemos possibilidade de atrair parte da oposição e, no Sudão, tôda a oposição. O caso do Senegal é estranho; pode ser explicado històricamente. Aqui existia uma longa prática da democracia parlamentar, similar àquela da Terceira República, com todo seu egotismo, verbalismo esquerdizante e contradições. É divertido ouvir aquelas pessoas que atacam o PFA advogar "uma comunidade africana antes de qualquer outra", aquêles que pedem "negociações" com a França para criação de uma "Confederação multinacional". A oposição senegalesa mostra a orelha, quer dizer, suas preocupações egoístas, quando coloca como condição para a unificação partidária a "divisão das responsabilidades" — querendo significar alguns ministérios. O povo não se engana quando chama êsses politiqueiros de "independência-só-comigo".

O caso da oposição na Mauritânia e nos Estados do Conselho da *Entente* é diferente. Percebe-se que os governos dêsses Estados — exceto o da Mauritânia, com seus problemas particulares — obedeceram a uma divisão inicialmente elaborada na França. Sabemos o papel exercido por Soustelle nesta operação. Òbviamente, os Estados da *Entente* não constituem uma federação e não são iguais ou solidários. É igualmente evidente que a oposição não goza das liberdades que existem em uma democracia. Isto justificava a política da oposição, que era quase totalmente a do PFA.

Mas as coisas mudaram. Atualmente, a Mauritânia e os Estados da *Entente* preparam-se, como os Estados da antiga África Equatorial Francesa, para seguir o caminho do Mali para a independência, quando não o do socialismo. Agora desejam construir uma Comunidade Africana conosco (êles evitam o têrmo federação). Uma nova situação, um nôvo método. Para adaptar-se a esta nova situação, a oposição, mais precisamente as secções do PFA, devem modificar suas táticas — não digo seu programa. Desde que a política dos governos e dos partidos majoritários não são mais negativas, a atitude de nossas secções deve ser positiva. Ela o será se aceitarem colaborar lealmente para a realização de novos objetivos na medida em que êsses marchem em direção à Nação e à Comunidade Africana.

Uma política coerente, eficaz porque dinâmica, consiste em algumas idéias-fôrças. Como assinalei no meu *Relatório*, contràriamente ao que pensava Marx e, mesmo, Lenine, o advento do socialismo ou do comunismo não relegou ao museu da história algumas aspirações como nacionalidade e independência, e alguns valôres universais como liberdade, igualdade e fraternidade. A idéia nacional é, atualmente, a mais sólida realidade do século vinte. Os próprios russos e chineses, tornando-se comunistas, não se tornam menos russos e chineses. Êles são, talvez, sobretudo russos e chineses. Juntamente com suas grandes figuras históricas, êles exumaram e exaltaram os valôres permanentes de sua civilização nacional, de sua raça. O internacionalismo só será construído tendo, como ponto de partida, as realidades nacionais, mesmo aquelas da pátria. Mas o internacionalismo, ou melhor ainda a *Civilização do Universal*, deve ser construída transcendendo-se as nações.

A Comunidade renovada, a Comunidade contratual ultrapassa a Nação maliana no sentido assim definido. Mantivemos, com algumas modificações, a solidariedade horizontal que nos une aos Estados africanos de língua francesa. Devemos estender esta solidariedade, verticalmente, para a Europa e para a América, a filha da Europa; horizontalmente, para tôda a África e, mesmo, para a Ásia. Esta será nossa contribuição positiva para a construção da *Civilização do Universal.*

Mas, primeiro, para a África, onde vivemos e onde a maioria dos habitantes são negro-africanos ou negro-berberes. Surge imediatamente o problema dos Estados Unidos da África. Não nos desviaremos dêste problema, assim como não nos desviamos dos outros. Deveremos examiná-lo com total objetividade e sem meias palavras. Como o Presidente Bourguiba, penso também que os Estados Unidos da África não são para amanhã. Sou dos que têm mais liberdade para dizê-lo porque fui um dos primeiros a propô-lo. Há dez anos, na Assembléia Consultiva do Conselho da Europa, Ousmane Socé e eu assinamos uma proposta de resolução visando à criação dos Estados Unidos da África. Mas, ainda uma vez, isto não será para amanhã.

Diversos fatôres se opõem. O primeiro é que o *continentalismo* é uma forma de auto-suficiência. Rejeitando a interdependência e a colaboração, o continentalismo é, como tôda autarcia, um fator de empobrecimento. Não podemos ignorar os outros continentes, especialmente a Europa e a América sem aumentar o atraso que nos separa de seus países mais desenvolvidos. Falou-se, por exemplo, na última *Conferência Pan-Africana de Tunis,* na criação de um Mercado Comum Africano. Pesamos suficientemente as dificuldades para realizar êste projeto? As economias africanas são mais competidoras do que complementares. E, depois, passamos o tempo a fazer apelos à *solidariedade* dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os ricos e pobres. Êsses apelos não estão em contradição com a nossa tendência à auto-suficiência econômica? A segunda razão da dificuldade do projeto é nosso irrealismo, nosso verbalismo. Votamos resoluções que não têm conseqüências. Se essas resoluções fôssem mais realistas, talvez pudéssemos começar a aplicá-las. A terceira razão é que os atos concretos dos governos independentes da África contradizem suas declarações pan-africanas. Assim que obtêm a independência, os Estados africanos, mal curados das moléstias européias, dedicam-se secretamente ao imperialismo conquistador. Discutem sôbre suas fronteiras atuais, exigem porções dos territórios vizinhos, mantêm em seus países, a um custo considerável, governos fantoches e emigrantes ou, em outros países, sustentam quintas-colunas a seu serviço. Não vejo como será possível criar os Estados Unidos da África, se não se começa por respeitar sua integridade e suas fronteiras.

Seria mais sábio começar pelo início. Seria mais moral e mais realista reconhecer a igualdade dos Estados africanos e respeitar, ao mesmo tempo, suas fronteiras, mesmo que sejam artificiais. Tôdas as fronteiras são artificiais, inclusive na Europa. Elas foram traçadas pela história. O Mali está bem colocado para sustentar esta política fundada na moral e nas realidades históricas. A margem direita do Rio Senegal foi separada dêste território em 1920 — "provisòriamente",

dizia o decreto — para ser entregue à Mauritânia. Não foi antes de 1943, acredito, que o Hodh foi separado do Sudão. Dentro do espírito que acabo de descrever, o Mali abstém-se de reclamar essas duas províncias.

Se bem que Marx subestimasse as realidades nacionais, êle acertadamente assinalou as realidades internacionais. O socialismo africano deve abarcar e reconciliar êsses dois aspectos das mesmas realidades, que se resumem na solidariedade humana. Considerado dêste ângulo, o problema dos Estados Unidos da África torna-se mais claro. Trata-se de ser, ao mesmo tempo, realista e humano; de unir a África gradualmente, fazendo-a um continente aberto aos outros continentes. Esta abertura será facilitada pela manutenção da solidariedade vertical, que nos propõe a *Commonwealth* e a Comunidade renovada. Nossas razões coincidem com as do Embaixador Panikkar, da Índia. Em um artigo publicado na revista "Preuves", intitulado *A l'Ouest de New-Delhi,* escreveu:

"Desde que Burma deixou a Commonwealth, depois que se tornou uma república independente, aceitava-se pacìficamente que a Índia também romperia seus laços com a Grã-Bretanha quando adotasse uma constituição republicana. Para surprêsa da maioria das pessoas estranhas à Índia e à Grã-Bretanha, a Índia preferiu permanecer na Commonwealth".

Nesse artigo, o Embaixador enumera as razões de seu país: como membro da *Commonwealth,* ocuparia um lugar mais importante na família das Nações; obteria assistência econômica e técnica da Grã-Bretanha e, finalmente, asseguraria mais firmemente seus laços cooperativos com a Europa.

Por uma sociedade comunitária

Neste capítulo não tratarei de problemas econômicos e financeiros, nem do problema cultural. Meu objetivo será uma tentativa para definição de uma sociedade ideal, que integrará as contribuições do socialismo europeu com nossos valôres tradicionais. Esta integração é necessária, porque a nossa sociedade atual (1960) não é a sociedade negro-berbere da Idade Média, nem a sociedade da Europa contemporânea. Nossa sociedade atual é, de fato, uma sociedade original, econômica e culturalmente heterogênea, com contribuições africanas e européias. Em *Le Nouvel Esprit Scientifique,*(20) Gaston Bachelard observa, muito a

propósito, que um nôvo método é sempre necessário para fazer face a uma nova situação. Êste é o nosso caso.

Por enquanto, deixarei de lado a sociedade berbere para me limitar exclusivamente à negro-africana. Isto facilitará a análise. Além disso, os negro-africanos são a imensa maioria da população da África Ocidental. Por outro lado, a sociedade berbere não se diferencia grandemente da sociedade pastoril dos negros marginais.

Maurice Delafosse, o grande etnólogo francês, descreve a sociedade negro-africana como uma sociedade "coletivista".(21). É fácil dizer, mas seria mais objetivo distinguir a sociedade negro-africana da sociedade coletivista dos comunistas europeus, se bem que em nenhum lugar da Europa, nem mesmo na Rússia, exista uma autêntica sociedade coletiva. Tanto isto é verdade que os soviéticos descrevem sua sociedade como sendo "socialista", reservando o epíteto "comunista" para a fase final de sua evolução. Julgando pela evolução liberal agora delineada na URSS, pode-se pensar que a sociedade comunista permanecerá para sempre um ideal a ser atingido. Não que eu condene a liberalização do regime soviético. Muito pelo contrário. Constato simplesmente o fato, que é normal. A natureza humana tem suas exigências, que terminam por prevalecer quando as condições históricas são favoráveis. A elevação do nível de vida e de cultura tem suas exigências, uma das quais é a liberdade.

Voltando à distinção entre a sociedade coletivista européia e a sociedade negro-africana, eu diria que a primeira é uma *assembléia de indivíduos.* A sociedade coletivista coloca inevitàvelmente a ênfase no indivíduo, na sua atividade original e em suas necessidades. Sob êste aspecto, o debate entre "a cada um de acôrdo com seu trabalho" e "a cada um de acôrdo com suas necessidades" é significativo. A sociedade negro-africana coloca mais ênfase no grupo do que no indivíduo, mais na *solidariedade* do que na atividade e necessidades do indivíduo, mais na *comunhão* de pessoas do que em sua autonomia. A nossa sociedade é *comunitária.* Isto não significa que a sociedade negro-africana ignore o indivíduo ou que a sociedade coletivista ignore a solidariedade, mas esta baseia a solidariedade na atividade dos indivíduos, enquanto a sociedade comunitária tem suas atividades apoiadas na atividade geral do grupo.

Guardemo-nos contra a crença de que a sociedade comunitária ignora a pessoa, quando negligencia o indivíduo. O indivíduo é, na

Europa, a pessoa que se destaca dos outros e clama por sua autonomia para afirmar-se em sua originalidade básica. O membro da sociedade comunitária também pede sua autonomia para afirmar-se como um *ser*. Mas êle sente, êle pensa que sòmente pode desenvolver suas virtualidades, seu ser original na e pela sociedade, em união com todos os outros membros do grupo social, com todos os outros homens, realmente com todos os outros sêres do universo: Deus, animal, árvore ou pedra.

Partindo desta definição da sociedade comunitária negro-africana, podemos considerar os problemas particulares levantados em virtude da existência de diferentes grupos sociais na nossa sociedade da África Ocidental. Compreendem êstes grupos três grandes setores: (1) membros das profissões liberais — advogados, médicos, farmacêuticos, tabeliães —, aos quais podemos acrescentar os comerciantes; (2) os assalariados — funcionários públicos, empregados e operários; e (3) os camponeses, pastôres, pescadores e artesãos.

Êsses grupos são menos diferenciados do que na sociedade européia. Primeiro, porque em virtude do subdesenvolvimento geral e de nosso sistema de bôlsas de estudo passa-se fàcilmente de um grupo a outro. Por outro lado, os médicos e dentistas são, quase todos, funcionários. Será bom manter esta situação. Por outro lado, o govêrno federal terá que controlar as atividades dos advogados e dos tabeliães. Quanto aos comerciantes, a maioria dêles têm pequenas lojas e não apresentam perigo social imediato. O perigo consistiria em, ao invés de ficarem ricos, tornarem-se cada vez mais pobres em virtude do capitalismo estrangeiro e de sua falta de organização. Novamente aqui será da competência do Estado interessado encorajá-los a unir-se e cooperar. Isto o Estado pode fazer e nós veremos com que meios.

Resta ainda a questão do Capital. O problema é que êste capital não é nacional e provém de países desenvolvidos. Por essa razão, êle não pode ser pura e simplesmente nacionalizado. Diversas razões o impedem. Além de dificuldades de ordem jurídica, a nacionalização do capital estrangeiro poderia provocar conflitos internacionais, com os quais nada temos a ver. Mas, sobretudo, diminuiria o nosso crédito internacional e impediria outros investimentos, que nos são vitais. Aqui devemos ser realistas, testar a nossa imaginação, e inventar novos métodos de desenvolvimento. É suficiente dizer que o nosso problema é menos o de nacionalizar o capital do que orientá-lo para ajudar efetivamente o nosso desenvolvimento harmônico. O Estado está bem preparado

para isto. Antes de tudo, tem os impostos. Devemos ter sòmente cuidado para não matar "a galinha dos ovos de ouro". Os Estados africanos que se dizem os mais socialistas avançam com muita prudência neste caminho. Quando assim não agem, têm como resultado o desemprêgo e a miséria. Segundo, o nosso acôrdo de cooperação econômica e financeira com a França, que permite orientar nosso crédito. Finalmente, existe a possibilidade de criar bancos nacionais de crédito. Todos êsses meios, nenhum dos quais é negligenciável, fará com que seja possível guiar a nossa economia em direção a pólos efetivos de desenvolvimento, para socializá-la harmoniosamente para o maior benefício de nossas massas urbanas e rurais.

Voltemos aos nossos grupos sociais, os quais, repito, não são *classes*. Mencionei as profissões liberais. Se bem que sejam as mais educadas, seus membros não são os mais influentes, política ou econômicamente. A situação dos assalariados, que se reúnem em sindicatos, é bastante diferente.

Começo rendendo homenagem ao *movimento sindical negro-africano*. Foi organizado mesmo antes da libertação. Começou imediatamente a lutar nos dois setores: político e econômico. Exerceu um papel vital na África Negra, na *nossa* Libertação, da qual a outra Libertação — a de 1945 — foi sòmente o prelúdio. Produziu as melhores inteligências políticas da África Negra. Apesar ou em virtude dêsses serviços passados, o sindicalismo deve ser convertido em uma nova e mais precisa idéia de sua própria função e obrigações. Porque atualmente existem partidos políticos bem organizados que representam tôda a Nação no nível político federal, o sindicalismo deve retornar ao seu papel natural, que é primordialmente a defesa do poder de compra de seus membros.

O grande êrro dos sindicatos, especialmente dos filiados à UGTAN, é não terem meditado o bastante sôbre o significado da *Loi-cadre*,* não terem entendido êste ato revolucionário e que êste ato modificaria as relações entre o movimento sindical e a política. Por ocasião do referendum de 28 de setembro de 1958, seu êrro foi tentar substituir os

(*) Esta lei, votada em 1956, deu certas vantagens, tais como o voto universal, aos territórios franceses na África, mas também contribuiu para a sua balcanização, dividindo a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa em unidades semi-autônomas. (N. do T.)

partidos políticos em uma área essencialmente política. Êste êrro foi repetido no Senegal, no princípio de 1959, quando a UGTAN quis influenciar a eleição legislativa de março em favor do estrangeiro, provocando uma greve política. O resultado foi, muito naturalmente, a cisão e o enfraquecimento do movimento sindical. Êsses fracassos foram estudados pelos sindicalistas mais conscientes e influenciaram sua reconversão.

Meditemos por outro lado, fazendo referência à concepção marxista de sindicalismo. Para Marx as relações econômicas, subentendidas nas relações sociais, são o motor da História, particularmente no sistema "mercantil", materialista, do Capitalismo. Neste sistema a classe operária, sendo a mais alienada, é a mais consciente. Sua função é a de fazer a revolução econômica através da revolução política. Na opinião de Marx as duas revoluções são inseparáveis. Esta conexão entre o político e o econômico justificou as duas prolongadas lutas dos sindicatos negro-africanos, antes da *Loi-cadre*. A sociedade negro-africana era dominada intelectual, técnica, política, e por isso econômicamente, pelo capitalismo europeu — o capitalismo francês, no caso. Era obrigação do sindicalismo negro-africano, ainda que a nossa situação não fôsse semelhante à da Europa, assumir tôdas as responsabilidades da *quase-Nação*. Estávamos então em 1944, quando não existiam partidos políticos negro-africanos, exceto no Senegal. Com o aparecimento dos primeiros partidos em 1945, a situação começou a modificar-se. A revolução política teve um nôvo início em 1957 com a autonomia dos territórios, proclamada pela *Loi-cadre*. Desde então não pertencia mais aos sindicatos a responsabilidade de assumir a totalidade das responsabilidades nacionais, mas aos partidos políticos. Neste momento os sindicatos deveriam ter retornado ao seu papel natural, a defesa de interêsses profissionais. Esta reconversão após a vitória do proletariado está implícita no pensamento marxista. De fato, e em todos os regimes comunistas, ocorreu depois da revolução proletária. O *Partido*, porque representa o conjunto dos interêsses da Nação, exerce o papel mais importante de direção e contrôle.

A necessidade de reconversão do movimento sindical é ainda mais evidente na nossa situação negro-africana, negro-berbere. Tomando o exemplo do Senegal, o Estado mais industrializado e com maior percentagem de funcionários públicos, observo que existem sòmente 100 000 assalariados representando quase 10 por cento da população

válida. Êstes não poderiam ter a veleidade, sem violar as regras mais elementares da Democracia, de representar o conjunto da população, que só o Partido majoritário pode representar legìtimamente. Êste reúne, com efeito, 85% da população.

Isto significa que o sindicalismo deve transformar-se egoìsticamente numa agência reivindicadora? Não. Sendo os mais educados e, por isso, o grupo mais consciente, os assalariados devem transcender seus próprios interêsses de grupo e suas preocupações estritamente profissionais, colocando-se em um nível mais elevado, pois desta forma abrangerão todos os interêsses de todos os grupos sociais e, principalmente, dos esquecidos camponeses, pastôres, pescadores e artesãos. Lembrar-se-ão de que no Mali a renda "per capita" dêsses grupos marginalizados é de quase vinte vêzes abaixo da dos assalariados. Admitirão fàcilmente que só se pode elevar o nível de vida dos assalariados na medida em que se aumentar, com a receita nacional, o dos marginais sociais. A conclusão a ser tirada desta reflexão é que os sindicatos adotarão o programa político geral do partido majoritário e dos governos. Além disso, é essencial que êste programa — político, econômico, social e cultural — seja verdadeiramente nacional.

A Confederação Nacional dos Sindicatos do Mali, fundada em Dacar, compreendeu isto. Encerrando o Congresso constitutivo da Confederação, Alassane Sow resumiu seus principais objetivos nessas palavras: "Abandonar tôda consideração negativa, para apoiar uma única e idêntica ideologia: a construção e o progresso do Mali independente". Não podia ser melhor dito. Aparentemente a reconversão é completa. Temo, porém, que ela ainda não esteja terminada.

Tenho duas razões para isso. A primeira é que a adesão da Confederação Nacional à Central Pan-Africana sòmente foi recusada depois de longos e dramáticos debates. A independência não pode ser dividida. Não se pode combater o colonialismo europeu, francês, para substituí-lo pelo colonialismo africano. O imperialismo de certos Estados independentes africanos, onde os sindicatos são de fato satélites dos partidos majoritários, apaga qualquer dúvida sôbre o perigo da Central Pan-Africana. Não existe independência nacional quando o mais esclarecido e influente grupo social é dirigido do exterior. A segunda razão para nossa apreensão foi provocada por uma frase da ***Resolução sôbre a Doutrina e a Orientação***: "A Confederação Nacional dos Sindicatos do Mali considera-se totalmente engajada como fôrça unida na luta por

nossa emancipação e nosso bem-estar e reclama sua participação na *gestão* dos assuntos econômicos e sociais, não sòmente como órgão consultivo, mas *responsável*". (Os grifos são meus.) Chegamos ao centro do debate. Como notei, anteriormente, os assalariados constituem 10 por cento da população ativa. Confiar a êles a direção dos assuntos nacionais, mesmo limitada aos setores econômico e social, seria violar as regras da democracia. Seria negar a existência do Estado, pior ainda: arruinar o Estado. Invocar-se-á aqui a teoria marxista do "desaparecimento do Estado". É uma teoria que, mesmo nos regimes comunistas, não resistiu à experiência prática, pois nesses regimes é que o Estado é mais forte. Os homens não são anjos. Na medida em que o indivíduo é libertado pela elevação do nível de vida e de cultura, o Estado moderno, diante da complexidade crescente dos seus problemas, é obrigado a reforçar seus podêres a fim de exercer suas funções. Nem se deve insistir sôbre o papel que deve exercer o grupo social mais educado e mais consciente nos destinos da Nação.

Garantir privilégios ao educador é garanti-los aos intelectuais ou, mais especìficamente, à burguesia em formação. Na África Negra, os funcionários e empregados, mesmo os operários, são burgueses em comparação com os camponeses e pastôres, pescadores e artesãos. É um crime chamar os primeiros de *proletários*. O papel dos intelectuais e dos sindicalistas é de *conselho* e não de *contrôle*. O partido majoritário e os governos devem consultá-los nos seus comitês e comissões de estudos, para elaboração dos seus programas. Nem mais, nem menos. Os sindicatos estarão mais bem inspirados criando e dirigindo cooperativas de produção e consumo, assunto de que nunca trataram na África Negra.

Tenhamos a coragem de fazer nossa autocrítica. Falo como sindicalista. Permitir o contrôle do Estado sôbre os sindicatos seria correr o risco de repetir antigos erros. No passado, os sindicatos se interessaram muito naturalmente em defender mais os interêsses de seus membros do que os da *quase-Nação*. A defesa dêsses interêsses comuns e dos interêsses dos grupos marginalizados era e ainda é função do Estado e do partido majoritário. Se a renda anual dos camponeses, pastôres e pescadores subiu desde a libertação, deve-se isso menos aos sindicatos do que aos partidos políticos, pela simples razão de que a maioria dos membros dos partidos são camponeses, pastôres e pescadores, para não mencionar artesãos e pequenos comerciantes. Os interêsses bem compreendidos dos partidos, assim como os da Nação, requerem que os

grupos marginalizados não sejam esquecidos como foram durante o regime colonial. Não é mais possível igualar os salários africanos com os da metrópole. Pelo contrário, êles devem ser escalonados de acôrdo com a receita nacional e com a dos grupos marginalizados. Aumentar a receita dêstes últimos significa ao mesmo tempo aumentar a receita nacional e permitir melhores salários sem arriscar o desequilíbrio e a estagnação. Por isso, os salários não serão diminuídos, mas, a partir dêste ano, bloqueados. Isto nos habilitará a utilizar as economias em investimentos produtivos na infra-estrutura, agricultura, pesca, artesanato e criação de animais.

O problema da coexistência e desenvolvimento harmônico dos grupos sociais leva-me a falar agora sôbre a africanização dos quadros. Mais uma vez a questão não é a *africanização dos quadros*, mas a de saber como africanizar. A africanização dos quadros está ligada à própria noção de independência. Em um Estado independente os funcionários só podem ser, em princípio, nacionais. Mas êste princípio sôfre algumas atenuações no caso de um Estado membro de uma Confederação. Na Grã-Bretanha, por exemplo, os cidadãos do *Commonwealth*, os nacionais dos Domínios podem ser funcionários do Estado britânico. O mesmo acontecerá na França com a Comunidade renovada. É da competência dos Estados africanos a regulamentação da questão através da lei. A dificuldade para nós não reside neste ponto, mas no fato de que nos faltam quadros superiores competentes.

Como podemos resolver a contradição entre os princípios e os fatos? Êste é todo o problema. Concordamos que é um problema particularmente grave se considerarmos que o objetivo a ser atingido não é o de servir interêsses particulares, nem de promover Samba ou Demba, mas o de servir os interêsses gerais da Nação, assegurando um funcionamento regular e eficaz dos serviços nacionais. Africànizar *com desconto*, colocando funcionários incompetentes em postos que exigem conhecimentos técnicos comprovados é regredir, introduzir a anarquia, o desperdício e a ineficiência no serviço governamental, e privar-nos dos meios de um Estado moderno. Olhemos ao redor: os Estados africanos independentes, que proclamam com mais estardalhaço o seu anticolonialismo, sòmente escaparam a esta contradição apelando para a O.N.U. e para o estrangeiro, e pagando mais caro pelos técnicos de que necessitavam. Temos a sorte de contarmos, graças ao acôrdo de cooperação firmado com a França, com técnicos que se encontram

entre os melhores do Mundo e que conhecem os nossos problemas. Trairíamos os interêsses da Nação se nos privássemos desta ajuda técnica. Não se trata de recusar a ajuda oferecida pelo mais baixo custo, mas de escolher cuidadosamente os técnicos mais competentes para os lugares a serem ocupados. Devemo-nos também resguardar de um anacrônico racismo em relação a êsses técnicos.

Isto significa que renunciamos à africanização? Em absoluto. Para repetir, o problema é determinar quais os empregos que devem ser africanizados e como africanizá-los. Devemos distinguir como fizeram os governos do Mali entre postos técnicos e postos administrativos. No Mali, todos os postos mais importantes, com exceções que comprovam regra, estão atualmente em mãos africanas. Os africanos ocuparam as posições que exigem iniciativa, direção e contrôle; êles são responsáveis pela observância das leis e das diretivas gerais do partido. Os funcionários da administração geral são suficientes, desde que tenham experiência em problemas administrativos e uma orientação política satisfatória. No entanto, o ideal será sempre o administrador que tenha recebido ensino jurídico satisfatório na nossa Escola Nacional de Administração.

O problema das posições técnicas é diferente. Não se pode colocar uma enfermeira no lugar de um professor primário, ou um professor primário no lugar de um professor de latim ou êste na cadeira de árabe. Cada um na sua especialidade. Libertemo-nos de nossos complexos e peçamos à França todos os técnicos de que precisamos. O Marrocos e a Tunísia, que são tão nacionalistas quanto nós, convidam centenas de professôres, mesmo de ensino elementar, cada ano. Não recusam nem engenheiros, nem juízes, nem médicos, nem parteiras, nem enfermeiras.

Mas o problema real é a *formação dos quadros africanos.* Nossos governos estão trabalhando neste setor. No momento estamos formando suficientes quadros subalternos e médios. Para têrmos os quadros superiores, que nos são necessários, é preciso, principalmente, aumentar a base de nosso recrutamento, desenvolvendo o ensino de grau secundário. E sòmente o desenvolveremos se formarmos professôres africanos. Nosso segundo objetivo deve ser o de formar mais técnicos de nível internacional: engenheiros, médicos, veterinários, juízes, é certo, mas também, juntamente com pesquisadores, financistas e economistas. A maioria dêstes se formam nas grandes escolas científicas, técnicas ou

administrativas. A França já aumentou de cinco anos para os nossos estudantes a idade limite exigida para os concursos de admissão às grandes escolas. É preciso que ela faça mais e organize, em tôdas essas escolas, um concurso paralelo, destinado aos estudantes dos Estados da Comunidade.

Não me afasto do *Caminho Africano do Socialismo.* O Socialismo é, essencialmente, com a transformação das relações econômicas entre os homens, a transformação das próprias estruturas econômicas. Isto requer o desenvolvimento de tôdas as ciências e das técnicas e por isso a formação de cientistas e técnicos. E consiste em libertar a inteligência de qualquer rotina, de tôdas as prisões escolásticas inclusive a do marxismo dogmático, enquanto se desenvolvem as fôrças produtivas. O socialismo é um espírito perpétuo de investigação e liberdade; é uma *educação* a ser sempre renovada.

CONCLUSÃO

Li outro dia um jornal sindical pomposamente intitulado *Le Proletaire.* O editorial falava da "profundidade dos pontos de vista da UGTAN". Pensei que estivesse sonhando. Como se a UGTAN não tivesse enfraquecido o movimento sindical durante os dois últimos anos em virtude de seu irrealismo, de sua incapacidade em analisar a nossa situação, e de seus fracassos repetidos. O editorial em questão reclamava o estabelecimento da *Previdência Social.* Os fundadores de *Le Proletaire* esquecem uma coisa: é que o seu sôldo ou salário médio mensal é de cêrca de 36.000 francos CFA, que é superior à renda *per capita* do cidadão francês, quando o dos nossos camponeses e pastôres é de menos de 2.000 francos CFA. Não são êstes últimos os verdadeiros proletários? Naquilo que se refere à previdência social, os nossos sindicalistas não tiveram a curiosidade de perguntar quem a iria financiar. Ora, aí está o primeiro problema. O segundo é saber, não se os segurados receberiam dinheiro e quanto, mas se receberiam realmente assistência médica e suas crianças, educação gratuita. A melhor previdência social é aquela que assiste e instrui. Êste é o sistema que existe atualmente no Mali; o de que precisamos é aperfeiçoá-lo. Quanto aos auxílios de desemprêgo, ao lado das despesas envolvidas, o resultado mais evidente seria o despovoamento das nossas zonas rurais e o aumento do número de desempregados urbanos. Neste passo, criar-se-ia, no final das contas, um *pro-*

letariado miserável, ignorante e amargurado. Em lugar de acabar com a luta de classes, ela seria artificialmente institucionalizada.

Êste é o exemplo clássico daquela traição do socialismo científico que fêz Marx escrever uma carta a Engels dizendo que êle (Marx) não era um "marxista". O socialismo não reina no Reino da Utopia ou da Demagogia. É a análise objetiva da situação social atual em um determinado país. Sobretudo, é a escolha dos meios mais eficazes para transformar aquela situação, resolvendo-se as suas contradições. Ninguém nega que os métodos e meios preconizados por Marx sejam ainda válidos na medida em que a Europa tenha influenciado nossa sociedade e onde subsistam as realidades do século XIX. Mas a reflexão filosófica progrediu durante êste século e os métodos científicos juntamente com os conhecimentos. E as técnicas também. Ainda que possamos ser influenciados pela Europa, nossas realidades não são as mesmas. Permanecer fiel ao Socialismo significa que, diante destas novas realidades, devemos escolher novos métodos, novas técnicas e novos meios — os mais modernos e mais aperfeiçoados. Em uma palavra, a África Ocidental, particularmente o Mali, deve ser um vasto campo de pesquisas. Nossa tarefa é nada menos do que dar ao Mundo o exemplo de um nôvo país, criando uma nova civilização, em consonância com a África e com o mundo do século XX.

BIBLIOGRAFIA

NACIONALIDADE

(1) Ahmed Ben Salah, *Esprit,* 1957.

A VONTADE DE SER NAÇÃO

(1) Denis de Rougemont, *Federalisme et Nationalisme,* Fédération, setembro-outubro, 1954.

REALIZAR-SE NAÇÃO

(1) Henri Lefebvre, *Le Marxisme et la pensée française,* Esprit (1957).
(2) Lucien Goldmann, *Propos Dialectiques,* Les Temps Modernes, julho-agôsto, 1957.
(3) Père Bigo, *Marxisme et Humanisme,* Presses Universitaires de France, 1953.
(4) Karl Marx, *Le Capital,* Alfred Costes, editeur, t. I, pg. 39.
(5) Op. cit., t. I, págs. 40 e 41.
(6) Op. cit., t. I, pág. 45.
(7) *Le Travail Aliené* (La Revue Socialiste, fevereiro 1947, pág. 161).
(8) Op. cit., págs. 162-163.
(9) Op. cit., pág. 157.
(10) Op. cit., pág. 162.
(11) Friedrich Engels, *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique,* Editions Sociales, pág. 18.
(12) Karl Marx, *Idéologie Allemande,* en collaboration avec Engels, in *Oeuvres Philosophiques,* Alfred Costes, t. VI, pág. 160.
(13) Karl Marx, *Préface de la Première Edition du Capital,* Alfred Costes, t. I, pág. 5.
(14) André Vène: *Vie et doctrine de Karl Marx,* Editions de la Nouvelle France, pág. 315.
(15) Karl Marx, *Le Capital,* Alfred Costes, t. IV, págs. 314-328.
(16) Ibidem, t. II, pág. 10.
(17) Lucien Goldmann, *La Réification,* Temps Modernes, fevereiro-março de 1959.
(18) Op. cit., pág. 1.449.
(19) Op. cit., pág. 1.465.
(20) Karl Marx, *Le Capital,* Alfred Costes, t. IV, págs. 304-307.
(21) Lucien Goldmann, *Les Temps Modernes,* outubro 1957, pág. 743.
(22) Karl Kautsky: *Introduction à l'ensemble du Marxisme, Le Capital,* Alfred Costes, t. I, p. XXIV.

(23) Karl Marx, *Le Capital*, t. IV. Annexe II: Comptes rendus du *Capital* rédigés par Fr. Engels, págs. 356-357.
(24) Karl Marx, *Contribution à la critique de la philosophie du droit de Hegel*, De. p., Alfred Costes, t. I, pág. 84.
(25) Karl Marx, *Economie Politique et Philosophie*, Alfred Costes, t. VI, pág. 40.
(26) Lucien Goldmann, *Les Temps Modernes*, setembro de 1957, pág. 359.
(27) Henri Lefebvre, Cf. *Le Marxisme et la pensée française*, (Les Temps Modernes, n.ºs 137-138, págs. 128-137) e *Problèmes actuels du Marxisme*, P.F.U., págs. 45-52.
(28) Karl Marx, *Le Capital*, Préface de la deuxième édition du Capital, Alfred Costes, t. I, pág. 20.
(29) Lenine, *Matérialisme et Empiriocriticisme*, Editions sociales, pág. 242.
(30) Karl Marx, *Idéologie allemande*, Alfred Costes, t. VI, pág. 142.
(31) Karl Marx, *Préface de la deuxième édition du Capital*, Alfred Costes, t. I, pág. 21.
(32) Karl Marx, *Misère de la Philosophie*, Bureau d'editions, pág. 97.
(33) Engels, *l'Anti-Dühring*, Alfred Costes, t. I, págs. 181-182.
(34) Karl Marx, *Préface de la deuxième édition du Capital*, Alfred Costes, t. I, pág. 21.
(35) J.B.S. Haldane, *La Philosophie marxiste et les Sciences*, Editions sociales.
(36) Jean Paul Sartre, *Economie politique et Philosophie*, Alfred Costes, t. VI, pág. 76.
(37) Claude Cuénot: *Pierre Teilhard de Chardin*, Club des Editeurs, pág. 467.
(38) Claude Cuénot: *Le dernier Symposium de la Wenner-Gren Foundation*, junho de 1952.
(39) Pierre Teilhard de Chardin, *Carta* de 21 de setembro de 1952.
(40) Teilhard de Chardin, *Le Phénomène humain*, Editions du Seuil.
(41) Teilhard de Chardin, *Les Singularités de l'Espèce Humaine*, Masson et Cie, éditeurs.
(42) Op. cit., págs. 48-49.
(43) Op. cit., pág. 49.
(44) Michel Bosquet, *L'Express*, 4 de junho de 1959, pág. 24.
(45) Henri Lefebvre: *La Somme et le reste* (La Nef de Paris). Fougeyrollas: *Le Marxisme en question* (Edition du Seuil). Morin: *Autocritique* (Julliard).
(46) André Vène: *Vie et Doctrine de Karl Marx*, pág. 345.
(47) Père Bigo, *Marxisme et Humanisme*, págs. 126-131.
(48) Nilakanta Sastri: *L'Avenir des cultures traditionnelles*, Chronique de l'Unesco, maio de 1959.
(49) Padre Placide Tempels, *La Philosophie bantoue*, Présence Africaine.
(50) Marcel Griaule, *Dieu d'eau*, Editions du Chêne.
(51) Roland Colin, *Les Contes de l'Ouest Africain*, Présence Africaine.
(52) P. Lebret, *Suicide ou Survie de l'Occident*, Les Editions ouvrières, págs. 37-140.
(53) Georges Balandier, *Le Tiers Monde*.
(54) Karl Marx, *Le Capital*, Alfred Costes, t. I, pág. LXI.
(55) François Perroux, *La République de Guinée*, Revue de l'Action Populaire, n.º 129 junho 1959, pág. 683.
(56) Op. cit., pág. 704.

O CAMINHO AFRICANO DO SOCIALISMO

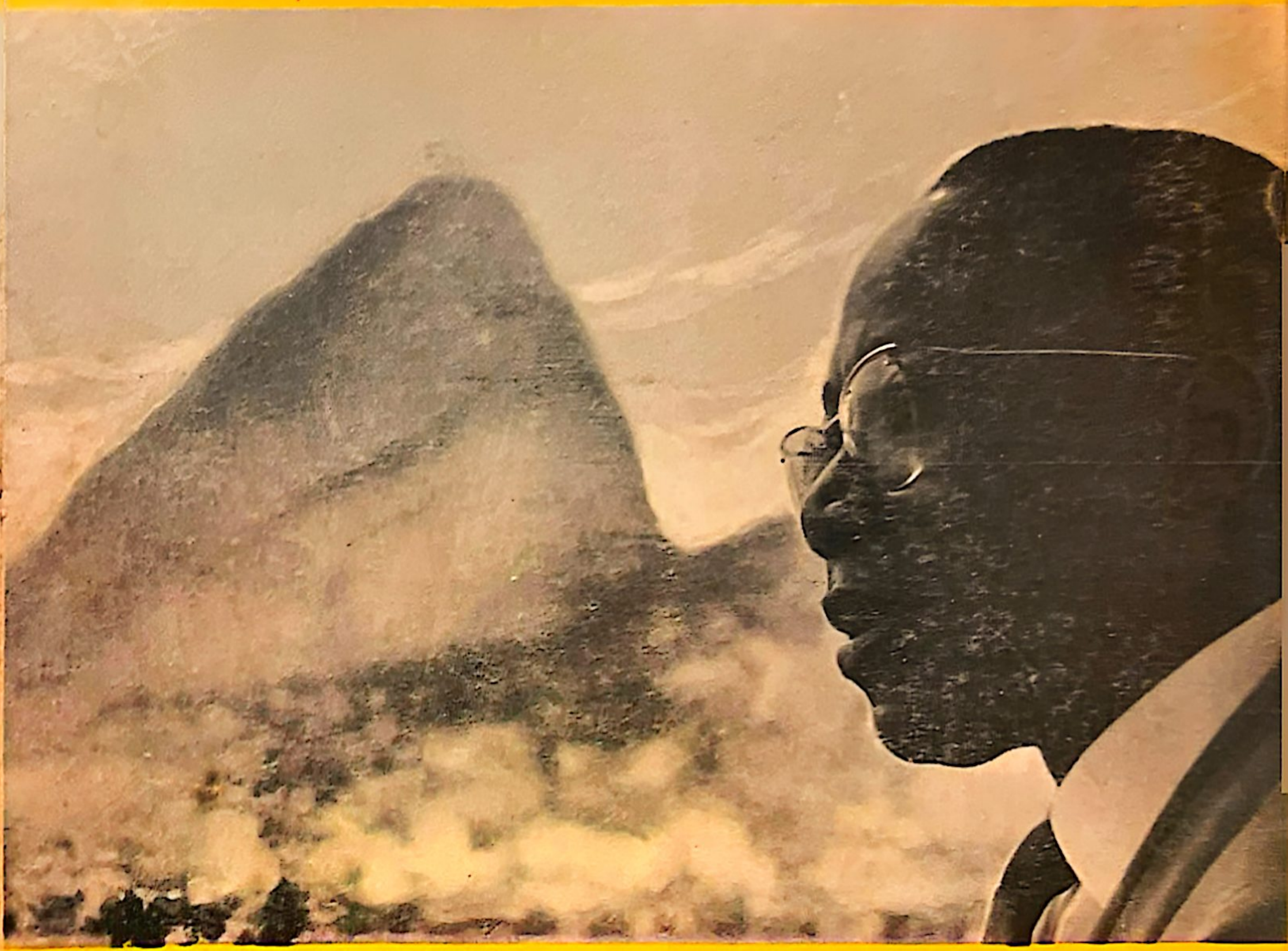
(1) L. S. Senghor: *Anthologie de la Nouvelle Poésie nègre et malgache de langue française* (Orphée noir, J. P. Sartre).
(2) Monteil, *Les Musulmans soviétiques*, Editions du Seuil.
(3) Léopold Sedar Senghor, *Rapport sur la Doctrine et le Programme du Parti.*
(4) Friederich Engels, *M. E. Düring bouleverse la science* (Anti-Düring) Alfred Costes, t. I, págs. 13 e 14.
(5) Gaëtan Picon, introdução ao *Panorama des Idées Contemporaines*, sob o título *D'un Style de l'Esprit Contemporain.* (Gallimard).
(6) Op. cit., pág. 11.
(7) Ibidem, pág. 25.
(8) Ibidem, pág. 26.
(9) Ibidem, pág. 27.
(10) J. B. S. Haldane, *La Philosophie marxiste et les sciences*/Editinns *Sociales.*
(11) Engels: op. cit., t. I, pág. 11.
(12) Ibidem, págs. 7 e 12.
(13) Maurice Leenhardt, *Ethnologie de la parole*, Cahiers Internationaux de Sociologie, Vol. I, 1946.
(14) Geneviève Calame-Griaule e Blaise Calame, *L'Introduction à l'étude de la musique africaine*, Revue Musicale N.º 238.
(15) Marcel Griaule: *Dieu d'eau* (Les Editions du Chêne, págs. 15, 25, 27, 28, 34, 46, 60, 73, 80).
Ver, além de M. Griaule, Léon Frobénius, *Histoire de la Civilisation africaine* (Gallimard) e P. Tempels, *La Philosophie bantoue* (Présence Africaine).
(16) L. S. Senghor, *La Préhistoire et les groupes ethniques.*
(17) Ainda que eu não concorde com tôdas suas posições — êle subestima a civilização negro-africana — foi o que fêz Georges Gusdorf em *Colonisation et décolonisation* (Le Monde non-chrétien, pág. 49-50).
(18) Lenine, Artigo: *Du droit des nations à disposer d'elles-mêmes.* Oeuvres choisies, Moscou, pág. 671-730.
(19) Op. cit., págs. 716 e 717.
(20) Gaston Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique.*
(21) Maurice Delafosse, *Les Civilisations négro-africaines.*

étnicos, religiosos, intelectuais e sentimentais postos em evidência pela liberdade e pela independência.

É irretorquível a lógica dessa concepção, é insubstituível o balizamento dêsse caminho? Senghor convence-nos disso com a lucidez do seu pensamento, a coerência da sua exposição, a sinceridade das suas afirmações.

De qualquer modo, o seu livro, constante de uma comunicação feita ao congresso constituinte do Partido da Federação Africana e de uma conferência proferida no primeiro seminário da juventude do mesmo partido, tem absoluta validade como documento de elucidação do nosso tempo e como um fator de contato com êsse mundo africano nôvo, fremente, desigual, que surge, cheio de esperanças e perigos, de promessas e inquietações, no cenário da civilização e que representará um papel histórico cada vez mais importante nos anos que vai atravessar a humanidade.

O livro é tanto mais valioso para o público brasileiro em face do interêsse que nos liga às nações nascentes da África, por afinidades geográficas, culturais, econômicas e, em certa medida, étnicas. Há muitos problemas comuns, muitos interêsses comuns e é comum êsse olhar indagador voltado para o futuro, de que o livro de Léopold Senghor nos dá uma imagem tão vigorosa e tão completa.



Síntese humanista das potencialidades das jovens nações africanas na sua marcha para a liberdade, a independência e a civilização

4

DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA LTDA.
Av. Erasmo Braga, 255 - 8.º — Tel.: 52-4128 — Caixa Postal 884
End Telegráfico: RECORDIST — Rio de Janeiro, GB